

63

MAIO 2022 – AGOSTO 2022

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

www.revistasep.org.br

APOIO



SINAL-RJ

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

ALAN FREEMAN LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ARTURO HUERTA UNAM
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)
CESARE GIUSEPPE GALVAN CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP
LEDA MARIA PAULANI USP
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MARIO DUAYER UFF (IN MEMORIAM)
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP (IN MEMORIAM)
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (IN MEMORIAM)

PAUL SINGER (USP) **PRESIDENTE DE HONRA** (IN MEMORIAM)

MARISA SILVA AMARAL (UFU) PRESIDENTE

JOÃO LEONARDO MEDEIROS (UFF) VICE-PRESIDENTE

DIRETORES

Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente UFF

Giliad de Souza Silva UNIFESSPA

Marco Antonio Martins da Rocha Unicamp

Paulo Nakatani UFES

Pedro Henrique Evangelista Duarte UFG

Roberta Sperandio Traspadini Unila

Vanessa Petrelli Corrêa UFU

COMITÊ EDITORIAL

EDITORES

Leda Maria Paulani (editora-chefe) - USP

Carla Curty UFRRJ

Janaína Elisa Patti de Faria UFVJM

Jaime Winter León UFRJ

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24.240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br**

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2022**
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política
Ano 21 – 2022 – Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2022
ISSN 1415-1979
ISSN-E 2595-6892
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.
CDD – 330

NÚMERO 62
MAI 2022 – AGO 2022

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

ARTIGOS

10 **A “nova leitura de Marx”:** um mapeamento de suas premissas e desenvolvimentos

César Mortari Barreira

41 **Neoliberalismo e Totalitarismo:** notas sobre o caráter antidemocrático das políticas neoliberais

Tiago Santos Salgado

70 **Estado e inovações:** o desenvolvimento verde na China

Ádria de Arruda Moura Freire; Ricardo Dathein

94 **Relações comerciais com a China e a desindustrialização brasileira entre 2000 e 2014:** um estudo baseado na análise inter-regional do insumo-produto

Lucas Milanez de Lima Almeida; Pedro Henrique Alves Feitoza Pires; Alexandre César Cunha Leite

127 **A inegociável dependência externa no planejamento brasileiro: a atuação do capital internacional no Plano de Metas (1956-1961) e no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**

Acson Gusmão Franca; Fábio Antonio de Campos

- 165 **De Lênin a Stálin: a consolidação do planejamento**
Pedro Henrique Evangelista Duarte; Felipe Miguel Savegnago Martin

DOCUMENTOS E TEXTOS ESPECIAIS

- 200 **Carta de Uberlândia**
Sociedade Brasileira de Economia Política, 9 de junho de 2022

RESENHAS

- 202 **Para que leiam O capital: interpretações sobre o Livro I.**
Ellen Tristão
- 207 **Esboço para uma crítica da economia política e outros textos de juventude.**
Marcelo Pereira Fernandes

APRESENTAÇÃO

Neste ano de 2022, em que o Brasil completa 200 anos de sua independência, o cenário doméstico e mundial não poderia ser mais sombrio. No plano internacional, depois de o mundo começar a sair de uma pandemia que deixou a economia global em frangalhos, um conflito armado eclode na Europa, centro do capitalismo mundial, deixando atônitos e apreensivos não só os próprios europeus, mas todos os habitantes do planeta, já que um dos países diretamente envolvido no confronto é também o detentor do maior arsenal nuclear do mundo. No plano doméstico, um presidente ameaça cotidianamente o assim chamado “estado de direito” e as instituições democráticas, e seu discurso intimidatório recrudescer em pleno ano de eleições gerais no país.

Mas há um ponto em comum nesse cenário fragmentado e multifacetado econômica, social e geopoliticamente: o Estado, desabonado como pária pelo discurso neoliberal, sob o argumento de portar ineficiência congênita e de constituir permanente cenário de corrupção, volta com força total ao centro da arena. Por um lado, pandemias, que, ao que tudo indica, vieram para ficar, só podem, por definição, ser controladas de modo coletivo, com políticas públicas e saúde pública. Por outro, a eclosão do conflito europeu mostra, de modo cabal, que a ideia de um mundo global “irmanado” pelos mesmos interesses do capital nunca passou de uma fantasia delirante, já que poder e dinheiro não caminham um sem o outro, não existindo economia de mercado sem Estados nacionais. Mesmo o governo ultraliberal de Guedes/Bolsonaro foi obrigado a acionar

o Estado, para além das amarras indecorosas do teto de gastos, a fim de minorar as mazelas trazidas pela pandemia.

Ora, o retorno do Estado como protagonista traz junto consigo uma palavrinha também por muito tempo banida do discurso: planejamento. Três dos artigos deste número 63 vão focar justamente esse tema. Pedro Evangelista e Felipe Martins resgatam a história da extinta União Soviética para mostrar de que modo se constituiu a ação do Estado no período 1917-1945, nesta que foi uma das experiências mais emblemáticas de economia centralmente planejada. Já Acson Franca e Fábio Campos vão mostrar as limitações enfrentadas pelo Brasil, enquanto país da periferia capitalista, na execução de dois de seus mais importantes programas de desenvolvimento engendrados pelo Estado: o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo militar (1975-1979). Ádria Freire e Ricardo Dathein, por sua vez, voltam-se para a experiência recente da China, mostrando a importância da participação ativa do Estado na criação planejada e intencional de empresas focadas naecoinovação, o que vem tornando o país uma referência nesse tipo de iniciativa.

O gigante asiático, onde a fantasia de uma economia de mercado com Estado mínimo nunca vingou, é também o tema de Lucas Milanez Almeida, Pedro Henrique Pires e Alexandre Cunha Leite. Os autores utilizam conceitos oriundos da teoria marxiana, aliados à análise de insumo-produto, para mostrar, recortando as relações entre nosso país e o colosso chinês, como a China ganha prestígio industrial crescente, enquanto o Brasil se desindustrializa e retrocede ao papel de fornecedor mundial de bens de baixo valor agregado.

Estado e mercado, como se sabe, relacionam-se de modo contraditório: determinam-se reciprocamente, mas constituem, ao mesmo tempo, polos que se opõem. Tiago Santos Salgado passa indiretamente por essa questão ao apontar o caráter totalitário do neoliberalismo, que separa política e economia e naturaliza a exploração no campo econômico, enquanto, na esfera política, opera uma aparente igualdade jurídica e política que pode ou não se efetivar por meio da democracia.

Por fim, cabe mencionar neste número os artigos e resenhas que dizem respeito ao trabalho do pensador maior desse mundo eivado de contradições sob a batuta do capital, Karl Marx. Cesar Mortari aponta a importância dos teóricos de Frankfurt, com destaque para Adorno, na afirmação de uma leitura da economia política marxista que resgate, na elaboração do Marx maduro, suas raízes no idealismo alemão e na dialética de Hegel. Já o livro *Para que leiam O Capital*, organizado por João Leonardo Medeiros e Eduardo Sá Barreto, nas palavras da resenhista Ellen Tristão, advoga pela unidade da obra marxiana e pelo seu método imanentemente ontológico, explicitando as armadilhas e distorções do marxismo do século XX. Por fim, Marcelo Pereira Fernandes lembra do interesse crescente, nos últimos anos, pela obra do grande parceiro intelectual de Marx, Friedrich Engels, resenhando livro recém-publicado pela Boitempo, com uma coletânea de artigos de sua autoria. O destaque aí é o texto “Esboço para uma crítica da economia política”, publicado nos *Anuários franco-alemães* de 1844, definido anos mais tarde pelo próprio Marx como “uma obra genial”. A edição encerra-se com a publicação da Carta de Uberlândia, elaborada no XXVII Encontro Nacional de Economia Política, realizado entre os dias 7 e 10 de junho deste ano.

A presente edição marca o início de duas parcerias da *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* com instituições que, em apoio ao pensamento crítico, passaram a patrocinar sua publicação: o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL) – regional Rio de Janeiro –, e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ). Exibimos suas logomarcas em nossa capa com orgulho e imenso agradecimento.

Boa leitura!

CÉSAR MORTARI BARREIRA

A “NOVA LEITURA DE MARX”: UM MAPEAMENTO DE SUAS PREMISSAS E DESENVOLVIMENTOS

Recebido em 09/02/2022

Aprovado em 13/06/2022

A “NOVA LEITURA DE MARX”: UM MAPEAMENTO DE SUAS PREMISSAS E DESENVOLVIMENTOS¹

Resumo

O artigo tem como objetivo oferecer um mapeamento da chamada “nova leitura de Marx” [*neue Marx-Lektüre*], identificando suas premissas e desenvolvimentos teóricos. Nesse percurso, a centralidade – e retomada – do pensamento de Theodor W. Adorno sugerem uma (re)aproximação entre crítica da economia política e teoria crítica.

Palavras-chave: nova leitura; Marx; Adorno; forma-valor.

CÉSAR MORTARI
BARREIRA

Doutor em Teoria e Filosofia
do Direito pela Universidade
Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).
E-mail: csarmbarreira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1407-0555>

¹ As traduções das obras inéditas em português são de minha autoria e responsabilidade.

Abstract

The article aims to offer a mapping of the so-called “new reading of Marx” [*neue Marx-Lektüre*], identifying its premises and theoretical developments. In this path, the centrality - and resumption - of Theodor W. Adorno’s thought suggest a (re)raprochement between critique of political economy and critical theory.

Keywords: new reading; Marx; Adorno; value-form.

I. Considerações iniciais

Mais de 150 anos após a publicação da primeira edição de *O capital* (1867), é sintomático perceber como o pensamento de Karl Marx reaparece em cena nos momentos em que a palavra “crise” se impõe. Se em 2008 o *crash* decorrente da crise dos *subprime* impulsionou uma série de questionamentos acerca da presumida autonomia e efetiva destrutividade dos mercados financeiros, a atual crise pandêmica – sugestivamente descrita com a expressão *Corona crash* (BLAKELEY, 2020) – coloca em evidência questões intimamente associadas ao pensamento marxiano: acumulação e crises econômicas; expropriações e devastação ambiental; novas tecnologias e precarização do trabalho; exploração e relações de classe; regimes autoritários e dominação, etc. – pares conceituais cuja unidade de análise pode ser desenvolvida a partir da crítica da economia política.

Isso significa que aqueles que se perguntam pela atualidade de Marx não precisam procurar por muito tempo elementos que a atestem. Esta generalidade, no entanto, pressupõe algo que efetivamente pertence ao universo das particularidades, conformando um mosaico de usos, leituras e exegeses marxistas. Por isso mesmo, a composição desses momentos é, ela mesma, parte de uma pluralidade de sentidos da obra marxiana. Se Marx é novamente tema, os temas que o demandam tornam extremamente difícil um mapeamento das distintas – e não poucas vezes divergentes – interpretações que caracterizam o acolhimento de seus escritos. Essa conjuntura é aprofundada por contínuas dissensões entre marxistas, pela divisão do trabalho entre especialistas, notadamente no âmbito acadêmico, e pelos mais variados interesses que emergem do espaço mundial. Adicionando a propagação de distintas ideias acerca da teoria marxista na mídia e nas redes sociais, o resultado a que chegamos aponta para a existência tanto de uma infinidade de marxismos com algum tipo de apêndice – “não dogmáticos”, “abertos”, “pluralistas” (HEINRICH, 2014 [2005], p. 32) –, como de uma considerável espessura histórica e cultural condicionante de toda e qualquer leitura (BIDET, 2010 [2004], p. 20).

Mas há algo de paradoxal nessa situação. Pois se é notória a departamentação da obra marxiana, uma espécie de recepção temática extremamente diversificada do seu corpo teórico, subsiste no imaginário social algo como “o” marxismo. Por mais que se multipliquem abordagens inovadoras, recentemente traduzidas para o português, permanece uma representação específica, uma espécie de “marxismo como visão de mundo” (HEINRICH, 2018 [2004], p. 23), em que o autor de *O capital* é apresentado como o economista que provou não só a exploração da classe trabalhadora como o colapso do capitalismo e a inevitabilidade da revolução proletária. Isso significa que a retomada da crítica da economia política, apesar de indispensável para a teoria social, tende a deixar desorientados aqueles que até pouco tempo atrás perguntavam pela atualidade de Marx.

Em meio às mais variadas novas leituras de Marx – no plural –, a recepção no Brasil da chamada “nova leitura de Marx” [*neue Marx-Lektüre*] – no singular – é especialmente artilosa. Diante da ausência de traduções (não só para o português, mas também para o inglês) de seus principais representantes e da literatura secundária, resta prejudicada a compreensão das premissas que orientaram seu surgimento, no final da década de 1960, na Alemanha ocidental². Essa situação também dificulta o reconhecimento de seu objeto de estudo e objetivos iniciais e, conseqüentemente, torna nebulosa a compreensão do desenvolvimento de seus debates. Afinal, o que seria a “nova leitura de Marx” (NLM)? O que há de novo nessa leitura e quais são suas contribuições para os debates marxistas? Nas próximas páginas procurarei responder essas questões a partir do seguinte itinerário: contextualização da NLM e, após, apresentação tanto de suas características iniciais – antecedida de alguns comentários acerca da importância de Theodor W. Adorno – como de seus desdobramentos.

² Ainda assim, as reflexões de Ruy Fausto merecem especial atenção. Em 1983 – no tomo I de *Lógica e política* – ele já demonstra ter conhecimento dos debates alemães. Se logo na introdução à primeira edição são citados os trabalhos de Hans-Georg Backhaus (FAUSTO, 2015 [1983], p. 26, n. 10), o texto “Abstração real e contradição: sobre o trabalho abstrato e o valor” faz menção às reflexões de Helmut Reichelt (FAUSTO, 2015, p. 127, n. 149).

2. O contexto da “nova leitura de Marx”

A década de 1960 constitui o contexto histórico a partir do qual surgiram novas leituras de Marx, algo intimamente associado ao processo de globalização teórica e científica. Ainda que a disseminação da teoria marxiana e marxista já estivesse em curso no século XIX, alguns fatores contribuíram para que a segunda metade do século XX caracterizasse um divisor de águas na história desse processo (HOFF, 2009, p. 11). Pense-se, por exemplo, na chamada “desestalinização” da então União Soviética, no surgimento de novos movimentos sociais emancipatórios e revolucionários a partir da Guerra do Vietnã, ou mesmo nos primeiros abalos na crença fordista do Estado de bem-estar social, mecanismo fundante de uma projeção em que a prosperidade perpétua conviveria com uma situação politicamente administrável (ELBE, 2010, p. 30).

Esses elementos propiciaram um ambiente no qual surgiram, nos mais variados países e continentes, diversas leituras inovadoras da obra marxiana, algo como uma resposta à chamada “crise do marxismo” que caracterizava aquele momento. Note-se, no entanto, que essa inovação está longe de possuir características comuns que permitam a identificação de um movimento teórico unitário. Ainda assim, é possível perceber uma espécie de identidade quanto ao ponto de partida, qual seja, a recusa do já mencionado “marxismo como visão de mundo”, também chamado de “o marxismo”, expressão utilizada para caracterizar a recepção dominante – restritiva e ideologizada – de Marx. Segundo Ingo Elbe, seria mais adequado compreender essa “escola marxista” como um “Engelsianismo” (2010, p. 14), notadamente em virtude do papel que os escritos de Engels³ exerceram na formação de gerações de marxistas e antimarxistas.

Trata-se, assim, da rejeição àquilo que poderia ser chamado de guia para a “economia política proletária”, um modelo interpretativo do mundo

³ Destacam-se: a resenha à *Contribuição à crítica da economia política* (1859); o livro *Anti-Dühring* (1878); a inacabada *Dialética da natureza* (1883); o livro *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* (1886) e o suplemento ao Livro III de *O capital* (1894-1895).

baseado em alguns pressupostos: (i) determinismo ontológico que, divulgado como “socialismo científico”, preparou o caminho para a concepção mecanicista e fatalista do materialismo histórico, engendrando uma metafísica da história que se realizaria pela missão providencial do proletariado; (ii) interpretação historicista do método marxiano, vinculando o início do Livro I à pré-história do capitalismo – mais precisamente, ao conceito de “produção simples de mercadorias” –, projetando a “lei do valor” para uma época econômica que teria existido entre 6.000 a.C. e o séc. XV d.C. e, assim, fornecendo as bases de uma (ainda influente) leitura de *O capital* que bane a relevância da conexão mercadoria-valor-dinheiro para a análise do modo de produção capitalista; e (iii) crítica apenas conteudística do Estado, tendo como eixo de análise a vontade da classe capitalista e o uso instrumental que esta faz do aparelho estatal, sem questionar as razões pelas quais o conteúdo de classe adquire a forma de “poder público” (ELBE, 2010, pp. 14-24).

Michael Heinrich também oferece algumas caracterizações desse “marxismo tradicional”⁴, destacando a ausência de atenção a aspectos decisivos da crítica da economia política, tais como a derivação categorial e sua relação com as formas sociais e a análise do fetichismo. Daí o argumento de que o “marxismo popular”, sustentado pelo amálgama de um “economismo rude” e de um “pronunciado determinismo histórico”, cumpria, acima de tudo, um papel de construção de identidade para o movimento dos trabalhadores (HEINRICH, 2018, p. 23). Como se sabe, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial começam a surgir outras abordagens

⁴ O uso dessas nomenclaturas exige certa atenção. Elbe identifica “o” marxismo com o “marxismo tradicional”, termo também utilizado por Heinrich. Este, no entanto, procurou captar os significados descritos acima com o referido “marxismo como visão de mundo” [*Weltanschauungsmarxismus* ou *worldview Marxism*], termo consagrado na literatura. Werner Bonefeld, por sua vez, lança mão da expressão “marxismo clássico” para se referir à temática (BONEFELD, 2014, p. 7), conceito igualmente utilizado no artigo de Bellofiore e Riva (2015, p. 24). Bastante discutido no Brasil, Moisés Postone também se vale da expressão “marxismo tradicional”, notadamente para se referir às abordagens que analisam o capitalismo “do ponto de vista do trabalho” (POSTONE, 2014 [1993], p. 21). Mas é importante perceber desde já que Postone inclui no rol de representantes dessas abordagens tradicionais alguns membros da Escola de Frankfurt, em especial Max Horkheimer e Adorno. Longe de significar uma mera anedota, aqui se manifesta uma tensão quanto às premissas teóricas que inicialmente levaram à “nova leitura de Marx”. Como destacarei adiante, isso permite questionar, consequentemente, os critérios para incluir ou não Postone como um de seus representantes.

marxistas críticas ao “marxismo oficial”: pense-se, por exemplo, no “marxismo ocidental” – em que são agregados autores tão divergentes como Karl Korsch, Georg Lukács, Antonio Gramsci, Horkheimer e Adorno –, e nos trabalhos pioneiros que se dedicaram à discussão das categorias iniciais de *O capital*, tais como valor, forma-valor e trabalho abstrato – momento em que se destacam as reflexões de Isaac Rubin e Eugen Pachukanis, já na década de 1920, e o ainda pouco conhecido debate japonês entre Kozo Uno e Samezo Kuruma na década de 1940.

De todo modo, quando se fala em novas leituras de Marx, deve-se ter em mente o referido ambiente social da década de 1960. É a partir dele que se desenvolvem interpretações de Marx – o operaísmo de Mario Tronti (Itália) e a visão estruturalista de Louis Althusser (França) são alguns exemplos – que rechaçam tanto o marxismo tradicional como o marxismo ocidental (BONEFELD; HEINRICH, 2011, p. 10). Diante desses esclarecimentos, o que se quer dizer com a NLM? Como já destacado, há uma delimitação territorial subjacente ao termo: os debates que ocorreram na Alemanha ocidental no período aqui destacado. Mas não só. Trata-se de um tipo de reflexão que, pelo menos num primeiro momento, possuía características próprias que o diferenciavam de outras abordagens, com premissas teóricas, problematizações e objetivos bem delimitados.

Intermezzo: um precedente fundamental – a teoria social de Adorno

Antes de apresentar os elementos que caracterizam a NLM, convém realçar um aspecto fundamental de sua gênese: a premissa adorniana⁵ presente nos primeiros representantes – mas não só, como será destacado adiante – dessa heterogênea nova recepção da obra marxiana. Ainda que

⁵ Isso não significa que outros autores da chamada “primeira geração” de Frankfurt não sejam importantes. Em um livro em homenagem à Reichelt, os organizadores destacam a “pré-história das ciências sociais” da NLM, com especial destaque para as reflexões de Horkheimer e Friedrich Pollock (KIRCHHOFF; PAHL; ENGEMANN; HECKEL; MAYER, 2004, p. 2, n. 8).

o termo “nova leitura de Marx” só tenha sido utilizado em sentido preciso pela primeira vez por Hans-Georg Backhaus, no prefácio do livro – *Dialética da forma-valor* – que reúne seus escritos (1997, p. 9), essa demarcação só foi possível quando se atenta para um momento anterior, qual seja, a “nova leitura de *O capital*” [*neue Kapital-Lektüre*] (BACKHAUS, 1997, p. 138). O que seria isso?

Como o próprio Backhaus esclarece, tratava-se de um grupo de trabalho que, já em 1964 – no Instituto de Ciência Política da Universidade de Frankfurt –, procurava desenvolver novas leituras dos textos de Marx, em especial *O capital*, a partir de problematizações até então inéditas. Isso permitiu que no ano seguinte – em um seminário de Adorno – fossem abordados temas como o conceito de Estado e sua relação com a forma-valor, além de discussões sobre o sentido da dialética na exposição categorial da crítica da economia política (BACKHAUS, 1997, p. 216, n. 10). Note-se que tais discussões eram compreendidas como uma espécie de “dimensão testamentária” de um futuro projeto de pesquisa de Adorno. Isso se deve ao testemunho que o próprio Adorno oferece após uma conversa (16 de abril de 1965) com Alfred Sohn-Rethel⁶. Nele estão presentes algumas anotações que destacam não apenas a importância do estudo da “constituição das categorias”, mas a sugestiva “necessidade de uma análise enciclopédica sistemática da abstração da troca” (ADORNO, 1989 [1965], pp. 223; 226). Nas palavras de Backhaus, o que estava em jogo nesse momento era a elaboração de uma “teoria da abstração real” (1997, p. 28).

⁶ A noção de “abstração real” desenvolvida por Sohn-Rethel (1989 [1970], p. 12) é fundamental para a NLM, ainda que sua recepção seja extremamente variada. Chris O’Kane oferece tanto uma “pré-história” da abstração real, momento em que se destacam as formulações de Marx, Adorno e Lefebvre, como um levantamento de seus usos na NLM, incluindo Postone, Reichelt e Derek Kerr. O’Kane também destaca o que chama de “novas teorias críticas da abstração”, referindo-se a Werner Bonefeld e Christian Lotz, autores que desenvolvem as formulações anteriores encontradas na NLM (O’KANE, 2020, pp. 265-289). Note-se, no entanto, que o termo “abstração real” na teoria social é originalmente desenvolvido por Georg Simmel – na *Filosofia do dinheiro* (1900) –, autor recuperado por Reichelt em sua nova elaboração de uma teoria da validade do valor (REICHELT, 2008, pp. 126-142), tema aprofundado adiante. No mais, há uma vasta gama de autores que desenvolveram teorias da abstração real – incluindo a dominação racial (BHANDAR; TOSCANO, 2015) e de gênero (ENDNOTES, 2013) nessa temática – a partir do próprio Marx e, recentemente, das reflexões de Alberto Toscano (2008).

Não por acaso, ao analisar as premissas que conduziram à publicação do artigo “Para a dialética da forma-valor” (1969), um texto que apresenta o programa de pesquisa da NLM⁷, Backhaus destaca a importância de dois ciclos de conferências [*Vorlesungen*] de Adorno (“Teoria da sociedade” e “Algumas questões da dialética”⁸) e um ensaio (“Sociologia e pesquisa empírica”). Também exercem um papel fundamental as reflexões extraídas de um seminário de 1962 (“Marx e os conceitos fundamentais da teoria sociológica”), publicadas pela primeira vez como anexo do livro *Dialética da forma-valor* (BACKHAUS, 1997, pp. 505-513). Neste caso, uma reflexão se mostrou incontornável para os debates que se desenvolveram nos anos seguintes: lançando mão do conceito de “tempo de trabalho abstrato socialmente necessário” (ADORNO, 1997 [1962], p. 507), Adorno chama a atenção para a necessidade de destrinchar uma inversão típica da socialização moderna: como aquilo que conduz à troca – as relações sociais – se apresenta como qualidade interna das próprias coisas?

Ainda que a relação de troca seja pré-formada pelas relações de classe – “a dominação de classe está preparada para sobreviver à forma objetiva e anônima de classe” (GS 8, p. 377) –, a mercadoria desaparece enquanto relação social, aparecendo à representação subjetiva como se possuísse um valor em si mesma (ADORNO, 1997 [1962], p. 508). Esse processo não apenas enja os mais variados encantamentos como interfere na clássica tentativa de responder à questão “como é possível a ordem social?”. Por isso mesmo

⁷ Jan Hoff reconhece a importância desse texto de Backhaus, mas sugere o ano de 1967 como marco da NLM. Trata-se de um argumento intimamente associado à relevância de Alfred Schmidt – aluno de Horkheimer –, também destacada na literatura (BELLOFIORE, 2018, pp. 23-30). Mais precisamente, naquele ano foi organizado um evento em comemoração ao centenário da primeira edição de *O capital*. Em sua conferência, Schmidt sustenta que os textos da juventude de Marx só podem ser compreendidos pela crítica da economia política, afastando qualquer ideia de “corte epistemológico”. Segundo Hoff, esses argumentos podem ser entendidos como um “documento de nascimento” da reflexão marxista que começava a surgir na Alemanha ocidental (HOFF, 2009, p. 85). De modo semelhante, Elbe se refere às contribuições de Schmidt como uma espécie de “dobradiça” entre o marxismo ocidental e a NLM (ELBE, 2010, p. 73).

⁸ Essas conferências permaneceram por muito tempo inéditas, até a publicação na seção IV dos *Nachgelassene Schriften* de Adorno pela editora Suhrkamp. A primeira, publicada em 2008 no volume 12, recebeu o nome de *Elementos filosóficos de uma teoria da sociedade*, tendo sido traduzida para o inglês em 2019. A segunda foi publicada recentemente, no volume 11, em dezembro de 2021, com o título *Questões da dialética*.

há uma íntima conexão entre: (i) a apreensão do conceito de sociedade na objetividade social, em que esta é compreendida como “essencialmente determinada pela troca”, isto é, em que a abstração é a “forma específica do processo de troca”, uma forma posta pela troca enquanto pressuposto “que torna possível a própria geração de algo como a socialização” (ADORNO, 2003 [1968], pp. 57-58); e (ii) a “espiritualização da objetividade” (GS 8, p. 247) diante daquilo que “objetivamente aparece” (GS 5, p. 296) – algo característico do racionalismo positivista, tal como analisado por Adorno em “Introdução a Émile Durkheim” –, que tem nas “monstruosidades” que escapam ao procedimento científico uma espécie de retorno reprimido pelas “selvagens especulações” (GS 8, pp. 264; 253).

Como se vê, não é por acaso que Backhaus considere Adorno “o único autor que tematizou o que Marx chamou de ‘ilusão objetiva’ das categorias econômicas” (BACKHAUS, 1992, p. 87). Assim, quando Reichelt caracteriza esse processo como “a gênese desapareceu no resultado” (REICHELT, 2008, p. 24), ou, então, quando Backhaus associa “crítica” à análise da gênese da autonomização das relações sociais (BACKHAUS, 1997, p. 47), ambos estão percorrendo um caminho aberto pela compreensão da crítica da economia política como “anamnese da gênese” (ADORNO, 1989 [1965], p. 223) das formas sociais autonomizadas: “a sociedade, o que se tornou autônomo, também não continua a ser inteligível; inteligível é apenas a lei de autonomização” (GS 8, p. 296)

Essas referências atestam aquilo que foi sugestivamente chamado de uma “versão genuinamente adorniana da crítica da economia política” (BRAUNSTEIN, 2016 [2011], p. 12). Aqui também poderia ser destacada a importância da “crítica *ad hominem*”. Utilizado no artigo “Sobre a lógica das ciências sociais” – mas igualmente presente em outros textos de Adorno –, o termo *reductio ad hominem* qualifica a inspiração de toda “ilustração crítica” comprometida com a libertação da humanidade do encanto [Bann] que recai sobre as relações humanas na modernidade (GS 8, p. 565). Se a crítica *ad hominem* da economia política é “a desmistificação do valor como uma força econômica suprassensível” (BONEFELD, 2014, p. 62), essa

compreensão está fundada no argumento de que o “mais-valor” seria uma categoria-chave para a teoria social (ADORNO, 1997 [1962], p. 508).

Diante dessas referências, também não chega a ser surpreendente que Backhaus saliente, ao avaliar sua produção acadêmica, que a obra adoniana atravessa seus escritos como um “fio vermelho” (BACKHAUS, 1997, p. 29). Naturalmente, isso não significa que outras circunstâncias – e desenvolvimentos teóricos – não tenham contribuído para a formação da NLM. O próprio Backhaus destaca como o início de seus estudos foram marcados por um “acaso”, qual seja, a descoberta da primeira edição de *O capital* por volta de 1963, na biblioteca de Hermann Brill, um político social-democrata que falecera alguns antes. Segundo Backhaus, “já à primeira vista” se manifestavam diferenças categoriais consideráveis entre a primeira (1867) e segunda (1872) edição, notadamente na construção conceitual e na apresentação da teoria do valor⁹ (BACKHAUS, 1997, p. 29). Ainda assim, Reichelt não deixa de notar, citando o próprio Backhaus, que esse “olhar à primeira vista” só poderia ser desenvolvido por alguém que tivesse participado das conferências de Adorno (REICHELT, 2008, p. 11). Por isso mesmo, no significativamente intitulado “Teoria crítica como programa de uma nova leitura de Marx”, Reichelt retoma as ideias mais importantes do “Adorno tardio” para o desenvolvimento dessa nova recepção: (i) autonomização da sociedade, compreendida como totalidade; (ii) unidade dessa totalidade objetiva; (iii) crítica como apresentação das categorias e a (iv) abstração subjacente ao processo de troca (REICHELT, 2008, p. 32)¹⁰.

⁹ Este é um tema clássico na NLM, ainda pouco aprofundado na literatura brasileira. Fausto aparece aqui, novamente, como uma salutar exceção, notadamente ao discutir o conceito de trabalho abstrato – e suas “leituras vulgares” (FAUSTO, 2015, p. 129) – a partir de uma analogia bastante sugestiva utilizada por Marx na edição de 1867 para ilustrar a “forma genérica” [*Gattungsform*] (MEGA, II, 5, p. 37). Resumidamente, as diferenças mencionadas dizem respeito à Seção I do Livro I. Por exemplo: o anexo com a versão popularizada da forma-valor (na primeira edição) foi excluído na segunda edição e grande parte do seu conteúdo passou a integrar o primeiro capítulo da edição de 1872, ao passo que a referida “forma genérica” nunca mais foi retomada, assim como a sugestiva “forma IV” que encerrava a análise da forma-valor no primeiro capítulo do texto de 1867 (MEGA, II, 5, p. 43).

¹⁰ Note-se, no entanto, que a avaliação de Reichelt acerca da contribuição da Teoria Crítica possuía outro tom na década de 1970. Em *Sobre a estrutura lógica do conceito de capital* em Karl Marx, ela é criticada por não ter “contribuído com nada de essencial para elucidar a dialética em *O capital*”, de tal modo que uma “teoria dialética” seria apenas um “programa” de pesquisa quase positivista (REICHELT, 1970, p. 17).

Esse “legado de Adorno” (BELLOFIORE; RIVA, 2015, p. 25) é fundamental para compreender o argumento de Bonefeld, para quem a *Dialética negativa* (1966) ofereceu tanto o “catalisador teórico” como o incentivo e o *insight* para o desenvolvimento da crítica da economia política como teoria social crítica no âmbito da NLM (BONEFELD, 2014, p. 4). Se esta gradativamente se transformou num campo bastante heterogêneo, a sugestiva “Escola de Frankfurt da nova leitura de Marx” – cujo princípio seria marcado pela “auto-suprassunção da orientação à crítica cultural da teoria crítica clássica” (ELBE, 2010, pp. 67-68) – fornece um critério inicial para identificar seus primeiros representantes¹¹. Nesse sentido, Hoff compreende Backhaus e Reichelt como os membros mais antigos dessa tradição frankfurtiana. Já Helmut Brentel e Diethard Behrens pertenceriam a uma geração intermediária de pesquisadores. Por fim, Nadja Rakowitz representaria a geração mais jovem (HOFF, 2009, p. 202). É certo que esses autores, assim como outros geralmente incluídos na NLM, como o já citado Heinrich, além de Elbe, Postone e o próprio Bonefeld, possuem diferenças consideráveis. Ainda assim, a ideia de que a forma-valor e a forma-dinheiro seriam os “bens mais sagrados” da teoria crítica – termos utilizados por Adorno pouco antes de sua morte (REICHELT, 2008, p. 39) – constitui uma avaliação cujos desenvolvimentos distinguiriam as discussões das décadas seguintes¹².

¹¹ Christopher Arthur, por exemplo, faz o seguinte comentário: “o interessante em Backhaus é que ele vem da escola da *teoria crítica* de Frankfurt. [...] Para ele, a teoria do valor não tem por objetivo derivar os preços – uma perda de tempo –, mas criticar esta forma-valor como um aparato invertido insano de alienação e fetichismo. Muito deste livro [*A nova dialética e O capital de Marx*] desenvolve intuições desse tipo” (ARTHUR, 2016 [2004], p. 26). Note-se, no entanto, que a “Nova Dialética” – ou “Dialética Sistemática” – não se confunde com a NLM. O termo foi cunhado por Arthur e procura designar algumas abordagens comuns que, no entanto, não chegam a constituir uma escola. De modo geral, o objetivo de seus representantes é repensar e reconstruir a relação entre Marx e Hegel a partir de uma reavaliação do último, notadamente a partir de reinterpretções da Lógica – no caso de Arthur, com o argumento acerca da “homologia” entre a estrutura da *Lógica* e *O capital* de Marx (2016, p. 20).

¹² Ainda que isso não seja mencionado na literatura. Tal como sugerido por Elbe: “esta linhagem desde Adorno passando por Alfred Schmidt até Reichelt e Backhaus não é mencionada de forma alguma nas panorâmicas clássicas da Escola de Frankfurt, como as de Martin Jay, Rolf Wiggershaus, ou mesmo nos trabalhos mais recentes sobre o desenvolvimento da Escola de Frankfurt, como o de Alex Demirovic” (ELBE, 2018, p. 368).

3. Características iniciais da “nova leitura de Marx”

Pode-se dizer que a NLM possui algumas características gerais. Reconhecendo a importância de abordagens anteriores¹³ – como as de Rubin sobre trabalho abstrato e, especialmente, o estudo de Roman Rosdolsky a propósito dos *Grundrisse*¹⁴ –, seu paradigma gira em torno da crítica à chamada “economia política socialista”. Isso significa que seus representantes rechaçam a redução da análise marxiana às questões distributivas de uma riqueza cuja forma e qualidade social não eram debatidas em profundidade (ELBE, 2010, p. 31). Consequentemente, as discussões iniciais tinham como objeto de estudo temas como: a exposição lógica e histórica do modo de produção capitalista e sua relação; as variações da análise da forma-valor encontradas nos textos de Marx¹⁵ e os problemas que isso levantava para o argumento – bastante difundido – de que *O capital* seria uma obra completa e acabada, além da importância dos manuscritos econômicos anteriores como chave de acesso para a compreensão da crítica da economia política.

¹³ Aqui não é possível aprofundar a influência do estruturalismo althusseriano na NLM. Se ambos acentuam a importância do “Marx maduro”, não são poucas as divergências entre suas premissas e desenvolvimentos. De modo geral, os autores vinculados à NLM não aceitam nem desenvolvem qualquer “corte epistemológico” na obra marxiana – como já destacado – e, ao se deterem nas variações da Seção I do Livro I ao longo das edições de *O capital*, aprofundam aquela temática que constitui um dos pontos cegos mais graves de Althusser. Este, ainda assim, exerce um papel importante na reflexão de Heinrich acerca do “campo teórico” que Marx teria inaugurado (HEINRICH, 2017 [1999], p. 17). Em Bonefeld, por outro lado, encontra-se uma crítica severa ao estruturalismo de Althusser e à redução da crítica da economia política ao estudo do modo de funcionamento de (supostas) leis econômicas gerais (BONEFELD, 2014, pp. 28-35). Nesse contexto, Elbe oferece uma exposição detalhada sobre as contribuições de Althusser e Jacques Rancière para a NLM (ELBE, 2010, pp. 48-66).

¹⁴ Mesmo que considere importante não exagerar o “parentesco” entre os *Grundrisse* e *O capital*, Rosdolsky acreditava ter “encontrado, pois, nas categorias de ‘capital em geral’ e de ‘pluralidade de capitais’ (ou seja, da concorrência) a chave para compreender não só os *Grundrisse* mas também *O capital*” (ROSDOLSKY, 2001 [1968], p. 56). Essa perspectiva terá um peso enorme nas primeiras formulações da NLM.

¹⁵ Existem ao menos seis exposições da forma-valor, todas diferentes: (i) a primeira, tal como aparece em *Para a crítica da economia política* (1859); (ii) a segunda, na primeira edição do Livro I de *O capital* (1867); (iii) a terceira, na versão popularizada, incluída como anexo à primeira edição do Livro I; (iv) a quarta, igualmente divergente das anteriores, na segunda edição do Livro I de *O capital* (1872); (v) uma quinta exposição na tradução francesa do Livro I (1873-1875), revisada e corrigida pelo próprio Marx e (vi) a sexta, encontrada na terceira (1883) e quarta (1890) edições, que inclui alterações da edição francesa, realizadas por Engels. Além disso, é fundamental atentar para a auto-crítica feita por Marx em *Complementos e alterações à primeira edição*, texto publicado pela primeira vez pela MEGA 2, apenas em 1987. Daí a importância da hercúlea organização feita por Thomas Kuczynski (2017) da nova redação do Livro I a partir dessas diferenças.

Somem-se a isso as controvérsias que surgiram a partir da análise de duas cartas escritas a Engels: na primeira (16 de janeiro de 1858), Marx reconhece que a elaboração do método de apresentação de seus estudos foi facilitada pela releitura de algumas passagens da *Lógica* de Hegel (MEW, 29, p. 260); na segunda (9 de dezembro de 1861), Marx diz que sua publicação anterior – *Para a crítica da economia política* (1859) – continha argumentos que foram “popularizados”, algo que também acontecerá alguns anos depois na análise da teoria do valor¹⁶, além de confidenciar que “o método está muito mais escondido” (MEW, 30, p. 207). Diante dessas “provas”, o resultado parecia quase evidente: no contexto da Alemanha Ocidental no início da década de 1970, acreditava-se que os problemas existentes na literatura marxista poderiam ser solucionados mediante uma reavaliação da relação Marx-Hegel e da reconstrução do método marxiano, tarefa que seria levada a cabo principalmente pelo estudo dos *Grundrisse* e do *Urtext*¹⁷.

Aqui se manifesta o *leitmotiv* que caracteriza os primeiros trabalhos da NLM: a tarefa de reconstruir e, assim, revelar algo como “o” verdadeiro sentido da crítica da economia política. Tal como resumido por Elbe, no âmbito teórico isso significou um triplo abandono: (i) da concepção substancialista do valor, como se este fosse uma qualidade interna e independente das mercadorias; (ii) das análises teórico-manipuladoras do Estado; e (iii) da vinculação da crítica da economia política ao movimento dos trabalhadores (ELBE, 2010, pp. 31-32). De modo similar, Hoff salienta três aspectos desse período: (i) o distanciamento crítico da interpretação de Marx feita pela ortodoxia marxista-leninista, e/ou da compreensão de Engels da

¹⁶ No prefácio à primeira edição (1867), logo após admitir ter popularizado a análise da substância do valor e da grandeza do valor, Marx destacava o seguinte ponto: “diferentemente é o que ocorre com a análise da forma-valor. Ela é de difícil compreensão, porque a dialética é muito mais precisa que em sua primeira exposição. Portanto, aconselho o leitor não familiarizado ao pensamento dialético a pular a seção da p. 15 até o final da p. 34, e a ler o anexo “A forma-valor” incorporado ao livro” (MEGA, II. 5, p. 11-12). A partir da segunda edição (1872), a análise da forma-valor também é “popularizada”, uma vez que o conteúdo da Seção I passa a ser o mesmo da versão anteriormente oferecida no anexo. Como já destacado, com isso se perde a exposição da “forma genérica” e da “forma IV” presentes na primeira edição.

¹⁷ Literalmente, “texto original”, escrito em 1858 e publicado pela primeira vez em 1941, como anexo dos *Grundrisse* (1857/58).

crítica marxista à economia política; (ii’), a insistência na interconexão específica entre a teoria do valor e a teoria do dinheiro em Marx, o que levará à chamada “teoria monetária do valor”¹⁸; e (iii’) a pesquisa sobre a interconexão específica entre a esfera da circulação simples de mercadorias – categoria que desaparece na interpretação engelsiana da “produção simples de mercadorias” – e a acumulação do capital (HOFF, 2009, p. 202).

Como já destacado, o artigo de Backhaus – “Para a dialética da forma-valor” (1969) – é um exemplo paradigmático do então emergente programa de pesquisa que se delineava. Além de criticar a transformação/inversão da crítica da economia política em “economia”, com suas análises quantitativas e métodos matemáticos – como se as categorias valor, preço e juros, por exemplo, disputadas com outras correntes teóricas, não fossem, elas mesmas, expressões fetichizadas –, algo especialmente ressuscitado em algumas abordagens marxistas após a crise de 2008¹⁹, Backhaus não deixa dúvidas acerca do objetivo que a investigação filológica deveria buscar: “resta, portanto, um *desideratum* urgente da pesquisa marxista em reconstruir por inteiro a teoria do valor (BACKHAUS, 1997, p. 42).

É neste contexto que se inserem o livro de Reichelt – *Sobre a estrutura lógica do conceito de capital* (1970) – e os trabalhos de Backhaus reunidos nos *Materiais para a reconstrução da teoria marxiana do valor*, partes I (1974) e II (1975). Daí argumentos como: “a derivação das categorias só é possível a partir de um caminho, o ‘ir além de si mesmo imanente’, como diz Hegel, e esse é o método dialético em *O capital*” (REICHELTL, 1970, p. 16); “a teoria marxista do valor teve que bloquear a compreensão da teoria marxiana do

¹⁸ Backhaus sustenta que a teoria marxiana do valor deve ser concebida como uma “crítica às teorias pré-monetárias do valor” (1997, p. 94), disso derivando a compreensão da crítica da economia política como “teoria monetária do valor”.

¹⁹ Note-se a atualidade do diagnóstico apresentado em 1967 diante de algo que poderia ser chamado de “marxismo de dados” [*data marxism*]: “se na discussão em comemoração aos cem anos de *O capital* a economia quase não tomou conhecimento de seu subtítulo – crítica da economia política no sentido de uma “crítica das categorias econômicas” –, isso se deve obviamente ao fato de que a grande maioria dos economistas têm evitado e evita – assim como o Diabo foge da cruz – o tema central desta crítica, qual seja, o caráter fetichista das categorias econômicas” (BACKHAUS, 1997, p. 34).

valor” (BACKHAUS, 1997, p. 69, grifos no original); “a teoria *marxista* do valor ficou presa ao terreno da teoria *pré-marxiana*” (1997, p. 74, grifos no original); “o texto de Marx é, em si mesmo, incompreensível e, na melhor das hipóteses, acessível somente à filologia especializada de Marx” (1997, p. 70).

Essas investigações metodológicas a partir da retomada da forma-valor serviram como pano de fundo para o desenvolvimento de inúmeras pesquisas sobre fenômenos tidos como “não econômicos”, tais como a forma política do Estado moderno²⁰ e o sentido da compreensão científica (KIRCHHOFF; PAHL; ENGEMANN; HECKEL; MAYER, 2004, p. 4). Mas as expectativas em relação ao sucesso da empreitada reconstrutiva passam a sofrer alterações já na década de 1970. Na parte III dos *Materiais* (1978), Backhaus faz uma autocrítica em relação aos seus primeiros escritos. Diferentemente de momentos anteriores, agora ele admite que existe “uma incerteza da parte de Marx sobre a origem e validade dos termos que ele usa”. Consequentemente, seria necessário “rever fundamentalmente o conceito de ‘reconstrução’ subjacente às duas primeiras partes dos *Materiais*” (BACKHAUS, 1997, p. 132). Note-se – e isso será fundamental – que é o próprio estatuto da crítica da economia política que passa a ser questionado.

Por isso Backhaus chega a considerar sua interpretação lógica como uma “simplificação injustificável”, de tal modo que “apenas o reconhecimento de certas ambiguidades [*Zweideutigkeiten*] transmite uma imagem adequada da teoria marxiana do valor” (BACKHAUS, 1997, p. 133). Uma vez que “o próprio texto marxiano dá motivos para argumentar com Marx contra qualquer interpretação marxista e, finalmente, também *com Marx contra Marx*” (1997, p. 139, grifos no original), o canto do cisne da busca pela coerência interna via análise lógica – o suposto núcleo metodológico escondido da exposição da crítica da economia política – evidencia-se quando Backhaus passa a considerar seus anseios iniciais como uma “pretensão

²⁰ A “teoria derivacionista do Estado” – cujos origem e desenvolvimentos foram apresentados sistematicamente por Elbe (2010, pp. 319-443) –, apesar de suas inúmeras variações, tem suas raízes aqui.

ingênua” (1997, p. 220, n. 32)²¹. Assim, antes da década de 1980, Backhaus já considera necessário relativizar a tese da reconstrução²², “transformando-a apenas em uma interpretação” (1997, p. 155) que deveria buscar um novo modo de relacionar lógica e história²³.

Como se vê, se a NLM procurou afastar a teoria marxista dos dogmatismos então existentes, isso não a impediu de correr o risco de se aprisionar em uma nova ortodoxia – a reconstrução metodológica (supostamente) acessível pela filologia. Ainda assim, sua contribuição inicial foi de extrema relevância, notadamente ao propor: a importância da análise lógica de *O capital* e sua vinculação à necessidade de reconsiderar a dialética em Marx e Hegel; o afastamento da interpretação historicista da Seção I do Livro I e, mediante o auxílio de textos como o *Urtext* e os *Grundrisse*, o destaque à ordem de sua exposição categorial no âmbito da “circulação simples de mercadorias”; o imbricamento entre valor e dinheiro, a referida teoria monetária do valor, e sua conexão com a análise do fetichismo – temas que alicerçaram as bases para o desenvolvimento e aprofundamento de novos estudos.

4. Desdobramentos da “nova leitura de Marx”

Escrevendo no início da década de 1990, Heinrich pôde retrospectivamente avaliar as vicissitudes da NLM, em especial o pressuposto de que existiria,

²¹ É neste contexto que se inserem as críticas de Robert Kurz à NLM. Mas deve-se ter em mente que as análises desse autor (e, de modo geral, do grupo *Krisis*, além dos autores posteriormente vinculados à revista *Exit!*) não se confundem com aquelas desenvolvidas na NLM. Por isso, Kurz explicitamente situa a “crítica do valor” – posteriormente chamada de “valor-cisão”, após as contribuições de Roswitha Scholz – como uma “terceira posição” diante da NLM e da ortodoxia marxista (2012, p. 8).

²² Essa postura também significa que Engels já não pode mais aparecer como um detrator de Marx, uma compreensão bastante difundida entre autores da NLM. O próprio Backhaus chega a dizer que “se as interpretações de Engels fossem seguidas, as montanhas da dialética de Marx teriam dado à luz a nada mais do que um rato” (1997, p. 112). Tal reavaliação da importância de Engels se dá no âmbito da recente difusão de uma “nova leitura de Engels” (KANGAL, 2020, pp. 1-2).

²³ Deve-se ter em mente que o giro comunicativo na teoria social alemã – a partir das contribuições de Jürgen Habermas – passa por essa reavaliação do ímpeto reconstrutivista. Em *Teoria do agir comunicativo* (1981), Habermas cita Backhaus e Reichelt para salientar as dificuldades que esses autores tiveram no tratamento da relação entre *O capital* de Marx e a *Lógica* de Hegel e afirma: “por isso não entrarei em mais detalhes sobre a análise formal” (HABERMAS, 1981, pp. 476-477).

nos diversos textos marxianos, um discurso unitário e correto que, por sua vez, permitiria uma reconstrução apta a tanto afastar as interpretações equivocadas da teoria marxiana como reverter seu processo de popularização (HEINRICH, 2017, p. 16). Essa hipótese tinha como corolário a expectativa de que *O capital* seria a “obra final”, isto é, como se os manuscritos que compõem o projeto da crítica da economia política seguissem uma linha qualitativa ascendente, culminando na melhor e definitiva versão, uma expectativa defraudada frequentemente pela publicação da MEGA 2²⁴.

É justamente esse trabalho editorial que contribuiu para a emergência de outras abordagens no âmbito da NLM. Mas isso não deve ser compreendido como uma ruptura em relação aos trabalhos anteriores. Pense-se, por exemplo, no tema da dialética em Marx e Hegel. Em 1979, Dieter Wolf publica seu estudo sobre a relação entre *A fenomenologia do espírito* e a exposição das categorias em *O capital*, renovando a discussão sobre dialética materialista e idealista (WOLF, 1979, p. 8). No ano seguinte, Gerhard Göhler lança a polêmica tese da “redução dialética” que caracterizaria *O capital*, quando comparada com a “dialética enfática” que estruturaria a análise do dinheiro em *Para a crítica da economia política*. Tal “redução” significaria um afastamento de Hegel, tornando necessário aquilo que chamou de “reconstrução genética” (GÖHLER, 1980, p. 125). Alguns anos depois, o mesmo Wolf participará desse debate criticando os argumentos de Göhler (WOLF, 2002 [1985], p. 224), uma postura que também pode ser encontrada em Brentel, quando este extensivamente rebate os argumentos que fundamentam a “redução dialética” a partir de uma releitura dos textos marxianos (BRENTTEL, 1989, pp. 347-356).

²⁴ Carl-Erich Vollgraf sintetiza essa questão do seguinte modo: “a publicação dos manuscritos de pesquisa de Marx revela que seu trabalho sobre *O capital* não foi um processo linearmente ascendente de aquisição de conhecimento. [...] Em vez disso, a obra de Marx é muito mais um processo atribulado de avanços e estagnação na compreensão, de formação de novos conceitos e abandono de planos (cf. a noção descartada de ‘capital em geral’), de progresso textual e de versões que são destruídas, de tomar partido e recuar (cf. o envolvimento de Marx no debate sobre o esgotamento do solo)” (VOLLGRAF, 2018, p. 66).

Uma revisita à tentativa de reconstrução lógica da crítica marxiana é, aliás, a marca distintiva das reflexões de Brentel. Ele não apenas propõe a unidade entre objeto, forma e fetiche, como vincula seus esforços à reconstrução da crítica marxiana, compreendida “como teoria da constituição da objetividade econômico-social, como teoria da forma de trabalho e como teoria crítica da reprodução” (BRENTTEL, 1989, p. 11). Por isso mesmo, Brentel não aceita a mudança de postura de Backhaus citada anteriormente²⁵, argumentando que a procura por um novo método lógico-histórico significaria uma “recaída no relativismo metodológico” (1989, p. 357). Uma vez que “o histórico funciona sistematicamente como uma estratégia negativa de prova da especificidade das formas burguesas, como prova negativa do lógico” (1989, p. 364), Brentel atribui o argumento da ambivalência entre o lógico e o histórico na análise da forma-valor às interpretações de Marx, algo que não seria observável no aparato conceitual marxiano.

Ainda assim, os próximos anos serão caracterizados pela profícua discussão da tese de Heinrich acerca das “ambivalências” [*Ambivalenz*], notadamente a partir da publicação de *A ciência do valor* (em 1991, com uma versão revista e aprofundada em 1999). Note-se, no entanto, que aqui se manifesta um deslocamento importante em relação aos trabalhos de Brentel, Reichelt e Backhaus. Como sugestivamente colocado por Bellofiore, Heinrich opera uma espécie de “torção” na NLM (BELLOFIORE, 2018, p. 13)²⁶. Isso ocorre em razão do afastamento de toda e qualquer tentativa de “reconstrução”, já que Heinrich problematiza a existência de uma teoria marxiana consistente e correta, como já destacado. Distante das tentativas de “decifrar”

²⁵ Naturalmente, Backhaus continuou sua agenda de pesquisa, cada vez mais voltada à “constituição” do valor e aos conceitos macroeconômicos presentes na “ciência econômica” que, apesar de procurarem explicar a realidade social, continuamente se deparam com as já mencionadas “monstruosidades” conceituais (BACKHAUS, 2002). Daí sua análise do “enigma do dinheiro” (BACKHAUS, 1985) e sua relação com a “objetividade do valor” nos primeiros capítulos de *O capital* (BACKHAUS, 1987). Essas reflexões o levaram à discussão do conceito de crítica em Marx e na teoria crítica, ensejando uma teoria da constituição do capitalismo enquanto estrutura objetiva produzida pela ação dos indivíduos, mas, ainda assim, independente destes (BACKHAUS, 2000). Esses textos estão agora compilados em *Marx, Adorno e a crítica da teoria econômica* (BACKHAUS, 2013).

²⁶ Ainda que o próprio Heinrich explicitamente vincule seus trabalhos – *A ciência do valor* (1999) e *Crítica da economia política: uma introdução* (2004) – à NLM (HEINRICH, 2018, p. 26, n. 2).

O capital pelos *Grundrisse*²⁷, Heinrich salienta que Marx não propôs apenas uma nova teoria, mas uma “revolução científica” que abriu um campo teórico radicalmente novo (HEINRICH, 2017, p. 17).

O problema é que esse novo campo científico vislumbrado por Marx abrigaria não só um discurso inovador – a crítica da economia política –, mas também um aprimoramento do discurso clássico – a economia política crítica. Nesse contexto, o relevante não é sustentar o caráter deficitário da autorreflexão de Marx, mas que

o seu próprio desenvolvimento categorial permanece ambivalente em pontos decisivos. [...] Os elementos do discurso clássico estão bastante integrados no novo terreno [da crítica da economia política]; eles já infectam as categorias básicas e geram problemas específicos (HEINRICH, 2017, p. 17, grifos no original).

Ainda que as ambivalências sejam compreendidas como uma consequência de toda revolução científica que tenta “criar uma nova disciplina teórica com base na crítica de um sistema de pensamento estabelecido” (SOTIROPOULOS; MILIOS; LAPATSIORAS, 2013, p. 46), seria necessário romper definitivamente com os fundamentos – a-historicismo, antropologismo, individualismo e empirismo – da teoria clássica (HEINRICH, 2017, p. 310), uma tarefa destinada às futuras intervenções da teoria marxista.

Mas o que efetivamente se observou com o passar dos anos foi um processo de aprofundamento das divergências já existentes. Ao menos duas temáticas presentes a partir da década de 1990 merecem atenção: (i) o debate sobre a relação entre as alegadas ambivalências de Marx e sua relação com o método que teria sido escondido (BACKHAUS; REICHEL, 1995, p. 78), momento em que se destacam as discussões sobre a caracterização da

²⁷ A expectativa de que os manuscritos de 1858 poderiam iluminar os desafios postos pela apresentação da crítica da economia política é amplamente compartilhada – por exemplo, em Reichelt e Postone, ainda que com enormes e significativas diferenças entre ambos. Heinrich rechaça essa possibilidade sobretudo pela alteração metodológica feita pelo próprio Marx, que abandona o conceito de “capital em geral” (*Grundrisse*) após 1863, passando a utilizar o conceito de “capital social total” (*O capital*) (HEINRICH, 2017, p. 185). Nesse contexto, é de especial relevância a análise da literatura que se dedica à problemática do “capital em geral” e sua relação com o plano de 6 livros apresentado nos *Grundrisse* (HOFF, 2009, pp. 253-275).

crítica da economia política como uma análise da “média ideal”²⁸; (ii) a retomada da “exposição dialética” como eixo de problematização a partir do qual ganhou notoriedade a disputa sobre os “limites da forma dialética de apresentação”²⁹, momento em que alguns (RIEDEL, 1997) passam a considerar que o método aplicado por Marx em *O capital* não teria mais qualquer pretensão dialética, ao passo que outros (REICHEL, 2000) rejeitavam essa posição.

Naturalmente, outros temas foram objeto de análise. A publicação em 1987 do até então inédito manuscrito *Complementos e alterações à primeira edição de O capital*, texto de 1871/72 em que Marx faz autocríticas à exposição da forma-valor, desempenhou um papel fundamental não só para a argumentação de Heinrich acerca das ambivalências de Marx, mas sobretudo para a discussão filosófica do conceito de substância (BEHRENS, 1993, p. 173)³⁰. No mesmo período também se inicia o debate entre Heinrich e Wolfgang Fritz Haug sobre a necessidade (ou não) do dinheiro ser mercadoria, além das críticas deste à teoria monetária do valor e sua vinculação à “circulação simples de mercadorias”³¹. Assim, é sintomático que a criação em 1992 da *Marx Gesellschaft* [Sociedade Marx], por iniciativa de Backhaus, Diethard Behrens e Hans-Joachim Blank, estivesse calcada na expectativa de alcançar algum consenso teórico (HOFF, 2009, p. 94). Apesar dos desacordos observados, o trabalho de Nadja Rakowitz – *Produção simples de mercadorias: ideal e ideologia* – é um dos principais frutos desse ambiente. Criticando as

²⁸ Nos *Manuscritos Econômicos de 1864-1865* (o Livro III), Marx delimita sua análise à “organização interna” do modo de produção capitalista, sua “média ideal”, razão pela qual “o movimento efetivo da concorrência está fora dos nossos planos” (MEGA, II. 4.2, p. 853).

²⁹ Tais limites são apresentados por Marx no Urtext (1858) – “a forma dialética de apresentação só é correta se conhece seus limites” (MEGA, II. 2, p. 91) – e serviram como catalisador de novos embates sobre a relação entre método e dialética na crítica da economia política.

³⁰ No manuscrito, Marx caracteriza a compreensão do valor como substância nos termos de uma “objetividade puramente fantástica” (MEGA, II. 6, p. 32), uma “coisa social” (MEGA, II. 6, p. 39).

³¹ Em sua “décima preleção” introdutória sobre *O capital*, Haug chega a dizer, em defesa da perspectiva trans-histórica da teoria do valor, que “nada se altera desde os tempos de Homero, ou desde há milênios antes dos mesmos, ainda que o seu estatuto social, bem como o estatuto das formas que se vão edificando em cima dela, com destaque para a forma do preço, passem por metamorfoses enormes” (HAUG, 2005, p. 152).

interpretações de Backhaus, Reichelt e Postone³² sobre o trabalho abstrato, a autora vale-se dos argumentos desenvolvidos por Marx em *Resultados do processo imediato de produção* para destacar as mudanças – no interior do processo de produção, e não mais no âmbito da circulação – dessa categoria e suas consequências para a crítica da economia política (RAKOWITZ, 2000, p. 105).

Também deve ser mencionada a reflexão de Sven Ellmers sobre teoria das classes sociais. Partindo das reflexões que tiveram início com Backhaus e Reichelt, Ellmers apresenta a distinção entre o “conceito formal-analítico de classe” e o “conceito empírico-sociológico de classe”, além da crítica à reiterada dissolução de um no outro. É a partir dessa problematização que o autor busca expandir o horizonte de pesquisa da NLM, salientando que a operacionalização direta e exclusiva das determinações analíticas da forma “faz tão pouca justiça à complexidade dos sistemas sociais como a sucessiva concretização da crítica da economia num arranjo de investigação empírica faz ao programa científico analítico da forma” (ELLMERS, 2007, p. 35).

Tendo esses desenvolvimentos em mente, pode-se compreender a avaliação de Reichelt, quando este destaca a mudança de foco na NLM: das intenções de reconstrução do método para o estudo da construção da objetividade social. No que se refere à sua própria pesquisa, Reichelt passa a desenvolver uma “teoria da validade” (2008, p. 21), resgatando a importância do conceito

³² Vale aqui um segundo comentário sobre Postone. Heinrich (2018, p. 26, n. 2) e Bonefeld (2014, p. 3) incluem *Tempo, trabalho e dominação social* como um representante da NLM, mas não apresentam critérios para tanto. É verdade que Postone é animado por um ímpeto de reconstrução da crítica marxiana pelos *Grundrisse*. Além disso, suas críticas às interpretações tradicionais do trabalho abstrato bem como a menção às inconsistências presentes no próprio Marx permitem considerar suas reflexões como uma crítica às abordagens substancialistas do valor e, nesse sentido, elas vão ao encontro das análises que caracterizam a NLM. Mas as semelhanças com essas abordagens param por aqui. Por exemplo: a questão da apresentação dialética, o preciso sentido de uma “teoria monetária do valor” e sua relação com os debates sobre a exposição da forma-dinheiro não recebem qualquer atenção especial na exposição de Postone. E o que é ainda mais instigante: mesmo sendo publicado em 1993, isto é, após todos os debates que se desenvolveram a partir da década de 1970, *Tempo, trabalho e dominação social* praticamente não dialoga com seus principais representantes. Se isso fornece indícios das razões pelas quais Arthur considera Postone um autor da “nova dialética” (ARTHUR, 2016, p. 20), Elbe não deixa de problematizar a ausência de referências à literatura anterior: “é fácil dar ao próprio trabalho o ar de sem precedentes, como Postone faz *ad nauseam*, quando, na verdade, ele constantemente se refere a posicionamentos não creditados que já eram conhecidos antes de 1993” (ELBE, 2010, p. 243, n. 433).

de validade [*Geltung*] na primeira edição de *O capital* e relacionando-o com as discussões sobre “abstração real” em Simmel e Sohn-Rethel. Note-se, e isso é particularmente importante, que o desenvolvimento desse programa de pesquisa – que tem na “constituição da objetividade do abstrato” (REICHELT, 2008, pp. 21; 15) seu centro de gravidade – é apresentado como uma espécie de desenvolvimento dos *insights* e insuficiências de Adorno, notadamente a não concretização dos conceitos – como abstração objetiva, inversão, totalidade – que caracterizariam o processo de autonomização da sociedade (REICHELT, 2007, p. 6).

Diante desse “retorno a Adorno”, é sintomático o subtítulo que Bellofiore e Riva escolhem no artigo de ambos sobre a NLM: “colocando a crítica da economia política novamente na crítica da sociedade”. Por isso eles consideram a referida “anamnese da gênese” uma chave de acesso para observar a realidade capitalista a partir de sua fonte: “o trabalho vivo e resultante da exploração de trabalhadores assalariados como suportes vivos de força de trabalho” (BELLOFIORE; RIVA, 2015, p. 34). Não por acaso, recentemente Bellofiore procurou “radicalizar” a teoria monetária do valor a partir da leitura processual das reflexões de Adorno sobre o *ens realissimum* [o ser mais real]³³, argumentando que a “validação *a posteriori*”³⁴ do valor, no mercado, depende de uma “validação *a priori*”, notadamente em virtude do papel desempenhado pelo dinheiro (enquanto crédito) já no processo de produção (BELLOFIORE, 2018, pp. 142-143).

³³ Backhaus é o primeiro a retomar as reflexões de Adorno sobre o *ens realissimum*, tendo como referência “Capitalismo tardio ou sociedade industrial” (GS 8, p. 364). Ainda que o valor só se manifeste no dinheiro, sua “existência” anterior, mesmo lógica, só pode ser pré-monetária, tal como a categoria do “mais-valor”. Segundo Backhaus, esse valor pré-monetário “é o *ens realissimum* no sentido de Adorno, o motor do desenvolvimento dialético” (BACKHAUS, 1997, p. 33). Mas o sociólogo de Frankfurt aborda essa temática em outros ensaios. Para Bellofiore, interessa resgatar – o referido componente processual – uma passagem de “Leitura de Balzac”, em que Adorno dirá: “para ser compreendido, o mundo já não pode ser apenas visto. O realismo literário se tornou obsoleto porque falhou como representação da realidade. Para isso não há melhor testemunho para citar do que Brecht, que depois escorregou para a camisa de força do realismo como se fosse uma máscara de costume. Ele viu que o *ens realissimum* são processos, não fatos imediatos, e que não se deixam retratar” (GS 11, p. 147).

³⁴ Heinrich desenvolve essa compreensão do trabalho abstrato como “norma de validação social” (HEINRICH, 2018, p. 49).

Nesse contexto – a título de última exemplificação –, as reflexões de Bonfeld também merecem uma atenção mais detalhada. Apesar de apontar os aspectos positivos da NLM, em especial a elaboração de um marxismo livre de certezas dogmáticas e concepções naturalistas da sociedade, Bonfeld considera que seu foco crítico foi ofuscado (2014, p. 41). Na ânsia de afastar as leituras instrumentalistas da classe e do trabalho, ela procurou renovar o marxismo crítico sem atentar para essas categorias fundamentais, enfatizando a análise da forma-valor em sua dimensão lógica, como se “o valor fosse uma entidade secularizada válida nela mesma” (2014, p. 42). Se, no entanto, “toda sociedade segue sendo sociedade de classes como nos tempos em que surgiu seu conceito” (GS 8, p. 15), então a NLM permaneceu “apriada ao encanto [*spellbound*] da lógica das coisas” (BONFELD, 2014, p. 95). Contra isso, Bonfeld vale-se da obra adorniana – em especial a reflexão acerca do “não conceitual no conceito” (GS 6, p. 23)³⁵ – como estratégia de revelação da violência escondida na aparência civilizada da socialização moderna. Estas são as premissas que o fazem considerar a acumulação originária e a luta de classes como momentos da conceptualidade do capital (BONFELD, 2014, p. 81) e, portanto, algo não apenas atual – “a acumulação do capital revela a necessidade da acumulação originária em seu próprio conceito” (2014, p. 82) –, mas que efetivamente desnuda o “encanto deslumbrante do mundo do valor” (2014, p. 69): “a lei do valor pressupõe a força do valor dentro do seu conceito de liberdade” (2014, p. 95)³⁶.

³⁵ Em um artigo recente, Bonfeld aprofunda a relação entre a Dialética negativa e a crítica da economia política, algo que o autor capta com a seguinte formulação: “a *dialética negativa* de Adorno da objetividade econômica equivale a uma teoria da classe da forma capitalista da riqueza social e sua produção” (BONFELD, 2016, p. 71).

³⁶ Ainda que selecionando apenas alguns exemplos da literatura, o panorama apresentado sobre a relação entre a NLM e Adorno (e seus novos desenvolvimentos) deveria ser suficiente para receber com especial cautela o chamado “marxismo de circulação” [*Zirkulationsmarxismus*], termo cunhado por Gerhard Hanloser e Karl Reitter para classificar a NLM (HANLOSER; REITTER, 2008), especialmente aquilo que ficou conhecido como “fetichização do fetichismo”, isto é, a compreensão da dominação capitalista por um sujeito automático – o valor –, independente das ações humanas. Nesse contexto, no significativamente intitulado *Karl Marx: filósofo da libertação ou teórico do capital*, organizado por Reitter, outro autor – Georg Klauda – chega a dizer que Adorno seria o “pai do marxismo de circulação” (KLAUDA, 2015, p. 107) e, assim, um dos grandes responsáveis pelo apagamento das classes na reflexão marxista.

5. Considerações finais

Nas páginas anteriores procurei oferecer um mapeamento da NLM, identificando suas premissas e desenvolvimentos. Após situá-la como uma leitura dentre tantas outras, primeiramente apresentei o contexto histórico – a década de 1960 – subjacente às suas primeiras formulações, na Alemanha Ocidental, momento em que destaquei a “economia política proletária” e o “marxismo tradicional” como seus principais adversários teóricos, especialmente no que se refere ao caráter “pré-monetário” da teoria do valor. Na sequência, um *intermezzo* acerca da centralidade de Adorno – com ênfase para as reflexões sobre a autonomização da sociedade e sua conexão com a objetividade social enquanto abstração posta pelo processo de troca – serviu como ponte para a apresentação das características iniciais da NLM. Aqui desempenharam um papel especial as teses de Backhaus e Reichelt acerca da popularização da teoria do valor e a ocultação do método, ambas estabelecendo as bases para a tentativa de reconstrução lógica da crítica da economia política.

Logo após, exemplifiquei as mudanças que estavam por vir na NLM a partir da autocrítica feita por Backhaus ao longo da década de 1970, apesar da consolidação da teoria monetária do valor. Da reconstrução à interpretação – momento em que as “ambiguidades” de Marx passam a ser objeto de discussão –, a filologia gradativamente passa a se distanciar das tentativas de descobrir uma “verdadeira”, “única” e “coerente” apresentação da obra marxiana. Se o ponto alto da abordagem reconstrutiva está em Brentel (1989), na década de 1990 os debates passam a girar em torno da ambivalência categorial, principal contribuição de Heinrich e intimamente associada aos esforços de publicação da MEGA 2. Ainda que existissem expectativas em relação a um possível consenso entre as mais variadas abordagens que surgiam – ressalte-se uma vez mais: este era o objetivo inicial da *Marx Gesellschaft* (1992) –, demonstrei como as divergências não só se mantiveram como foram aprofundadas.

Ainda assim, os desdobramentos da NLM também apontaram para uma retomada do pensamento de Adorno. Com exemplos de Reichelt, Riva, Bellofiore e Bonefeld, forneci os indícios daquilo que poderia constituir um programa de pesquisa que (re)entrelaçasse teoria crítica e crítica da economia política. Por isso mesmo, o mapeamento inicial apresentado pode servir como base de apoio para a recepção das novas discussões³⁷ que dialogam com as temáticas aqui retratadas, e que se mostram cada vez mais importantes para o desenvolvimento da teoria marxista.

³⁷ O já citado Bellofiore chega a propor uma “teoria macro-monetária do valor” como desenvolvimento necessário da NLM, notadamente em função do papel desempenhado pelo dinheiro no processo de produção (BELLOFIORE, 2018, p. 119). Neste contexto, o livro de Frank Engster sobre dinheiro e sua relação com o tempo – por meio da distinção entre “tempo” e “temporalidade”, o autor compreende o dinheiro como unidade temporal pela qual passado e futuro se conectam (ENGSTER, 2014, p. 667) – é seguramente uma das maiores contribuições da NLM nos últimos anos.

Referências

- ADORNO, Theodor W. "Notizen von einem Gespräch zwischen Th. W. Adorno und A. Sohn-Rethel am 16. 4. 1965" in: SOHN-RETHEL, Alfred. *Geistige und körperliche Arbeit*. VCH Verlag, 1989, pp. 221-226.
- _____. "Theodor W. Adorno über Marx und die Grundbegriffe der soziologischen Theorie" in: BACKHAUS, Hans Georg. *Dialektik der Wertform: Untersuchungen zur Marx'schen Ökonomiekritik*. Freiburg: Ça Ira, 1997, pp. 501-513.
- _____. *Einleitung in die Soziologie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003.
- _____. *Gesammelte Schriften*. Band 5. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2021 [GS 5].
- _____. *Gesammelte Schriften*. Band 6. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2020 [GS 6].
- _____. *Gesammelte Schriften*. Band 8. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2020 [GS 8].
- _____. *Gesammelte Schriften*. Band 11. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2020 [GS 11].
- ARTHUR, Christopher. *A nova dialética e O Capital de Marx*. São Paulo: Edipro, 2016.
- BACKHAUS, Hans-Georg. "Das 'Rätsel' des Geldes: ein Scheinproblem der Ökonomie oder ein Grundproblem der Sozialwissenschaft?", *Hefte für politische Ökonomie*, n. 6, pp. 5-94, 1985.
- _____. "Elementare Mängel in der traditionellen Rezeption der Marx'schen Form-Analyse." *Marxistische Studien. Jahrbuch des IMSF*, v. 13, pp. 402-414, 1987.
- _____. "Between Philosophy and Science: Marxian Social Economy as Critical Theory" in: BONEFELD, W.; GUNN, R.; PSYCHOPEDIS, K. (ed.). *Open Marxism*. Vol. 1. Londres: Pluto Press, 1992, pp. 54-92.
- _____. *Dialektik der Wertform: Untersuchungen zur Marx'schen Ökonomiekritik*. Freiburg: Ça Ira, 1997.
- _____. "Über den Doppelsinn der Begriffe 'politische Ökonomie' und 'Kritik' bei Marx und in der Frankfurter Schule" in: DORNUEF, Stefan; PITSCH, Reinhard (Hrsg.). *Wolfgang Harich zum Gedächtnis*. Band 2. München: Müller und Nerding, 2000, pp. 12-213.
- _____. *Marx, Adorno und die Kritik der Volkswirtschaftslehre*. Freiburg: Ça Ira, 2013.
- _____. "Der widersprüchliche und monströse Kern der nationalökonomischen Begriffsbildung" in: FETSCHER, Iring; ALFRED, Schmidt (Hrsg.). *Emanzipation und Versöhnung. Zu Adornos Kritik der 'Warentausch'-Gesellschaft und Perspektiven der transformation*. Frankfurt: Neue Kritik Verlag, 2022, pp. 111-141.
- BACKHAUS, Hans-Georg; REICHELT, Helmut. "Wie ist der Wertbegriff in der Ökonomie zu konzipieren? Zu Michael Heinrich 'Die Wissenschaft der Wert'" in: *Beiträge zur Marx-Engels Forschung*, pp. 60-94, 1995.
- BHANDAR, Brenna; TOSCANO, Alberto. "Race, real estate and real abstraction", *Radical Philosophy*, n. 194, pp. 8-17, nov./dez. 2015.
- BEHRENS, Diethard (Hg.). *Gesellschaft und Erkenntnis*. Freiburg: Ça Ira, 1993.
- BELLOFIORE, Riccardo. *Le avventure della socializzazione. Dalla teoria monetaria del valore alla teoria macro-monetaria della produzione capitalistica*. Milão: Mimesis Edizioni, 2018.
- BELLOFIORE, Riccardo; RIVA, Tommaso Redolfi. "The Neue Marx-Lektüre: Putting the critique of political economy back into the critique of society", *Radical Philosophy*, n. 189, pp. 24-36, jan./fev., 2015.
- BIDET, Jacques. *Explicação e reconstrução do Capital*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- BLAKELEY, Grace. *The Corona Crash: How the Pandemic Will Change Capitalism*. Nova York: Verso, 2020.

BONEFELD, Werner. *Critical Theory and the Critique of Political Economy*. Nova York/Londres: Bloomsbury, 2014.

_____. "Negative dialectics and the critique of economic objectivity". *History of the Human Science*, v. 29, n. 2, pp. 60-76, 2016.

BRAUNSTEIN, Dirk. *Adornos Kritik der Politischen Ökonomie*. Bielefeld: Transcript Verlag, 2016.

BRENTEL, Helmut. *Soziale Form und ökonomisches Objekt: Studien zum Gegenstands- und Methodenverständnis der Kritik der politischen Ökonomie*. Frankfurt am Main: Westdeutscher Verlag, 1989.

ELBE, Ingo. *Marx im Westen: die neue Marx-Lektüre in der Bundesrepublik seit 1965*. Berlin: Akademie Verlag, 2010.

_____. "Helmut Reichelt and the New Reading of Marx", in: BEST, Beverley; BONEFELD, Werner; O'KANE, Chris. *The SAGE Handbook of Frankfurt School Critical Theory*. Los Angeles; Londres; Nova Delhi; Singapore; Washington DC; Melbourne: SAGE Publications, 2018, pp. 367-385.

ELLMERS, Sven. *Die formanalytische Klassentheorie von Karl Marx Ein Beitrag zur "neuen Marx-Lektüre"*. Duisburg: Universitätsverlag Rhein-Ruhr, 2007.

ENDNOTES. "The Logic of Gender: On the Separation of Spheres and the Process of Abjection" in: *Endnotes. Gender, Race, Class and other Misfortunes*, 2013. Disponível em <https://endnotes.org.uk/issues/3/en/endnotes-the-logic-of-gender>. Acesso em 11/01/22).

ENGSTER, Frank. *Das Geld als Maß, Mittel und Methode: Das Rechnen mit der Identität der Zeit*. Berlin: Neofilis Verlag, 2014.

FAUSTO, Ruy. *Sentido da dialética: (Marx: Lógica e Política): tomo I*. Petrópolis: Vozes, 2015.

GÖHLER, Gerhard. *Die Reduktion der Dialektik durch Marx. Strukturveränderungen der dialektischen Entwicklung in der Kritik der politischen Ökonomie*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1980.

HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns: Zur Kritik der funktionalistischen Vernunft*. Band I. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.

HANLOSER, Gerhard; RIETTER, Karl. *Der bewegte Marx: Eine einführende Kritik des Zirkulationsmarxismus*. Münster: UNRAST, 2008.

HAUG, Wolfgang Fritz. *Vorlesungen zur Einführung ins "Kapital"*. Berlin: Argument, 2005.

HEINRICH, Michael. "Os invasores de Marx: sobre os usos da teoria marxista e as dificuldades de uma leitura contemporânea", *Crítica Marxista*, n. 38, pp. 29-39, Campinas, 2014.

_____. *Die Wissenschaft vom Wert: Die Marxsche Kritik der politischen Ökonomie zwischen wissenschaftlicher Revolution und klassischer Tradition*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2017.

_____. *Kritik der politischen Ökonomie. Eine Einführung in "Das Kapital"*. Stuttgart: Schmetterling Verlag, 2018.

_____. "Os labirintos de Marx. Entrevista com Michael Heinrich", *Crítica Marxista*, n. 50, pp. 275-287, Campinas, 2020.

HOFF, Jan. *Marx global. Zur Entwicklung des internationalen Marx-Diskurses seit 1965*. Berlin: Akademie Verlag, 2009.

KANGAL, Kann. *Friedrich Engels and the "Dialectics of Nature"*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2020.

KIRCHHOFF, Christine; PAHL, Hanno; ENGEMANN, Christoph; HECKEL, Judith; MEYER, Lars (Hrsg). *Gesellschaft als Verkehrung. Perspektiven einer neuen Marx-Lektüre. Festschrift für Helmut Reichelt*. Freiburg: Ça Ira, 2004.

- KLAUDA, Georg. "Von der Arbeiterbewegung zur Kritischen Theorie. Zur Urgeschichte des Marxismus ohne Klassen" in: REITTER, Karl (Hrsg.). *Karl Marx. Philosoph der Befreiung oder Theoretiker des Kapitals – zur Kritik der "neuen Marx-Lektüre"*. Wien: mandelbaum kritik & utopie, 2015, pp. 86-118.
- KUCZYNSKI, Thomas (Hg.). *Karl Marx. Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie. Ester Band. Buch I: Der Produktionsprozess des Kapitals*. Hamburg: VSA Verlag, 2017.
- KURZ, Robert. *Geld ohne Wert: Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie*. Berlin: Holermann Verlag, 2012.
- LOTZ, Christian. *The Capitalist Schema. Time, Money and the Culture of Abstraction*. Lanham/Boulder/ Nova York/Londres: Lexington Books, 2014.
- MARX, Karl. MARX, Karl. *Ökonomische Manuskripte und Schriften 1858-1861* in: K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe (MEGA), Zweite Abteilung, Band 2, Berlin: Dietz Verlag, 1980 [MEGA, II. 2].
- _____. *Das Kapital. Erster Band (1867)* in: K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe (MEGA), Zweite Abteilung, Band 5, Berlin: Dietz Verlag, 1983 [MEGA, II. 5].
- _____. *Das Kapital. Kritik der Politischen Ökonomie. Ester Band (Hamburg 1872)* in: K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe (MEGA), Zweite Abteilung, Band 6, Berlin: Dietz Verlag, 1987 [MEGA, II. 6].
- _____. *Ökonomische Manuskripte 1863-1867* in: K. Marx and F. Engels, Gesamtausgabe (MEGA), Zweite Abteilung, Band 4, Teil 2, Berlin: Dietz Verlag, 1992 [MEGA, II. 4.2].
- MARX, K.; ENGELS, F. *Werke*. Band 25. Berlin: Dietz Verlag, 1964 [MEW 25].
- _____. *Werke*. Band 29. Berlin: Dietz Verlag, 1978 [MEW 29].
- _____. *Werke*. Band 30. Berlin: Dietz Verlag, 1974 [MEW 30].
- O'KANE, Chris. "The Critique of Real Abstraction: From the Critical Theory of Society to the Critique of Political Economy and Back Again" in: OLIVA, Antonio; OLIVA, Ángel; NOVARA, Iván (ed.). *Marx and Contemporary Critical Theory. The Philosophy of Real Abstraction*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2020, pp. 265-288.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RAKOWITZ, Nadja. *Einfache Warenproduktion*. Freiburg: Ça Ira –Verlag, 2000.
- REICHEL, Helmut. *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*. Frankfurt am Main: Europäische Verlaganstalt, 1970.
- _____. "Grenzen der dialektischen Darstellungsform – oder Verabschiedung der Dialektik? Einige Anmerkungen zur These von Dieter Riedel" in: MEGA-Studien, H. 1, pp. 100-126, 2000.
- _____. "Marx's Critique of Economic Categories: Reflections on the Problem of Validity in the Dialectical Method of Presentation in Capital", *Historical Materialism*, n. 15, pp. 3-52, 2007.
- _____. *Neue Marx-Lektüre. Zur Kritik sozialwissenschaftlicher Logik*. Hamburg: VSA-Verlag, 2008.
- REITTER, Karl (Hrsg.). *Karl Marx. Philosoph der Befreiung oder Theoretiker des Kapitals – zur Kritik der "neuen Marx-Lektüre"*. Wien: mandelbaum kritik & utopie, 2015.
- RIEDEL, Dieter. "Grenzen der dialektischen Darstellungsform" in: MEGA-Studien, H. 1, pp. 3-40, 1997.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- SOHN-RETHEL. *Geistige und körperlich Arbeit: Zur Epistemologie der abendländischen Geschichte*. Weinheim: VCH, Acta Humaniora, 1989.
- SOTIROPOULOS, D.; MILIOS, J.; LAPATSIORAS, S. *A Political Economy of Contemporary Capitalism and its Crisis: Demystifying Finance*. Londres, Nova York: Routledge, 2013.

TOSCANO, Alberto. "The Open Secret of Real Abstraction", *Rethinking Marxism*, v. 20, n. 2, pp. 273-287, 2008.

VOLLGRAF, Carl-Erich. "Marx's Further Work on Capital after Publishing Volume I: On the Completion of Part II of the MEGA2" in: VAN DER LINDEN, M.; HUBMANN, G. (ed.). *Marx's Capital: An Unfinishable Project?* Leiden/Boston: Brill, 2018, pp. 56-79.

WOLF, Dieter. *Der dialektische Widerspruch im 'Kapital': ein Beitrag zur Marx'schen Werttheorie.* Hamburg: VSA Verlag, 2002.

_____. Hegel und Marx. Zur Bewegungsstruktur des absoluten Geistes und des Kapitals. Hamburg: VSA Verlag, 1979.

TIAGO SANTOS SALGADO

NEOLIBERALISMO E TOTALITARISMO: NOTAS SOBRE O CARÁTER ANTIDEMOCRÁTICO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Recebido em 19/01/2022

Aprovado em 13/04/2022

NEOLIBERALISMO E TOTALITARISMO: NOTAS SOBRE O CARÁTER ANTIDEMOCRÁTICO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Resumo

O presente texto tem como objetivo discutir o neoliberalismo como um sistema totalitário, uma vez que busca realizar uma homogeneização da sociedade, enquadrando a totalidade social em uma perspectiva de mercado concorrencial, em que os indivíduos, o Estado e as instituições da sociedade civil são entendidos como empresas. Consideramos que o neoliberalismo deve ser compreendido em sua totalidade e não apenas em sua forma política, sendo que esta pode se apresentar de diversas maneiras, em particular, democrática, populista ou fascista. Tal consideração é pertinente pela própria natureza do capitalismo contemporâneo, o qual separa política e economia em uma tentativa de naturalizar a exploração no campo econômico, enquanto, na esfera política, opera uma aparente igualdade jurídica e política que pode ou não se efetivar por meio da democracia. Assim, como buscamos analisar a totalidade do fenômeno, entendemos que a forma política não determina o caráter totalitário do neoliberalismo, uma vez que o totalitarismo neoliberal repousa no modo como a exploração da força de trabalho se concretiza nessa fase atual do desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: neoliberalismo; totalitarismo; fascismo; populismo; democracia.

TIAGO SANTOS
SALGADO

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: tiago_salgado1986@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9815-2384>

Abstract

The present article aims to discuss neoliberalism in its totalitarian form, since it seeks to achieve a homogenization of society, framing the social totality in a competitive market perspective, where individuals, the state and civil society institutions are understood as companies. We believe that neoliberalism must be understood in its entirety, not just in its political form, which can present itself in different ways, in particular as democratic, populist or fascist. Such consideration is pertinent due to the very nature of contemporary capitalism, which seeks to separate the political from the economy, trying, in this way, to naturalize the exploitation in the economic field, while in the political sphere an apparent legal and political equality operates that may or may not take effect in democracy. As we search to understand the totality of the phenomenon, we consider that the political form does not determine the totalitarian character of neoliberalism, and that neoliberal totalitarianism rests on the way in which the exploitation of the workforce takes place in this particular phase of capitalist development.

Keywords: neoliberalism; totalitarianism; fascism; populism; democracy.

I. Introdução

No livro *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*, Jonathan Crary analisa como o modo de produção capitalista, especialmente na fase neoliberal, coloniza todos os aspectos da vida do indivíduo. Nesse sentido, a ideia de se trabalhar sem pausas é normalizada como algo desejável, demonstrando a inexistência de restrição ao consumo, sendo que a acumulação já não se resume a coisas, mas engloba “nossos corpos e identidades”, que assimilam “uma superabundância de serviços, imagens, procedimentos e produtos químicos em nível tóxico e muitas vezes fatal” (CRARY, 2014, p. 20).

Nessa sociedade da superexploração do trabalho, o sono é entendido como um período contraditório, que contesta a acumulação capitalista através da interrupção do tempo produtivo, sendo “[...] a interrupção sem concessões do roubo do nosso tempo pelo capitalismo” (CRARY, 2014, p. 20).

O sono afirma a ideia de uma necessidade humana e de um intervalo de tempo que não pode ser colonizado nem submetido a um mecanismo monolítico de lucratividade e, desse modo, permanece uma anomalia incongruente e um local de crise no presente global. Apesar de todas as pesquisas científicas, frustra e confunde qualquer estratégia para explorá-lo ou redefini-lo. A verdade chocante, inconcebível, é que nenhum valor pode ser extraído do sono (CRARY, 2014, p. 20).

Como o sono representa essa interrupção no processo de reprodução capitalista – a qual se aprofunda a partir do processo de modernização iniciado no século XIX e se radicaliza no neoliberalismo –, o tempo em que estamos dormindo é alvo de ataques, portanto, é um momento da vida que se torna passível de ser colonizado pela mercantilização que toma conta do globo, pensado como um “shopping center de escolhas, tarefas, seleções e digressões infinitas, aberto o tempo todo” (CRARY, 2014, p. 27).

Retomamos a tese de Crary para pensar o objetivo do presente texto: analisar o neoliberalismo enquanto uma forma totalitária. Em outras palavras, a discussão que pretendemos realizar é que o neoliberalismo demanda o controle total da vida do indivíduo por meio da construção de uma hegemonia,

que impõe uma nova “razão de mundo”, como colocam Dardot e Laval (2016), uma vez que repousa em uma “dupla constatação”: a de que o capitalismo inaugurou um período de “revolução permanente” na ordem econômica e a de que, apesar disso, os indivíduos não se adaptam espontaneamente a essas transformações de mercado. Portanto, a política neoliberal deve transformar a vida das pessoas como um todo, ou seja, deve mudar o próprio indivíduo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 90).

Para o início da discussão, é importante não considerar o neoliberalismo como uma mera continuação do liberalismo clássico – que ganhou corpo doutrinário nos séculos XVIII e XIX. O neoliberalismo deve ser entendido como a razão do capitalismo contemporâneo, o qual se utiliza do Estado para criar condições que impõem uma **normativa concorrencial** em todos os aspectos da vida social (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 20). Assim, o neoliberalismo não significa a ausência do Estado, mas sim uma fase do capitalismo em que o “Estado mínimo na economia é simetria de capital máximo no Estado” (CHASIN, 2000, p.116). Dessa maneira, o neoliberalismo é o resultado de uma:

Reorganização planetária do capital, movida pela dinâmica imanente do próprio capital, mas em confluência e conexão com o ponto culminante também da desagregação igualmente planetária do movimento crítico (prático e teórico) que tinha por alvo o liberalismo e sua base material, ou seja, o capital, sua forma de sociabilidade e seu modo de ideação e sensibilidade (CHASIN, 2000, p. 116).

Em diálogo com o objetivo do texto, recorreremos à tese defendida por Marilena Chaui (2020), que considera o neoliberalismo como uma nova forma de totalitarismo. Para a autora, ele é totalitário pois recusa as especificidades das diferentes instituições sociais e políticas, que são consideradas “organizações”.

Ou como explica Claude Lefort, o totalitarismo é a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos, ideias para oferecer

a imagem de uma sociedade homogênea, em concordância e consonância consigo mesma. Fechada sobre si, diria Marcuse (CHAUI, 2020, p. 321).

Segundo Chauí, o totalitarismo neoliberal inverte o entendimento clássico acerca do conceito de totalitarismo, de que o Estado absorve a sociedade, já que o Estado acaba sendo absorvido pela sociedade através da assimilação de todas as formas e instituições sociais como empresas. Assim, a escola, os hospitais, o Estado e até mesmo o próprio indivíduo são considerados empresas; portanto, toda a sociabilidade passa a ser norteada pela lógica concorrencial e de mercado. Nesse sentido, para Chauí, a grande novidade do totalitarismo neoliberal é:

[...] definir todas as esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas como um tipo determinado de organização que percorre a sociedade de ponta a ponta e de cima a baixo: *a empresa* – a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa. Eis porque o Estado é concebido como empresa, sendo por isso espelho da sociedade e não o contrário, como nos antigos totalitarismos. Vai além: encobre o desemprego estrutural por meio da chamada *uberização* do trabalho e por isso define o indivíduo não como membro de uma classe social, mas como um empreendimento, uma empresa individual ou “capital humano”, ou como *empresário de si mesmo*, destinado à competição mortal em todas as organizações, dominado pelo princípio universal da concorrência disfarçada sob o nome de meritocracia (é o que chamo de *neocalvinismo*). O salário não é visto como tal e sim como renda individual e a educação é considerada um investimento para que a criança e o jovem aprendam a desempenhar comportamentos competitivos. Dessa maneira, desde o nascimento até a entrada no mercado de trabalho, o indivíduo é treinado para ser um investimento bem sucedido e a interiorizar a culpa quando não vence a competição, desencadeando ódios, ressentimentos e violências de todo tipo, particularmente contra imigrantes, migrantes, negros, índios, idosos, mendigos, sofreadores mentais, lgbtq+, destruindo a percepção de si como membro ou parte de uma classe social, destruindo formas de solidariedade e desencadeando práticas de extermínio (CHAUI, 2020, p. 321).

Outro elemento importante a ser considerado é a discussão acerca da própria capacidade analítica da categoria totalitarismo, remontando aos regimes da década de 1930, em particular aos fascismos e aos populismos, assim como o caráter politicista dessa categoria. Nesse entendimento, o “totalitarismo é uma oposição radical ao Estado liberal”, sendo que no Estado liberal existe o predomínio da lei, da razão e da liberdade, garantidas pela difusão do poder e pela pluralidade de partidos. Em contrapartida, no Estado totalitário existiria o predomínio da violência, do terror e da dominação hipertrofiada pela contração nutrida pelo monopólio do poder no partido único. De acordo com essa formulação, a discussão está na tensão entre o indivíduo e o Estado (CHASIN, 2000, p. 80).

Tal teorização se dá no campo do liberalismo, que busca reduzir a questão da liberdade à problemática da legalidade, defendendo que as contradições sociais podem ser resolvidas dentro do aparato jurídico e institucional das democracias liberais. Ou seja, acontece uma “hiperacentuação da esfera política”, o que permite colocar os totalitarismos nazifascistas como a negação da democracia liberal; sendo esta entendida como a expressão ideal da sociedade moderna, ao mesmo tempo que aproxima o nazifascismo do comunismo, como se fossem experiências históricas similares. “Tanto os movimentos e sociedades nazi-fascistas quanto socialistas são considerados por aquela concepção como movimentos de sociedades de massa, de cunho totalitário – definido o totalitarismo justamente como a negação da liberal-democracia” (COTRIM, 1999, p. 45).

Nesse sentido, entendemos que o totalitarismo, considerado apenas em sua forma política, acaba por equalizar fenômenos históricos diferentes, como o nazismo e o comunismo soviético, em particular o stalinismo, perdendo, assim, seu poder analítico e contrapondo tais regimes com um modelo tido como ideal, ou seja, a democracia liberal. Para Ruy Fausto (2017), os totalitarismos do século XX se relacionam diretamente com a Primeira Guerra Mundial e deixaram marcas profundas na vida política e social até os dias atuais. Desse modo, o autor argumenta que vivemos uma era

“pós-totalitária”, mas “esse ‘pós’ é inclusivo, não exclusivo” (2017, p. XVII), e que, portanto, os totalitarismos ainda estão presentes, articulando elementos arcaicos com traços modernos, especialmente na utilização de mídias sociais para o uso de propagandas.

O autor também problematiza a relação entre democracia e capitalismo, sendo que, por conviver dentro de uma ordem capitalista, as democracias são imperfeitas, pois o capitalismo significa, em si, a existência de desigualdade. Essa consideração se faz pertinente ao apontar a inexistência de uma relação direta e obrigatória entre democracia e capitalismo, ou seja, sociedades capitalistas podem existir em diferentes formas políticas, então, “à forma econômica deve-se acrescentar pelo menos a forma política” (FAUSTO, 2017, p. XXV).

Assim, propomos que o totalitarismo é um processo de construção hegemônica (no caso neoliberal) que visa à perpetuação de uma sociedade cujas contradições de classe são amortizadas pela imposição de uma sociabilidade baseada na estrutura concorrencial e mercantil, enquadrando todos os atores sociais, inclusive as instituições da sociedade civil burguesa, enquanto empresas que devem nortear suas atuações de acordo com a normativa concorrencial. Para tal, o totalitarismo neoliberal busca inviabilizar que as classes idealizem um futuro livre do capital¹. Nesse entendimento, a categoria que era utilizada para eternizar o capitalismo e a democracia liberal – identificando experiências contrárias como totalitárias e, desse modo, descaracterizando experiências tão díspares como o nazismo e o comunismo –, passa a ser utilizada para enquadrar o próprio capitalismo. Portanto, a categoria torna-se uma arma crítica em relação ao capital e às

¹ Segundo João Mineiro, a perspectiva do “fim da história”, que ganhou corpo após o fim da Guerra Fria, ou seja, a ideia de que o capitalismo liberal seria o ponto final do desenvolvimento humano, colonizou a vida. No entanto, as crises financeiras e econômicas colocaram essa perspectiva sob uma lógica contraditória, gerando um sentimento de “pessimismo da razão”, em que a ideia de futuro, de um imaginário de esperança pelo qual se vale a pena lutar perde terreno. Para Mineiro, a incerteza em relação ao futuro se relaciona com a quebra na confiança no valor da “própria verdade e no suposto caráter verossímil da informação e do conhecimento”, que ganha corpo com a noção de “pós-verdade”. Segundo o autor, a “pós-verdade” representa que nossas sociedades são mediadas por “uma indústria da invenção e manipulação de fatos” (MINEIRO, 2018, p. 177).

suas consequências no tecido social, uma vez que o neoliberalismo não aceita nem a experiência que se efetiva dentro da ordem do próprio capital, como o Estado de bem-estar ou mesmo a democracia liberal, pois ambos são considerados barreiras para a reprodução total do capitalismo engendrado pelo neoliberalismo.

2. O neoliberalismo e a extrema direita

O neoliberalismo passou a ser considerado uma alternativa para nortear a formulação de políticas públicas como uma reposta às crises capitalistas dos anos de 1970 e 1980. As ideias de autores como Friedman e Hayek “permaneceram como letra morta até a crise capitalista do início dos anos 70, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação” (CHAUI, 2020, p. 309).

Assim, para os neoliberais, a era dourada do capitalismo havia se revelado um engano, que fez prosperar o “populismo econômico”, de modo que eram necessárias reformas urgentes para restabelecer o funcionamento dos verdadeiros mecanismos econômicos “aptos a garantir a liberdade do indivíduo e promover a estabilidade e o crescimento de longo prazo” (BELUZZO, 2013, p. 165)

Os governos logo teriam de aprender: os agentes racionais que povoam os mercados sabem exatamente qual é a estrutura da economia e, usando a informação disponível, são capazes de antecipar sua evolução provável. Não se deixam enganar, nem por um momento, pelo velho truque de estimular a atividade econômica com anabolizantes nominais da política monetária leniente (BELUZZO, 2013, p. 165).

Os neoliberais passaram a defender a necessidade de um “Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia” (CHAUI, 2020, p. 310), bem como a estabilidade

monetária, uma taxa de desemprego que enfraquecesse os sindicatos, reformas fiscais – com o intuito de diminuir a carga sobre o capital e as fortunas, mas aumentando-a sobre o consumo e o comércio – e um incentivo ao mercado – com o Estado atuando na desregulamentação e na diminuição do investimento público e na adoção de um vasto programa de privatização. Tal modelo, implementado no Chile de Pinochet e, posteriormente, na Inglaterra de Thatcher e nos Estados Unidos de Reagan, ficou conhecido como neoliberalismo (CHAUI, 2020).

Portanto, é possível perceber a tensa relação entre as democracias liberais, surgidas em consonância com o Estado de bem-estar, e o neoliberalismo. Isso se dá pois as políticas neoliberais têm como objetivo a supressão do aparato estatal e jurídico que estruturava a segurança social, a qual fornece os espaços onde a igualdade jurídica, típica de sociedades capitalistas, pode legitimar a dominação sem o uso da coerção, o que caracteriza as democracias liberais.

Assim, a forma política mais adequada ao neoliberalismo passa a ser um sistema autoritário que subverte até mesmo a democracia liberal, uma vez que, para os neoliberais, é necessário que a democracia seja reduzida a “um modo técnico de designificação dos governantes que permite que ela não seja mais vista como um regime político distinto dos outros e, nesse sentido, já abre caminho para a relativização dos critérios de diferenciação comumente admitidos na classificação dos regimes políticos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 384).

Dessa forma, o neoliberalismo representa uma substância de “antidemocratismo”, em que as inerentes tensões sociais abrem espaço para o surgimento de formas políticas totalitárias. Marilena Chaui, por exemplo, classifica o neoliberalismo como um totalitarismo, sem, no entanto, considerar adequado enquadrá-lo como fascista. Para a autora:

[...] como se observa, não emprego o termo *fascismo* para caracterizar a situação presente. Não o faço por alguns motivos: em primeiro lugar, porque o fascismo tem um cunho militarista que, apesar das ameaças

de Trump à Venezuela ou ao Irã, ou o número de militares no núcleo do governo Bolsonaro e suas ligações com as milícias de extermínio, não pode ser identificado com a ideia fascista do povo armado; em segundo, porque o fascismo propõe um nacionalismo extremado que a globalização, ao enfraquecer a ideia de Estado-nação, torna inviável em nosso presente, de maneira que os arroubos nacionalistas de alguns governantes não fazem do nacionalismo o centro mobilizador da política (e, desse ponto de vista, o caso do Brasil, é exemplar) (CHAUI, 2020, p. 319).

Apesar das importantes reflexões levantadas, apontando as incompatibilidades entre o neoliberalismo e o fascismo, consideramos que mesmo alguns dos elementos que configuram a definição “tradicional” dos fascismos continuam presentes nas sociedades neoliberais, apesar de não se apresentarem da mesma maneira como apareceram na década de 1930, como por exemplo: a política de massas, o discurso de ódio contra minorias, o empobrecimento, um mal-estar com as consequências da modernização e da globalização, o retorno de um discurso nacionalista, que não necessariamente representa uma ameaça aos interesses transnacionais do capital, e até mesmo a manutenção e o fortalecimento dos aparatos estatais, que são fundamentais para a estruturação da exploração capitalista e para tornar possível o próprio neoliberalismo. Assim, não descartamos que o totalitarismo neoliberal possa tornar possível o surgimento de Estados fascistas.

Robert Paxton (2007) argumenta que o fascismo contemporâneo poderia ser possível, sendo resultado de uma ampla crise, mas sem uma “semelhança perfeita com o fascismo clássico” (2007, p. 286), sendo que os novos movimentos fascistas evitariam se apresentar como uma ameaça direta à democracia e teriam um forte compromisso com a liberdade de mercado (2007, p. 304), ou seja, com a ordem neoliberal. Para ilustrar seu argumento, o autor resgata uma passagem de George Orwell, de 1933, quando colocou que “o fascismo britânico viria tranquilizadamente vestido como as sóbrias inglesas” (2007, p. 287).

Esse compromisso com o neoliberalismo apresenta uma das particularidades mais importantes da relação entre fascismo e neoliberalismo. Nos anos

de 1930, um dos principais agravantes para o surgimento dos fascismos na Europa, e em outras regiões do mundo, foi o mal-estar gerado pelas consequências da modernização capitalista, em especial após a I Guerra Mundial; ou seja, o avanço das relações de produção capitalistas que entraram em um processo de aprofundamento na segunda metade do século XIX, e que resultam na *Belle Époque* e na valorização do progresso ancorado nos ideais liberais, resultou no conflito europeu que vitimou milhões de vida.

Paxton enumera as condições para a emergência do fascismo na década de 1930: a sensação de crise “catastrófica”, o sentimento de primazia de um grupo, a crença de que existe uma opressão de seu grupo baseado em valores morais e éticos, desvirtuados pelas minorias ou pela fração de classe que ocupa o poder político, a ameaça de inimigos externos e internos, o medo da decadência de valores moralistas e a necessidade de líderes autoritários (2004, p. 79).

Nesse sentido, as crises decorrentes da própria dinâmica da sociedade liberal-burguesa acabam por criar um cimento social favorável ao fortalecimento de movimentos fascistas, os quais passam a atrair para suas fileiras, principalmente, os jovens e a classe média, uma vez que ambos não se consideram pertencentes aos novos códigos morais e comportamentais da burguesia, além do medo da ameaça comunista.

Essa relação entre as consequências da modernização capitalista e o avanço de formas políticas fascistas também está em discussão com o neoliberalismo, uma vez que as políticas neoliberais acabam por criar condições de crises recorrentes cada vez mais intensas. A desestruturação do Estado de bem-estar, a consequente diminuição das políticas de proteção social e a flexibilização dos direitos trabalhistas e dos órgãos de representação coletiva (como os sindicatos e os partidos políticos) resultam em um desemprego estrutural, o que ocorre em função da própria forma contemporânea do capitalismo, que opera não pela inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e no consumo, mas pela exclusão. Essa dinâmica acelera a rotatividade da mão de obra, tornando-a obsoleta e levando ao rebaixamento do salário, o que cria condições para o surgimento de empregos precarizados e atomizados, em

decorrência da terceirização. Desse modo, o próprio reconhecimento da classe trabalhadora enquanto classe é dificultado, já que os trabalhadores passam a ser identificados como empreendedores (CHAUI, 2020, p. 314).

Portanto, os resultados sociais do neoliberalismo são catastróficos para os trabalhadores, que se veem desamparados e em situação de miséria em função da piora de suas condições de vida. Nesse contexto, Ruy Fausto identifica o fortalecimento de movimentos de extrema direita, que conjugam um sentimento antiluzes e de ressentimento e violência, mas que não buscam romper com o capitalismo (2017, p. 319). Tais elementos mostram, mais uma vez, a incompatibilidade entre neoliberalismo e democracia. Isso se dá porque o neoliberalismo busca o esvaziamento social da democracia, resultando no questionamento acerca da validade e da potencialidade da democracia liberal representativa em cumprir seu papel nas sociedades modernas.

Nesse ponto, cabe destacar que autores como Narita e Morelock (2018)² afirmam que tais transformações levam ao surgimento de regimes populistas-autoritários. A caracterização proposta pelos autores citados, em linhas gerais, considera que o populismo autoritário busca homogeneizar a sociedade por meio da força, delimitando um campo de tensão polarizado entre as “elites”, consideradas corruptas, e o verdadeiro “povo”. De acordo com essa análise, o populismo pode ser de direita, com uma composição social de classes médias, ou de esquerda; sendo que o primeiro busca associar as “elites” aos interesses de determinadas minorias, justificando, assim, a mobilização, pelo líder populista, de um discurso que, ao mesmo tempo que condena as “elites”, persegue determinadas minorias, consideradas ameaças às tradições de um “povo” patriota.

² Existe uma grande discussão acerca do populismo. As características clássicas do conceito fazem referência ao processo de transição das sociedades agrárias latino-americanas em movimento rumo ao processo de modernização. Tal movimento leva a uma crise hegemônica na fração da classe dominante, uma vez que as elites oligárquicas e as novas elites industriais não conseguem conter as tensões sociais decorrentes da própria modernização. Nesse sentido, abre-se espaço para o líder populista, que consegue amortizar as tensões classistas, criando condições para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Para uma análise detalhada do conceito e suas discussões, ver Cotrim (1999) e Ferreira e De Castro Gomes (2001).

Para Chantal Mouffe (2020), o neoliberalismo construiu um bloco histórico hegemônico após a crise do Estado de bem-estar social, articulando elementos do conservadorismo e da defesa das liberdades individuais, em especial a econômica em contraposição aos organismos de repressão coletiva como sindicatos e partidos políticos. No entanto, após a crise financeira de 2008, para a autora, o neoliberalismo passou a sofrer uma crise de hegemonia, o que abre espaço para um “momento populista”, em que existe a possibilidade de questionar e construir uma nova hegemonia.

Mouffe considera que é necessário implementar um “populismo de esquerda”, em que existe uma conciliação entre diferentes forças sociais para a radicalização da democracia e para o retorno da política através de reformismo radical. Dessa forma, a democracia estaria consolidada com um conteúdo social e participativo, em que um povo ampliado poderia participar ativamente do processo de construção de políticas públicas, retomando categorias que foram abandonadas pela democracia durante o neoliberalismo, em particular as ideias de soberania do povo e de igualdade (2020).

No entanto, a discussão aqui proposta, por sua vez, não se dá apenas na forma política do neoliberalismo. Aqui, consideramos que o totalitarismo neoliberal pode se apresentar de diferentes maneiras, dependendo da correlação de forças e de como se estruturam as potencialidades materiais da produção e reprodução do capital no que tange à dominação e à hegemonia, ou seja, o neoliberalismo pode conviver com a forma política populista ou não, sendo possível, inclusive, a existência de formas fascistas³.

Por fim, frente ao avanço neoliberal – que se coaduna com aspectos políticos e sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas, resultando no fortalecimento de movimentos políticos conservadores em países como Brasil, EUA, Hungria e Inglaterra, por exemplo – e ao aumento do interesse nos estudos referentes ao desgaste ou à crise da democracia liberal, propomos

³ Autores como Federico Finchelstein (2019) consideram que o fascismo e o populismo são fenômenos complementares. Para o autor, o que os diferencia é a convivência com práticas democráticas, sendo que, dessa forma, o populismo seria um novo estágio do fascismo.

entender tal dinâmica a partir da construção da hegemonia que o neoliberalismo engendra, entendendo essa hegemonia como a forma de dominação típica de “sociedades ocidentais”, como coloca Gramsci, em busca de consensos por meio das instituições da sociedade civil, o que possibilita ao Estado se apresentar como “neutro”.

Essa aparente separação entre o aspecto político e o econômico da exploração e da dominação capitalista, detalhada por Wood(2003), auxilia no entendimento de que no neoliberalismo, diferentemente do que prega o discurso corrente, o Estado não é mínimo, pelo contrário, atua constantemente como repressor e como gestor de uma sociabilidade totalmente norteada por imperativos econômicos, idealmente, sob a roupagem da linguagem técnica, travestida pelo discurso antipolítico e de valorização da gestão e administração.

Em outras palavras, a administração é percebida e praticada segundo um conjunto de normas gerais desprovidas de conteúdo particular e que, por seu formalismo, são aplicáveis a todas as manifestações sociais. A prática administrativa se reforça e se amplia à medida que o modo de produção capitalista entra na sua fase neoliberal, que, trazendo a fragmentação e desarticulação de todas as esferas e dimensões da vida social, passa a exigir que se volte a articulá-las por meio da administração. (CHAUI, 2020, p. 320).

Assim, na atualidade, o capitalismo é marcado pela diferenciação entre a economia e a política, uma vez que a apropriação do trabalho se dá na esfera econômica, por meios econômicos, não existindo a necessidade de pressões extraeconômicas, perpetuando assim uma aparência de igualdade e liberdade no campo jurídico (WOOD, 2003, p. 35). Portanto, é possível que os defensores das políticas neoliberais a justifiquem evocando a liberdade individual proposta pelos arcaísmos jurídicos das democracias liberais, consagrados desde as revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX.

Ao executar essa diferenciação entre o econômico e o político com a existência de uma série de normativas liberais, que buscam propor a igualdade e a liberdade aos cidadãos ao mesmo tempo que o Estado ocupa o papel

de defensor da propriedade privada e da garantia da lei e da ordem, cria-se uma condição ideal para a exploração do trabalho e para a reprodução do capital, já que se deslocam as disputas sociais para a arena política, na disputa pelo Estado, que não tem sua natureza e função social questionadas, inviabilizando as lutas de classes no campo econômico, onde de fato a exploração do trabalho acontece (WOOD, 2003, p. 43).

A separação entre o campo econômico e o político permite, também, que o Estado ocupe uma função aparentemente pública e democrática, possibilitando que, por meio do sufrágio universal, o poder político seja ocupado por parcelas de classes não proprietárias ou “apropriadores”, como coloca Ellen Wood (2003). No entanto, devido a sua natureza capitalista, esse mesmo Estado utiliza-se de seus mecanismos institucionais, legais e policiais para garantir a reprodução capitalista, a exploração do trabalho e a repressão de movimentos sociais que coloquem em risco a ordem capitalista.

Isso torna possível que, independentemente de qual fração da classe dominante ocupe o poder político, a exploração capitalista seja garantida. No caso neoliberal, sua forma política pode ser mais ou menos próxima das definições clássicas do fascismo ou do populismo, no entanto, o que determina seu aspecto totalitário não está apenas no poder político, mas na maneira como acontece a dominação e a apropriação do trabalho, isto é, no modo como o capital se relaciona com a sociedade e os indivíduos, buscando controlar totalmente as sociabilidades.

3. Neoliberalismo e totalitarismo

Para entender como o neoliberalismo se concretiza de forma totalitária, analisamos as obras de diversos teóricos neoliberais sob uma perspectiva crítica⁴, uma vez que estas buscam a construção de uma hegemonia que inviabiliza qualquer forma de organização social alternativa, mesmo dentro

⁴ No caso específico desse texto, utilizamos como obras de referência: Dardot e Laval (2017) e Brown (2019).

do capitalismo. Portanto, o neoliberalismo precisa ter o controle total das relações sociais e de produção. Pensamos, então, que o neoliberalismo deve ser entendido a partir de uma perspectiva dialética, em que “o conhecimento da realidade social depende de uma investigação capaz de entender quais são os principais elementos que definem as características gerais da vida social” (COELHO, 2014, p. 5).

Como a perpetuação do capitalismo contemporâneo se dá pela aparente separação entre o político e o econômico, ou seja, entre os momentos da exploração, sendo que na fase neoliberal acontece uma fragmentação da vida social ainda mais radical, entendemos que é imperativo compreender “as articulações entre as diferentes dimensões em torno das quais a sociedade se estrutura: economia, cultura, política e ideologia” (COELHO, 2014, p. 5).

Para o método dialético não existe separação entre o sujeito e o objeto, e o conhecimento é sempre totalizante: o objeto faz parte de um contexto mais abrangente. Os objetos de investigação não podem ser conhecidos sem que seja levada em consideração a atuação dos sujeitos. Sendo que os sujeitos só existem em situações sociais e históricas concretas (COELHO, 2014, p. 5).

Nessa perspectiva, percebemos a construção de um arcabouço teórico que visa nortear a ação humana, nesse sentido ideológico, para a formação de uma sociedade de sujeitos-empresas, que estão constantemente em um estado concorrencial, buscando aperfeiçoar a produção em nome de aspectos éticos, como a “natureza empreendedora” humana ou a liberdade, em especial a de comércio, como valor universal de toda e qualquer sociedade.

Em textos como *O caminho da servidão*, publicado em 1944, uma das obras que pautam o neoliberalismo, Friedrich Hayek coloca-se contrário ao Estado de bem-estar social e às limitações impostas ao mercado. Sua teorização parte do pressuposto de que a presença do Estado na economia atrapalha os caminhos “naturais” do livre mercado, gerando uma igualdade nociva ao desenvolvimento capitalista, já que não incentiva os indivíduos a empreenderem e a competirem – dinâmica esta que possibilitaria um maior desenvolvimento geral da sociedade. “Seu objetivo [do neoliberalismo] era combater o

keynesianismo e o solidarismo reinante, fazendo que o mundo voltasse a ser pautado por um capitalismo duro e livre de regras” (PAULANI, 2008, p. 67).

Contudo, destacamos, novamente, que a prática neoliberal, apesar de muitas vezes utilizar a retórica do Estado mínimo, não significa uma completa ausência do Estado na economia ou na sociedade. O que se defende no neoliberalismo é que o Estado atue de modo diferente do que propõe o keynesianismo, ou seja, que o Estado mude a sua maneira de atuação na economia e na sociedade, com o intuito de moldar politicamente as relações econômicas e sociais a partir das normas da concorrência.

[...] Mas, ainda que admitam a necessidade de uma intervenção do Estado e rejeitem a pura passividade governamental, os neoliberais opõem-se a qualquer ação que entrave o jogo da concorrência entre interesses privados. A intervenção do Estado tem até um sentido contrário: trata-se não de limitar o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado. Não se trata mais de postular um acordo espontâneo entre interesses individuais, mas de produzir as condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69).

Nesse sentido, após a crise capitalista dos anos de 1970, o neoliberalismo se apresentou como a solução dos problemas econômicos enfrentados pelos países capitalistas centrais. Ao acusar o excesso de intervenção do Estado por meio de políticas sociais e da atuação “predatória” dos sindicatos – fato que diminuiria as taxas de lucros e a possibilidade de crescimento econômico –, os neoliberais passaram a defender um

Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar sindicatos (ANDERSON, 1995, p. 2).

O neoliberalismo busca, portanto, afastar “qualquer possibilidade de organização social que não seja embasada na completa liberdade econômica e em sua suposta ordem meritocrática” (PAULANI, 2008, p. 68). Dessa maneira, frente a sua animosidade em relação às organizações coletivas, o ideário anti-comunista – particularmente após a chegada ao poder de Margaret Thatcher na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan nos EUA, em 1980 – passou a ser parte importante do discurso neoliberal. Em plena Guerra Fria, o anticomunismo neoliberal foi importante para conseguir apoio de parcelas consideráveis das sociedades nesses países, sendo um “trunfo da ideologia neoliberal” nas regiões de capitalismo avançado (ANDERSON, 1995, p. 3).

Também é importante ressaltar que o neoliberalismo defende as privatizações de empresas e serviços públicos como forma de enxugar os gastos sociais do Estado em nome de uma responsabilidade fiscal. Tais medidas, colocadas em prática em muitos países europeus, conseguiram sucesso em alguns de seus objetivos, em especial, o controle da inflação, o aumento dos lucros das empresas, a diminuição da influência dos sindicatos – o que resultou na redução considerável dos salários – e a criação de uma “taxa natural” de desemprego. No entanto, essas conquistas não conseguiram atingir o principal objetivo do neoliberalismo: o de revitalizar o capitalismo que estava em crise desde a década de 1970.

Conforme aponta Perry Anderson, durante os anos de 1980, os países capitalistas centrais não apresentaram a dinamização econômica esperada pelos neoliberais, pois “a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva” (1995, p. 7). No entanto, o neoliberalismo conseguiu cumprir uma função ainda mais fundamental para a instauração da nova fase do capitalismo, impondo ao Estado e à sociedade uma nova racionalidade, uma nova “razão do mundo”, em que o pressuposto a ser seguido é o da concorrência, tanto entre Estados como entre indivíduos.

O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral da vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Com as novas crises capitalistas – por exemplo, as da década de 1990 e até mesmo as mais recentes, como a dos anos 2000 –, o neoliberalismo manteve-se como o principal arcabouço teórico para nortear as políticas públicas, apesar das provas materiais de suas inconsistências e de ter criado sociedades mais desiguais e empobrecidas. No caso latino-americano, a história do neoliberalismo tem início com a experiência chilena durante a ditadura de Pinochet e, posteriormente, no final dos anos de 1980 e 1990, em países como Venezuela, Argentina e Bolívia, quando estes passaram a adotar “pacotes de reestruturação econômica” desenvolvidos pelos FMI e pelo Banco Mundial, o que causou graves danos sociais a esses países.

A principal conquista neoliberal foi, portanto, uma conquista ideológica e política, pois o neoliberalismo se coloca como a única alternativa às crises capitalistas, como sendo um corpo de “doutrina coerente, auto-consciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (ANDERSON, 1995, p. 12).

Para os pensadores neoliberais, a importância do aspecto ideológico, que se coloca também dentro da lógica concorrencial, sendo entendido como o campo da “luta ideológica” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 205)⁵, pode ser percebido pelo fato de esses ideólogos terem passado a ocupar um local privilegiado na imprensa, destacando-se como “formadores de opinião” e construindo, assim, um discurso de que todos os sistemas ideológicos contrários ao neoliberalismo se relacionam com a supressão da liberdade individual e de mercado, bem como com o inchaço de um Estado ineficiente e

⁵ Hayek, Von Mises, Stigler e Friedman foram alguns dos intelectuais neoliberais que admitiam a importância da disputa ideológica na concretização dos planos neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 204).

corrupto. Portanto, o que se viu foi a formação de verdadeiros “evangelistas do mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 205).

Nesse sentido, autores como Hayek propuseram um projeto político-social em que o mercado e a moral, juntos, formam o fundamento da liberdade, da ordem e do desenvolvimento da civilização. Sendo assim, os autores neoliberais traçam uma linha de continuidade ligando a atuação do Estado, que impediria o livre mercado, a questões relacionadas à moralidade e à liberdade individual, isto é, liberdade de mercado passa a ser sinônimo de liberdade individual (BROWN, 2019).

Dessa maneira, os neoliberais conseguem congregam valores que eles entendem como moralidade tradicional, tais quais família, religião, ordem, propriedade privada e liberdade de mercado, uma vez que a intervenção indevida do Estado no mercado significaria uma intervenção na vida pessoal dos indivíduos. Essas relações conseguem explicar uma das combinações possíveis no totalitarismo neoliberal: a conjugação da liberdade de mercado com valores da extrema direita.

Outra consequência do neoliberalismo é a sua proposição antidemocrática, uma vez que a democracia pressupõe um “espaço em que experimentamos um destino comum em meio às nossas diferenças e distâncias”, que Wendy Brown considera como o social, um “local onde cidadãos de origens e recursos amplamente desiguais são potencialmente reunidos e pensados como um conjunto” (2019, p. 38). Como esse espaço representa, para os neoliberais, uma ingerência indevida do Estado na ação dos mercados, pois realizaria uma espécie de justiça social indevida, dado que os indivíduos devem concorrer de forma livre, e os menos adaptados fracassam⁶, o neoliberalismo se insurge contra o social, gerando uma cultura antidemocrática, que legitima formas de poder antidemocráticas (2019, p. 39).

Para compreender como se efetiva a hegemonia neoliberal, entendemos que a realização do poder político depende do conflito no interior das instituições

⁶ Nesse aspecto, é possível perceber a apropriação, por parte dos neoliberais, de características que remontam ao darwinismo social de Herbert Spencer, onde os mais fracos deveriam ser eliminados pela concorrência, tida como natural, pelos mais fortes. Por isso condenam a presença do Estado, ou melhor, do social, uma vez que subverte a concorrência e possibilita que os mais fracos não sejam eliminados.

sociais (sociedade civil). Assim, segundo Gramsci, o exercício da ideologia vincula-se ao controle ideológico da sociedade civil (COELHO, 2014, p. 62).

De acordo com a perspectiva teórica de Gramsci, a produção ideológica, particularmente a que circula pelos meios de comunicação, possui uma enorme importância política: o controle da sociedade política está vinculado ao exercício da hegemonia (poder ideológico) na sociedade civil (COELHO, 2014, p. 62).

Para Gramsci, a hegemonia se relaciona com o consentimento que um grupo ou classe dominante consegue conquistar dos grupos dominados (EAGLETON, 1997, p. 95), sendo a separação entre as esferas políticas e econômicas uma das maneiras mais eficientes de se conseguir tal consentimento. No caso neoliberal, essa separação se camufla em ausência do Estado, tido como opressor, sendo importante que, além da ação estatal na construção de aparatos jurídicos de subordinação da sociabilidade e da normatividade concorrencial, atue-se na formação de uma cultura neoliberal, que busca sua legitimidade através do consenso, sem abrir mão, se necessário, da coerção estatal – “assim, hegemonia é uma noção inerentemente relacional, além de prática e dinâmica [...]” (EAGLETON, 1997, p. 107).

Diante disso, o neoliberalismo busca englobar a totalidade da sociedade, com o objetivo de impossibilitar qualquer aspecto de heterogeneidade social, seja em relação à divisão das classes sociais e a suas relativas posições na cadeia produtiva, seja enquanto indivíduo, uma vez que a sociedade como um todo passa a funcionar de acordo com as normas de mercado, com as pessoas sendo entendidas como empresas.

Vemos entonces la originalidad del totalitarismo neoliberal respecto a todas las otras formas totalitarias: la indivisión o la atomización social se realiza en este caso bajo la acción de un Estado no colectivista que ejerce su coerción sobre las pulsiones y los deseos, sino a través de un Estado “privatista” que libera las pulsiones principales en detrimento de los deseos secundarios (WEINSTEIN, 2018, p. 80).

Assim como a construção de uma sociedade homogênea, Weinstein (2018) identifica outra característica no totalitarismo neoliberal: a “determinação do poder” – no caso, o poder é ocupado pela “ciência da gestão”, traço também identificado por Chaui (2020). Tal perspectiva, agindo em conjunto com o aparato de construção hegemônica, permite que o capital – no caso do neoliberalismo, o capital financeiro – não precise legitimar o poder totalitário através de aspectos deterministas, como as “leis objetivas da política racial nazista” (WEINSTEIN, 2018, p. 81), criando a possibilidade de que tal dominação aconteça dentro de uma esfera supostamente democrática, pois se utiliza de estratégias de *marketing*, de propaganda e de financiamento de campanhas eleitorais.

Portanto, o neoliberalismo acaba por inviabilizar a democracia, uma vez que, apesar de sua determinação social enquanto forma política de uma dominação de classe específica, a ordem democrática necessita criar um ambiente onde as oportunidades de participação no sistema político construam um aparato de igualdade jurídica nas sociedades, o que significa a existência de brechas em que as diferenças entre os interesses de classe se tornem aparentes, mas não impossíveis de serem solucionadas, cabendo ao Estado e à normativa jurídica esse papel de árbitro entre tais contradições. Essa dinâmica confere legitimidade à democracia e à própria dominação, que, como observamos, acontece no campo da política.

No entanto, o neoliberalismo não aceita essas brechas em que as diferenças e tensões capitalistas se manifestam na democracia, pois as entende como elementos estranhos ao funcionamento dos mercados e da ordem concorrencial. Dessa maneira, o neoliberalismo corrompe a democracia, ou melhor, prevê a existência de uma democracia sem o social; ou seja, a democracia, mesmo a democracia liberal, não cria as condições para a realização do neoliberalismo.

4. Considerações finais

Esperamos ter demonstrado que o neoliberalismo se efetiva de forma totalitária nas sociedades atuais, sendo a expressão das contradições capitalistas após a crise do mundo soviético e do Estado de bem-estar social, e busca criar condições para a máxima exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo que se coloca como um conjunto de ideias que defende as liberdades individuais.

Dessa forma, a construção da hegemonia neoliberal parte da conjugação de perspectivas caras ao conservadorismo, como as ideias de tradição, família e pátria, e um ultraliberalismo que defende o individualismo e a livre circulação de capitais. Assim, tornou-se possível condenar instituições sociais, como o Estado, partidos políticos e sindicatos, ditos como corruptos e ineficazes, e defender a imposição de uma lógica concorrencial tipicamente mercantil para todas as esferas da vida social.

Tal perspectiva acarretou uma série de consequências sociais que se materializaram no empobrecimento da classe trabalhadora e no aumento das taxas de lucros de grandes conglomerados industriais e financeiros. Para David Harvey, esse movimento pode ser entendido como uma “acumulação por espoliação”, que acontece “através da centralização da riqueza e do poder nas mãos de poucos, através de uma série de práticas essenciais do neoliberalismo, como a privatização e a financeirização” (HARVEY *apud* MOUFFE, 2020, p. 98.)

Ao realizar uma genealogia do pensamento autoritário liberal tipicamente neoliberal, Grégoire Chamayou chama a atenção, assim como fizeram Dardot e Laval (2017), para a expansão da lógica da empresa para todas as esferas sociais. Como já assinalado, os neoliberais buscaram construir um arcabouço teórico que contrapunha o liberalismo ao totalitarismo e a democracia ao autoritarismo. Ou seja, dentre as alternativas possíveis, a única que não poderia ser aceita era o totalitarismo, sendo que a democracia só teria validade caso adotasse uma política econômica liberal.

Em 1981, quando lhe perguntaram sobre sua posição diante dos regimes totalitários na América do Sul, Hayek retruca que isso não existe. Não confundamos totalitarismo e autoritarismo. E esclarece que o único governo “totalitário” que existira até recentemente na América Latina havia sido o Chile de Allende. Sem dúvida, um caso extremo de “democracia totalitária”. Totalitária? Mas em que sentido? É “totalitário”, Hayek responde, um sistema que, diferentemente do liberalismo e do individualismo, “pretende organizar o conjunto da sociedade e de todos os seus recursos”, tendo em mira um “fim unitário” (CHAMAYOU, 2020, p. 331).

Como se percebe, para Hayek, o governo democrático de Allende era inaceitável, considerando-o uma “democracia totalitária”, enquanto a ditadura sanguinária de Pinochet era entendida como um regime liberal, já que defendia a liberdade dos mercados. Essa é a moralidade neoliberal. E mais: acusa a democracia e a *via chilena* ao socialismo de pretender “organizar o conjunto da sociedade e de seus recursos”, como se o neoliberalismo não fizesse exatamente o mesmo. Com uma diferença – enquanto o governo democrático de Allende buscava organizar a sociedade através da ação coletiva, de forma democrática, tentando romper os laços de subordinação e dependência que marcam o Chile, o neoliberalismo busca reproduzir e aprofundar essas mesmas características, mesmo que para isso tenha que apoiar golpes de Estado, tortura e assassinato.

A ginástica teórica operada pelos neoliberais guarda raízes nos escritos de autores como Carl Schmitt e que posteriormente foram reapropriados pelos paladinos neoliberais – particularmente, Hayek –, que se apropriaram da análise do pensador alemão sobre a conjuntura pré-nazista nos anos de 1920 e sua crítica à democracia. Para Schmitt, o conceito-chave era o de “Estado total”, fazendo referência à possibilidade de a democracia parlamentar construir práticas tidas como totalitárias. Essa tese é apropriada por Hayek através da equação: “Estado neutro” – liberal do século XIX – está se transformando em “Estado total”, ou seja, as contradições da expansão democrática estariam acabando com a neutralidade do Estado e prejudicando seu pleno funcionamento.

Dessa forma, os neoliberais acreditam que, para acabar com o “Estado total” típico de democracias excessivas, como a do Estado de bem-estar social, seria necessário um Estado ainda mais forte, mas que atuasse no sentido de destruir as relações inerentes à democracia através de forte repressão e atividades propagandistas, mobilizando o que existe de mais moderno para controlar corpos e mentes. A liberdade, portanto, ficaria restrita às atividades do mercado.

Ora, fica claro nesse ponto o que Mises queria dizer quando afirmou que o “fascismo e todos os impulsos similares salvaram a civilização europeia”. Para os neoliberais, o fascismo foi a solução para desemaranhar as contradições e as pressões sociais resultantes da democracia. Para Hayek, por exemplo, foi a República de Weimar a responsável pelo nazismo na Alemanha, uma vez que a democracia do bem-estar “alimenta um socialismo que conduz diretamente ao fascismo”. Quer dizer, retira-se a reponsabilidade dos próprios nazistas e culpabiliza-se aqueles que foram as vítimas. Como aponta Chamayou, é um “continuísmo grosseiro que só pode ser enunciado à custa da negação das relações políticas e sociais” (2020, p. 346).

Assim, o liberalismo autoritário defendido pelos neoliberais, além de atacar a democracia, também é composto por um profundo anticomunismo, o que justifica, em casos particulares, a instalação de ditaduras, contanto que adotem a liberdade para o capital. Dessa forma, ao apoiar ditaduras, abre-se uma outra contradição, dessa vez no que diz respeito ao conceito de liberdade, ou seja, como ser liberal e defender um regime autoritário que nega os direitos civis, prende, censura, tortura e mata?

Para uma parte do pensamento neoliberal, essa engenharia é possível pois a liberdade relacionar-se-ia exclusivamente à liberdade de mercado, que se sobrepõe à liberdade individual. Portanto, é possível, para os neoliberais, existirem regimes autoritários muito mais liberais do que democracias, que estariam sujeitas a pressões de grupos específicos que inviabilizariam o livre mercado. Ora, como muitos grupos de pressão se vinculam às demandas de minorias, essas passam a ser relacionadas como inimigas da liberdade

e do crescimento econômico nacional. Até mesmo questões relacionadas à preservação do meio ambiente são tidas como medidas autoritárias que diminuem o direito e a liberdade de empreender e lucrar.

Mas que conteúdo resta em uma noção de liberdade tão rasa? Apenas a liberdade econômica, compreendida como livre disposição de sua propriedade. “Quando madame Thatcher afirma que a livre escolha deve se exercer mais no mercado do que nas urnas, ela se limita a lembrar” endossa Hayek, “que nesse primeiro tipo de escolha é indispensável à liberdade individual, enquanto o segundo não é: a livre escolha pode, aliás, existir sob uma ditadura capaz de limitar a si mesma, mas não sob o governo de uma democracia ilimitada.” Não poderia ser mais claro: a liberdade econômica, a do individualismo possessivo, não é negociável, enquanto a liberdade política é opcional (CHAMAYOU, 2020, p. 330).

Por fim, compreender as contradições e as relações entre o neoliberalismo, o conservadorismo e o autoritarismo em sua constante oposição à democracia é de fundamental importância para conseguirmos cumprir a tarefa que se coloca nos tempos atuais, ou seja, conseguir encontrar soluções para interromper a marcha neoliberal e sua forma totalitária. Para tal, não podemos nos furtar a nomear os fenômenos pelo que são. No atual estágio, de profunda crise social, política e econômica, em que o mercado e o capital buscam normas formas de se reproduzirem e de expandirem seus tentáculos, inclusive através do aumento da superexploração da classe trabalhadora, muitas experiências políticas flertam claramente com a ruptura democrática. Como já sabemos, esses grupos não possuem nenhum apreço pelas liberdades e pelos direitos sociais.

Referências

- ANDERSON, Perry. “As antinomias de Antonio Gramsci”, *Crítica Marxista*, n.1, p.7-74, São Paulo, Joruês Cia Editorial, 1986.
- _____. “Balanço do neoliberalismo” in: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 9-23.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga De Mello. *O capital e suas metamorfoses*. SciELO-Editora Unesp, 2016.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.
- CALLINICOS, Alex. *A vingança da história: o marxismo e as revoluções do Leste Europeu*. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1993.
- CHAMAYOU, Grégoire. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo, Ubu Editora, 2020.
- CHASIN, José. *Ensaio Ad Hominem*, Tomo III-Política. São Paulo: Ensaio, 2000.
- CHAU, Marilena. “O totalitarismo neoliberal”, *Anacronismo e Irrupción*, v. 10, n. 18, pp. 307-328, 2020.
- COELHO, Cláudio Novaes Pinto. *Teoria crítica e sociedade do espetáculo*. Jundiaí, Ed. In House, 2014.
- COSTA, Ricardo da Gama Rosa. *Gramsci e o conceito de hegemonia*. Salvador: Quarteto, 2011.
- COTRIM, Livia. *O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *De Rousseau a Gramsci*. Ensaio de teoria política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- CRARY, Jonathan. *24/7 – capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo, Ubu Editora, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2017.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo, Unesp, 1997.
- FAUSTO, Ruy. *O ciclo do totalitarismo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2020.
- FERREIRA, Jorge Luiz; DE CASTRO GOMES, Angela Maria. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo, Leya, 2019.
- HONÓRIO, Cecília. “Populismo: esquerda, direita e demoliberalismo” in: HONÓRIO, Cecília (coord). *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*. Lisboa: Tinta da China Edições, 2018.
- IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- KALECKI, Michal. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- LOUÇÃ, Francisco. “A maldição populista na bola de cristal do século XXI” in: HONÓRIO, Cecília (coord). *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*. Lisboa: Tinta da China Edições, 2018.
- MINEIRO, João. “O tempo, as redes e o espetáculo do populismo” in: HONÓRIO, Cecília (coord). *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*. Lisboa: Tinta da China Edições, 2018.
- MORELOCK, Jeremiah.; NARITA, Felipe. *Public Sphere and World-System: Theorizing Populism at the Margins*. in: MORELOCK, J. (ed.). *Critical Theory and Authoritarian Populism*. Londres: University of Westminster Press, 2018, pp. 135-153.

- PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.
- PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2015.
- ROMERO JIMÉNEZ, Juan Eduardo; PUGA, Eduardo Álvarez. *Maldito mercado: manifesto contra el fundamentalismo neoliberal*. Barcelona, Ediciones B, 1996.
- ROSAS. *Fascismo e populismo: elementos para uma reavaliação histórica*. in: HONÓRIO, Cecília (coord). *O espectro dos populismos: ensaios políticos e historiográficos*. Tinta da China edições, Lisboa, 2018.
- SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- WEINSTEIN, Marc. "Pensar el totalitarismo neoliberal. Seis tesis sobre el totalitarismo", *Constelaciones: Revista de Teoría Crítica*, n. 10, pp. 74-115, 2018.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ÁDRIA DE ARRUDA MOURA FREIRE
RICARDO DATHEIN

ESTADO E INOVAÇÕES: O DESENVOLVIMENTO VERDE NA CHINA

Recebido em 08/12/2021

Aprovado em 21/02/2022

ESTADO E INOVAÇÕES: O DESENVOLVIMENTO VERDE NA CHINA

Resumo

Não é de hoje que questões concernentes ao desenvolvimento verde estão em pauta entre governantes e economistas. A questão ambiental está conectada de forma intrínseca a questões sociais, como a melhoria da qualidade de vida, educação e saúde. A China ainda é o país mais poluidor do mundo, responsável por aproximadamente 27% das emissões de gases de efeito estufa de todo o planeta. Por outro lado, nos anos recentes vem se tornando referência no que diz respeito àecoinovação. Ocorre que, em seus estágios iniciais, a indústria verde dificilmente surgiria naturalmente através de forças de mercado, fazendo-se necessária uma participação ativa do Estado. O presente artigo consiste em uma revisão da literatura narrativa e de documentos, tendo como objetivo geral analisar o processo recente de inovação verde na China a partir do ano de 2011. Para isso, busca-se: compreender a definição de Estado empreendedor; entender o que seria uma revolução industrial verde e qual a importância do Estado nesse contexto; avaliar políticas e posicionamentos do governo chinês e observar de que modo se encaixam no conceito de Estado empreendedor verde. As principais conclusões aqui estabelecidas são que o governo chinês atua como um Estado empreendedor, de forma consciente e intencional, possuindo uma visão de que o desenvolvimento ocorre através de mudanças estruturais e da inovação e propondo-se a promover a modernização industrial a partir da inovação científica, orientar o fluxo de investimentos, talentos e tecnologia para as empresas, instigar a união estratégica de P&D e produção e gerar aumento da competitividade do núcleo industrial.

Palavras-chave: Estado; ecoinovação; China.

ÁDRIA DE ARRUDA MOURA FREIRE

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia, área de Desenvolvimento Produtivo e Mudança Estrutural, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista do Programa de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: adriaarruda@yahoo.com.br

RICARDO DATHEIN

Doutor em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). Professor do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGE/UFRGS).

E-mail: ricardo.dathein@ufrgs.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7301-278>

Abstract

It's been a while that issues concerning green development are on government officials and economists' agendas. The environmental problems are intrinsically connected to social issues, such as improving the quality of life, education and health. China is still the world's most polluting country, responsible for approximately 27% of global greenhouse gas emissions. On the other hand, in recent years it has become a reference when it comes to eco-innovation. It turns out that, in its early stages, green industry would hardly emerge naturally through market forces, being necessary an active state participation. This article consists of a narrative literature and document review, with the main objective of analyzing the recent process of green innovation in China since 2011. For this, it seeks to: understand the definition of the entrepreneurial state; understand what would be a green industrial revolution and the importance of state in this context; evaluate Chinese government policies and positions and see how they fit into the concept of a green entrepreneurial state. The main conclusions established here are that the Chinese government acts as an entrepreneurial state, consciously and intentionally, understanding that development occurs through structural changes and innovation and proposing to promote industrial modernization based on scientific innovation, to guide the flow of investments, talent and technology to companies, to instigate the strategic union of R&D and production, and to generate an increase in the competitiveness of the industrial nucleus.

Keywords: state; eco-innovation; China.

I. Introdução

O desenvolvimento econômico não ocorre de maneira linear, mas através de um fenômeno endógeno ao sistema capitalista, que revoluciona sua estrutura econômica, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos – um processo de Destruição Criativa, como Schumpeter (1961) destacou. A rigor, essas revoluções não são permanentes, ocorrendo em intervalos discretos, separados por períodos de relativa calma.

No entanto, em geral, esse processo nunca para, porque sempre há uma revolução ou a absorção de resultados revolucionários, os quais formam o chamado ciclo econômico. Nesse sentido, Schumpeter (1961) atribui ao empresário a tarefa de realizar as novas combinações que movem o desenvolvimento. As mudanças, então, seriam iniciadas pelo lado da oferta e os consumidores “educados” a possuírem novos hábitos de consumo, sendo a inovação a força motriz do progresso.

Já no caso daecoinovação, ou inovação verde, e das tecnologias ambientais, o critério relevante para sua determinação é que seu uso seja menos prejudicial ao meio ambiente do que o uso de alternativas disponíveis. Nesse sentido, aecoinovação pode ser definida como a produção, assimilação ou exploração de um produto, processo de produção, serviço ou método de gestão ou negócio que seja novo para a organização e que resulte, ao longo de seu ciclo de vida, na redução do risco ambiental, da poluição e de outros impactos negativos do uso de recursos – incluindo uso de energia – em comparação com alternativas relevantes (KEMP; PEARSON, 2007).

Entretanto, em seus estágios iniciais, a indústria verde dificilmente surgiria naturalmente, através de forças de mercado. Uma das possíveis razões para isso é que há um problema de externalidades, de forma que os agentes não consideram os benefícios sociais do uso de inovações verdes, o que faz com que as empresas invistam pouco nesse tipo de tecnologia. Assim, políticas de longo prazo se fazem essenciais para conciliar esses fatores (PORTER; LINDE, 1995; POPP, 2010; MAZZUCATO, 2014).

Sob a ótica da inovação como grande impulsionadora do desenvolvimento, faz-se necessário dar ênfase ao papel do Estado, que surge como um parceiro fundamental do setor privado, geralmente mais disposto a assumir riscos do que as empresas privadas, demonstrando mais paciência e menos expectativas em relação aos retornos futuros, com uma visão que vai além dos lucros, mas que também compreende a busca por externalidades positivas que beneficiem a sociedade como um todo (YU, 2001; MAZZUCATO, 2014).

O entendimento de como as empresas transformam os mecanismos de apoio do governo em produtos de baixo custo e alto desempenho através do processo de inovação pode ser considerado o “elo perdido” nas discussões de política energética. Nesse sentido, uma onda de inovações tecnológicas, em resposta às mudanças climáticas, deve ser incentivada. Sem essas inovações, dificilmente poderá ser rompida a dependência do petróleo, do gás e do carvão, as três maiores fontes de poluição ambiental (GIDDENS, 2009; MAZZUCATO, 2014).

O presente trabalho consiste em uma revisão de literatura narrativa e de documentos, tendo como objetivo geral analisar o processo recente de inovação verde na China a partir do ano de 2011. Para isso, busca-se: i) compreender a definição de estado empreendedor; ii) entender o que seria uma revolução industrial verde e qual a importância do Estado nesse contexto; iii) avaliar políticas e posicionamentos do governo chinês e observar de que modo se encaixam no conceito de Estado empreendedor verde.

A escolha do período de tempo explica-se por ser subsequente à implementação do 11º Plano Quinquenal (2006-2010), que elevou os gastos com ciência e tecnologia em 22% ao ano, sendo também o período em que foi implementado o 12º Plano Quinquenal (2011-2015), que foi o primeiro a estabelecer um compromisso central com o desenvolvimento verde, com 44,9% de seus indicadores relacionados a isso (HU *et alii*, 2014).

Essa pesquisa se justifica pelo aumento de questões concernentes a um desenvolvimento menos predatório, especialmente em nações emergentes. A questão ambiental está intimamente ligada a questões sociais, como a

melhoria da qualidade de vida, educação e saúde. Dessa forma, um dos requisitos para que se alcance o desenvolvimento sustentável é a superação da pobreza, que constitui uma peça fundamental do crescimento econômico inclusivo e ambiental seguro. Além disso, soluções alternativas devem ser pensadas no que diz respeito a conter os excessivos padrões de consumo (GOMES; SILVA, 2017).

Países em desenvolvimento acabam apresentando uma dupla desvantagem, tendo em vista que, ao mesmo tempo que sofrem grandes impactos derivados da degradação ambiental e das mudanças climáticas, espera-se que exerçam contribuições para sua mitigação, através da redução de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE), o que pode ser custoso em termos de seu desenvolvimento econômico (ROBERTS; PARKS, 2006).

A China é a maior economia global em paridade do poder de compra e a segunda maior em dólares correntes, sendo também o segundo maior investidor em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e possuindo o maior estoque de capital do mundo (CUNHA; FERRARI, 2021). No entanto, ainda é o país mais poluidor do mundo, responsável por aproximadamente 27% das emissões de gases efeito estufa de todo o planeta (REPORTS..., 2021).

Por outro lado, nos anos recentes vem se tornando referência no que concerne àecoinovação. Assim, o estudo do exemplo chinês faz-se relevante uma vez que pode servir de base para a elaboração de políticas para nações não desenvolvidas, no que diz respeito a incentivos à pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica voltada para o meio ambiente.

Além dessa introdução, o presente artigo se estrutura da seguinte forma: a próxima seção aborda o conceito e alguns exemplos de Estado empreendedor; a seção subsequente trata do papel do Estado na construção de um desenvolvimento verde; a última seção explana sobre a China e como a nação está lidando com esses temas. Por fim, têm-se as considerações finais.

2. O Estado empreendedor

Para os economistas neoclássicos, os problemas econômicos em geral, e a intervenção estatal em particular, acontecem em termos de concorrência perfeita, incerteza estática e otimização de Pareto. Tratando o Estado como uma “firma” que provê bens públicos e leis, esses teóricos argumentam que o protecionismo e outras formas de interferência governamental estão condenados ao fracasso, uma vez que aumentam os preços para os consumidores e protegem as indústrias ineficientes dos efeitos estimulantes da competição internacional (YU, 1997).

O papel do Estado também é discutido por economistas novos institucionalistas, sendo visto como um suporte, tendo em vista a complexidade e a incerteza. Nessa perspectiva, a intervenção estatal seria justificada em casos especiais como correções de falhas de mercado ou quando o retorno social do investimento é maior do que o retorno privado. Todavia, essa visão não trata o Estado como um empreendedor e sim como um agente passivo, devendo ser empregado apenas como último recurso, sendo os aspectos dinâmicos e de liderança ignorados (YU, 2001; MAZZUCATO, 2014).

Mazzucato (2014) aponta para o crescente desmonte do Estado, ocorrido em diversos países, em prol de uma economia mais dinâmica e competitiva, apoiado em uma imagem estatal burocrática e paralisante. Ela ilustra que essas medidas não levam em conta, por exemplo, o investimento governamental nas chamadas incubadoras de inovação, como o Vale do Silício, sendo de fundamental importância para a criação de uma economia do conhecimento através de investimentos específicos. Ressalta-se que essa visão não nega a importância do setor privado na atividade empreendedora, mas salienta que muitas das inovações revolucionárias, como a internet e os componentes tecnológicos por detrás dos *smartphones*, contaram com forte participação pública.

O termo empreendedorismo é, em grande parte das vezes, automaticamente associado a empresas privadas, quando, na verdade, essa função também

pode ser desempenhada pelo Estado. Dessa forma, um Estado empreendedor é aquele que define o crescimento, a produtividade e a competitividade de sua economia, explorando oportunidades e definindo a direção para o capital privado seguir, concentrando-se em indústrias específicas, baseadas numa perspectiva de longo prazo (YU, 1997; 2001; MAZZUCATO, 2014).

Diferentemente da iniciativa privada, que tem como foco majoritariamente os ganhos monetários, o governo prioriza questões públicas como bem-estar e desenvolvimento. Assim, o Estado é empreendedor porque está alerta para mudanças e descobertas, explora oportunidades e proporciona inovações. Esse processo envolve planejamento, aprendizagem, revisão de planos e eliminação de erros. Ademais, o Estado empreendedor assume um papel de liderança na inovação tecnológica, por meio de políticas e programas de grandes investimentos e riscos associados para alcançar o desenvolvimento orientado para a inovação tecnológica, fazendo o que de outra forma não aconteceria, criando mercados e enfrentando a incerteza característica das inovações radicais (YU, 2001; MAZZUCATO, 2014).

Yu (1997) utiliza exemplos de um grupo de países asiáticos para ilustrar o papel exercido pelo governo no desenvolvimento dessas economias. Ele aponta que em Hong Kong, por exemplo, o governo esforçou-se para criar um ambiente propício ao desenvolvimento da empresa privada. Já em Taiwan e Cingapura, além de promover o empreendedorismo privado, o governo também assumiu diretamente funções empresariais. Na Coreia do Sul e no Japão, de outra parte, a intervenção empresarial foi estendida no desenvolvimento industrial.

Mazzucato (2014) usa diversos exemplos de órgãos governamentais dos Estados Unidos para mostrar que, mesmo estimulando o liberalismo e pregando contra o intervencionismo estatal, muitas vezes o governo americano agiu como um Estado empreendedor, mesmo que oculto, sendo a justificativa tradicional de “correção de falhas de mercado” insuficiente para explicar a maioria dos investimentos em P&D realizados no país (BLOCK, 2008; 2011).

Quando se fala em Estado e Inovação, surge um novo paradigma do desenvolvimento econômico moderno, que seria a “revolução industrial verde”. No que concerne a essa questão, faz-se necessária a presença de um Estado que assuma a incerteza decorrente dos estágios iniciais da inovação, muitas vezes temida pelo setor privado (MAZZUCATO, 2014).

3. O desenvolvimento verde

Não é de agora que questões ambientais têm ganhado espaço, com os principais problemas transitando entre o esgotamento dos recursos naturais, o desenvolvimento com sustentabilidade e a necessidade de se obter crescimento econômico para superar a degradação ambiental (KAIKA; ZERVAS, 2013).

A Curva de Kuznets Ambiental (CKA) especula que à medida que a economia evolui, os países tendem a superar o estado de degradação ambiental causado pelas fases anteriores do desenvolvimento, resultando, então, numa relação de U-invertido entre crescimento – medido em termos de renda *per capita* – e deterioração do meio ambiente (COLE; RAYNER; BATES 1997; LIEB, 2003).

Nesse sentido, nas fases iniciais do desenvolvimento, com o setor primário sendo o predominante, há uma abundância de recursos naturais, com pouca poluição sendo gerada, devido à capacidade limitada da atividade econômica. Posteriormente, através da industrialização, ocorre um esgotamento significativo dos recursos naturais, assim como o aumento da poluição. É nessa fase que se dá a relação positiva entre o crescimento econômico – medido em termos *per capita* – e a deterioração do meio ambiente. A partir de um maior nível de desenvolvimento, com o aperfeiçoamento e difusão de tecnologias, haveria uma redução da degradação ambiental (PANAYOTOU; PETERSON; SACHS, 2000).

Até os anos 1990 muitos pesquisadores presumiam que cada economia deveria focar em seu próprio crescimento e que os problemas ambientais eventualmente seriam eliminados por esse processo de crescimento econômico.

Ocorre que a maioria dos países em desenvolvimento não está em posição de superar seu subdesenvolvimento, devido à sua história colonial, aos preços baixos contínuos de suas exportações, aos *links* indesejáveis com corporações estrangeiras e bancos e a sua falta de poder geopolítico (WEBER *et alii*, 2021). De forma análoga aconteceria no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e à degradação ambiental (KAIKA; ZERVAS, 2013).

Mazzucato (2014) aponta que, associada a estas questões, está a necessidade de uma “revolução industrial verde”, que seria uma transformação radical no sistema industrial global, convertendo-se em outro que seja ambientalmente sustentável. Isso, porque as mudanças climáticas, assim como a emissão de gases de efeito estufa, são causadas pelas tecnologias de produção dominantes, que são o vetor que move as economias modernas. Assim, seria necessária uma transição da matriz energética para uma que priorize tecnologias baseadas em energias limpas e não poluentes.

A revolução industrial verde pode, então, ser definida como um processo de mudança nas funções de produção estratégicas, havendo transição dos elementos tradicionais para recursos que sejam mais amigáveis ao meio ambiente, provocando, assim, um processo no qual a produção verde, gradualmente, torna-se dominante e permeia toda a economia (HU *et alii*, 2014).

O desenvolvimento verde seria, portanto, uma nova forma de desenvolvimento, que usa uma abordagem integrada em relação à economia, sociedade e ecologia. É caracterizada por um consumo mais racional, baixas emissões e preservação do capital ecológico. Com base naecoinovação, seu objetivo fundamental é o acúmulo de riqueza verde e a melhoria do bem-estar humano para alcançar a harmonia entre a humanidade e a natureza (HU *et alii*, 2014).

Em essência, seria o resultado lógico da perspectiva científica do desenvolvimento. Assim, acelera-se a transformação do desenvolvimento econômico, mudando o caminho original para um que atravessa a Curva de Kuznets, a fim de alcançar uma sociedade caracterizada por alta renda *per capita* e baixa desigualdade (HU *et alii*, 2014).

Apesar disso, em seus estágios iniciais, a indústria verde dificilmente surgiria naturalmente através de forças de mercado, em parte por causa da infraestrutura de energia incorporada, mas também porque os mercados não valorizam a sustentabilidade, promovendo desperdício e poluição. Assim, políticas de longo prazo se fazem essenciais para minorar esses fatores (MAZZUCATO, 2014).

Desse modo, para que ocorra o desenvolvimento verde, é necessário que haja intencionalidade e um governo que assuma a liderança dos processos iniciais de pesquisa e desenvolvimento. Mazzucato (2014) destaca que os países líderes na revolução verde são aqueles onde o Estado exerce um papel ativo. Isso é assim porque a inovação envolve alta incerteza e os retornos, se ocorrerem, podem ser de longo prazo, sendo os Bancos de Desenvolvimento os que mais disponibilizam capital para investimento nesse tipo de tecnologia, mostrando-se de grande importância por investirem em áreas de alto valor social, estando dispostos a assumir riscos com que o setor privado dificilmente arcaria.

Para além desses fatores, em termos de vantagens competitivas, há probabilidade de que os países líderes no processo da revolução tecnológica verde permaneçam líderes no longo prazo, dado que os investimentos em inovação são cumulativos e os resultados são *path dependent*, ou seja, a inovação no presente depende dos caminhos tomados pela inovação feita no passado (MAZZUCATO, 2014).

Esse fenômeno, por sua vez, decorre do fato de que as atividades de aprendizagem permitem o acúmulo de conhecimento, proporcionando a construção de capacitações e inovação. Essa aprendizagem gera e integra o conhecimento profissional que torna a inovação possível. Dessa maneira, o aprendizado tecnológico pode promover o acúmulo de capacidades técnicas, provocando mudanças tecnológicas (TATSCH, 2021).

Essa aptidão adaptativa ajusta-se às transformações tecnológicas e produtivas, sendo fundamental para que as firmas mantenham e ampliem sua competitividade. Assim, essas capacidades são datadas e específicas aos

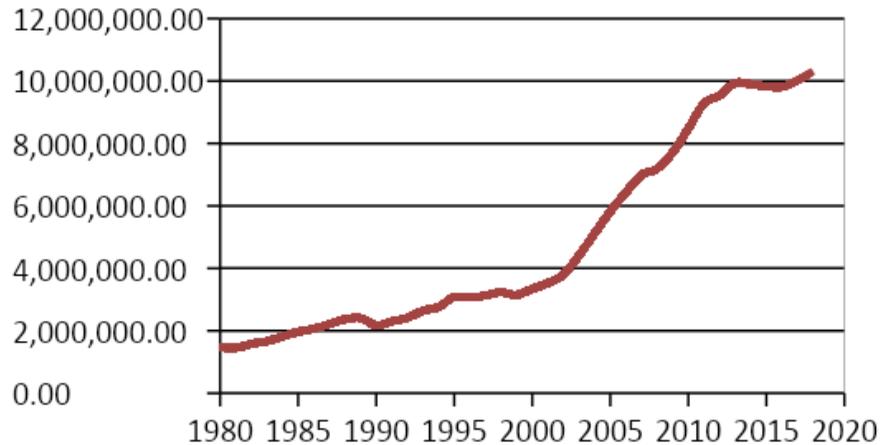
mercados em que as organizações atuam, ou seja, diferentes tecnologias significam diferentes formas de aprendizagem. Portanto, o processo de aprendizagem, onde se acumulam capacidades, é especializado (TATSCH, 2021). Em síntese, pode-se dizer que os países pioneiros em relação à inovação tecnológica verde desfrutarão de uma vantagem competitiva relativamente aos países que ficam para trás nesse processo (MAZZUCATO, 2015).

4. A ecoinovação na China

Tendo sido um grande império até meados do século XVI, a China apresentava um nível de desenvolvimento equivalente ao encontrado no Ocidente. Porém, a partir do processo de industrialização capitalista que se iniciou na Europa, a economia chinesa, por volta do ano de 1950, não ultrapassava 5% da economia mundial. Posteriormente, sob a liderança de Mao Zedong, o Partido Comunista procurou estratégias para reerguer o país, buscando deixar para trás o século de humilhações (CUNHA, 2008).

A partir da reabertura e das reformas iniciadas com Deng Xiaoping, a China passou a apresentar uma forte trajetória de crescimento e, mais adiante, de internacionalização, com expansão da renda por volta de 9% ao ano por mais de quatro décadas, além de uma considerável redução da pobreza (CUNHA, 2008). Porém, essas taxas de crescimento acabaram por gerar um acréscimo acentuado nas emissões de GEE. A Figura 1 mostra a evolução das emissões de CO₂ da China de 1980 até 2018.

Figura 1. Emissões de CO₂ - em quilotons (KT)



Fonte: Adaptado a partir de Haslam e Heidrich (2016).

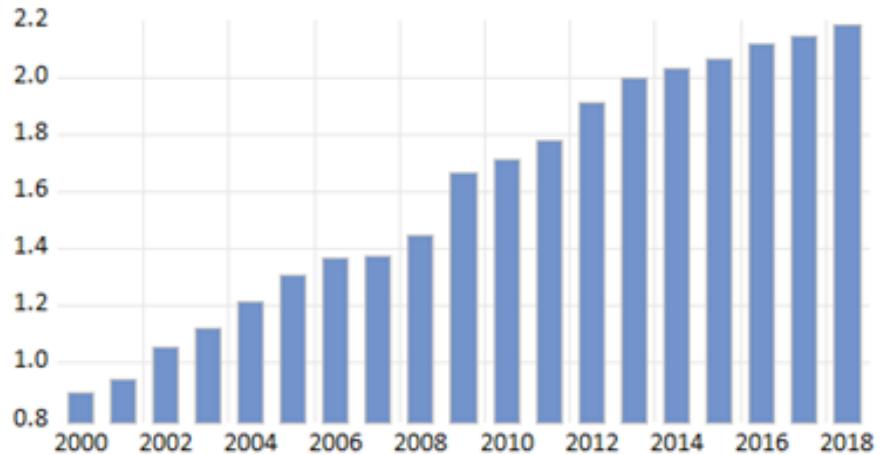
Com a eclosão da crise de 2008, a economia chinesa entrou em uma nova fase, apresentando relativa desaceleração, com taxas de crescimento econômico ao redor de 6%. Essa redução seria acompanhada de alguns objetivos de médio e longo prazo, a saber, reduzir a dependência do investimento como indutor do crescimento econômico, desenvolver novas tecnologias disruptivas e elevar a produtividade nos setores tradicionais, além de acelerar a transição para uma economia de baixo carbono e mais sustentável do ponto de vista ambiental (MANZI; VIOLA, 2020).

Recentemente a China vem buscando diminuir o foco em uma economia exportadora, procurando focar no consumo interno, sem perder seus mercados de exportação, com o grosso dessas exportações concentrando-se em *smartphones*, sistemas de motor e automóveis. O que se pode perceber é que a base manufatureira do país está em um processo de mutação de uma manufatura de baixa tecnologia para manufatura de alta tecnologia. Ou seja, o país tenta sair do paradigma de produtos “Fabricados na China” para uma economia “Projetada na China” (JOSHUA, 2017).

Dessa forma, a nação vem ampliando sua participação no sistema de inovação global, aumentando sua capacidade inovadora por meio do aprendizado. As empresas foram encorajadas a explorar recursos inovadores,

estabelecendo centros de P&D e *design* e realizando colaborações de inovação no exterior (SUN, 2015). A Figura 2 ilustra o crescimento dos gastos com P&D como porcentagem do PIB dos anos 2000 a 2018. Sun (2015) destaca

Figura 2. Despesas com pesquisa e desenvolvimento (% do PIB)



Fonte: elaboração própria com base em dados do World Bank (2021)

que construir uma economia baseada na inovação tornou-se a estratégia central do governo, o que pode ser visto através do 11º e 12º Planos Quinquenais. Joshua (2011) salienta que enquanto o primeiro aumentou os gastos em ciência e tecnologia em 22% ao ano, o segundo deu alta prioridade à promoção da inovação liderada por empresas, à promoção de pesquisa em biofármacos e indústrias estratégicas, como proteção ambiental, biotecnologia, manufatura de ponta e o desenvolvimento de novos materiais e novas fontes de energia.

Até recentemente, o crescimento econômico foi considerado essencial para fornecer uma base sólida para a economia chinesa. Ocorre que, à medida que se alcança um maior nível de desenvolvimento, aumentam as preocupações concernentes às mudanças climáticas e à proteção ambiental, sendo procuradas alternativas nos campos da inovação e do desenvolvimento verde.

Os planos quinquenais chineses, cuja primeira implementação ocorreu em 1953, deixaram de ser simples planos econômicos e vieram a ser planos

estratégicos de desenvolvimento, recentemente vindo a abarcar as questões relacionadas a um desenvolvimento mais sustentável. O 12º Plano Quinquenal foi o primeiro a estabelecer um compromisso central com o desenvolvimento verde, com 44,9% de seus indicadores relacionados a esse foco (HU *et alii*, 2014).

Assim, a estratégia de desenvolvimento verde chinês vem redefinindo a noção de desenvolvimento econômico ideal, fazendo do lucro e do ambiente elementos complementares ao invés de opostos, reconhecendo que, a longo prazo, a obtenção de vantagens competitivas vai depender essencialmente da redução da poluição e do desperdício, assim como de uma gestão eficiente dos recursos naturais (MAZZUCATO, 2014).

Ao transformar o modo de desenvolvimento econômico, a importância de construir uma sociedade que economize recursos e respeite o meio ambiente deve ser enfatizada para que se possa economizar energia, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e combater ativamente as mudanças climáticas globais. Devemos desenvolver a economia circular e as tecnologias de baixo carbono. Através de um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional, o desenvolvimento sustentável será aprimorado (CHINA, 2011, n.p., tradução nossa).

Percebe-se, portanto, a intencionalidade do governo no que diz respeito a implementar um modelo de desenvolvimento sustentável, com melhor gestão de recursos naturais, dando ênfase a tecnologias limpas. Além disso, o plano se propõe a atuar em setores-chave da economia, desenvolvendo indústrias estratégicas, assim como promovendo o desenvolvimento de equipamentos tecnológicos que respeitem o meio ambiente.

Desenvolveremos novas indústrias estratégicas energeticamente, como TI de nova geração com economia de energia e ecologicamente correta, biologia, fabricação de equipamentos de ponta, novas fontes de energia, novos materiais e automóveis de nova energia. Na indústria de conservação de energia e proteção ambiental, haverá foco no desenvolvimento de equipamentos tecnológicos essenciais para conservação de energia eficiente, proteção ambiental avançada e reciclagem de recursos, produtos e serviços (CHINA, 2011, n.p., tradução nossa).

Em pronunciamento na Conferência das Nações Unidas Sobre as Mudanças Climáticas (COP-21), realizada em Paris no ano de 2015, o presidente Xi Jinping reforçou que o país vem se esforçando para integrar as pautas relacionadas às mudanças climáticas em seus programas de desenvolvimento de médio e longo prazo. Ele destacou que, para isso, o governo se vale de diversos meios, a saber, jurídicos e administrativos, tecnologias e forças de mercado, o que estaria levando o país ao topo do mundo em termos de conservação de energia e utilização de energias renováveis, sendo a capacidade instalada de energia renovável da China responsável por 24% do total mundial, e a nova capacidade instalada respondendo por 42% do total global (CHINA, 2015).

Xi Jinping afirmou que, com base na inovação tecnológica e institucional, tem em vista adotar medidas políticas para fomentar a indústria, construir um sistema de energia de baixo carbono, desenvolver edifícios verdes e transporte de baixo carbono e construir um mercado nacional de comércio de emissões de carbono, de modo a impulsionar um novo padrão de modernização com harmonia entre o homem e a natureza (CHINA, 2015).

Não obstante, destacou ainda que a China se compromete a atingir o pico de emissões de CO₂ por volta de 2030, esforçando-se para alcançá-lo o mais rápido possível e, a partir de então, reduzir o CO₂ por unidade do PIB em 60-65% em relação ao nível de 2005, aumentar a participação de combustíveis não fósseis no consumo de energia primária para cerca de 20%, e aumentar o estoque florestal em cerca de 4,5 bilhões de metros cúbicos em relação a 2005 (CHINA, 2015).

“Todas as coisas vivem em harmonia e crescem se bem nutridas.” A cultura chinesa valoriza a harmonia entre o homem e a natureza e respeita a natureza. No futuro, os esforços ecológicos terão destaque no 13º Plano Quinquenal da China. A China trabalhará duro para implementar a visão de inovação, desenvolvimento coordenado, verde, aberto e inclusivo (CHINA, 2015, n.p., tradução nossa).

O 13º plano quinquenal reforçou mais ainda esse direcionamento, uma vez que se propôs a apoiar o desenvolvimento de provedores de serviços verdes, inovações em tecnologia e equipamentos e uso de produtos ambientalmente amigáveis.

Fortaleceremos as capacidades da China em relação à engenharia, tecnologia e fabricação de equipamentos com economia de energia e ecologicamente corretas, e pesquisaremos, desenvolveremos, demonstraremos e disseminaremos uma série de tecnologias e equipamentos avançados e ecologicamente corretos (CHINA, 2016, n.p., tradução nossa).

Além disso, o plano dá seguimento ao foco do anterior, concebendo a inovação como vetor para o desenvolvimento, com ciência e tecnologia assumindo papéis centrais.

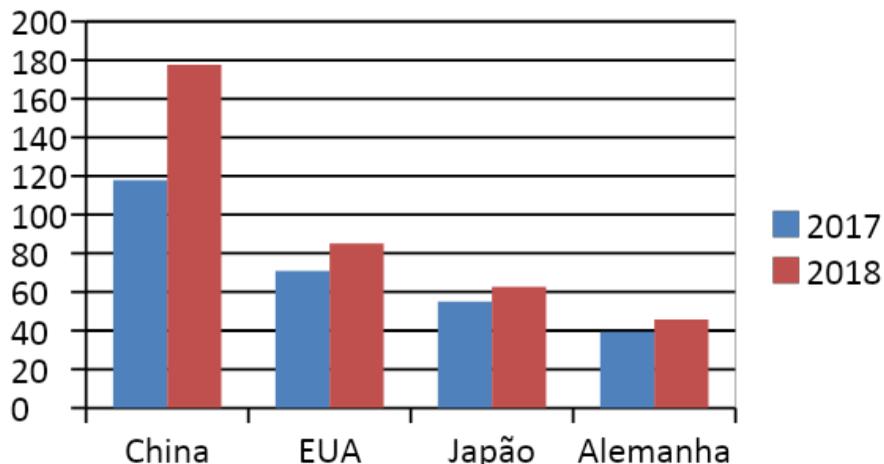
Tendo a inovação como base para prosseguir o desenvolvimento, daremos um papel central à inovação na ciência e tecnologia, com o desenvolvimento de talentos como suporte, integrando estreitamente a inovação científica e tecnológica com as startups de negócios e a inovação do público em geral, a fim de alcançar um desenvolvimento de ponta, que se baseie mais na inovação como seu motor e ofereça maiores incentivos para os inovadores pioneiros (CHINA, 2016, n.p., tradução nossa).

Partindo do investimento em pesquisa de base e do desenvolvimento de indústrias-chave, o governo busca acelerar descobertas em tecnologias essenciais em campos como informações e comunicações de última geração, novas energias, novos materiais, aeronáutica e astronáutica, biomedicina e manufatura inteligente. Além disso, visa encontrar soluções tecnológicas sistemáticas para preencher gargalos em áreas como agricultura moderna, urbanização, governança ambiental, assistência médica, assistência a idosos e serviços públicos (CHINA, 2016).

Em termos de áreas, as tecnologias de crescimento mais rápido na China são: tratamento de água e esgoto, energia solar fotovoltaica, iluminação, melhorias relacionadas a produtos químicos finos ou a granel e produtos farmacêuticos, veículos elétricos, tecnologias facilitadoras com potencial

contribuição para a mitigação de emissões de gases do efeito estufa, redução de emissões de fontes estacionárias e energia eólica (WANG, 2019). A Figura 3 ilustra a produção solar total da China em 2017 e 2018, comparada com os outros três principais países líderes em capacidade instalada.

Figura 3. Produção solar total - em quilowatts-hora (milhões)



Fonte: elaboração própria com base em dados do Undata (2021)

Também se pode destacar o aspecto organizacional, dado que diferentes funções podem ser atribuídas a diferentes órgãos no gerenciamento do processo de inovação. Nesse sentido, o 13º Plano Quinquenal salienta:

Vamos esclarecer as funções e papéis dos diferentes tipos de entidades envolvidas na inovação e estabelecer uma rede de inovação que integre os esforços do governo, empresas, universidades, institutos de pesquisa e usuários finais (CHINA, 2016, n.p., tradução nossa).

Nesse caso, aponta-se para a parceria estabelecida entre o setor público e o setor privado, visto que há um estímulo, por parte do governo, para que as empresas se tornem os principais agentes inovadores, através de programas nacionais de inovação tecnológica, de associações industriais para inovação tecnológica, do desenvolvimento de novos tipos de institutos de pesquisa orientados para o mercado e do apoio à inovação colaborativa em todos os campos e indústrias.

Reforçaremos a posição e o papel de liderança das empresas como entidades principais para a inovação, incentivando-as a realizar pesquisas básicas e de fronteira, implementaremos a iniciativa 100 Empresas Mais Inovadoras, desenvolveremos empresas inovadoras e internacionalmente competitivas e apoiaremos o crescimento de pequenas e médias empresas de alta tecnologia (CHINA, 2016, n.p., tradução nossa).

Aprovado pelo congresso em 12 de março de 2021, o 14° Plano Quinquenal (2021-2025) dá ênfase aos aspectos de transição que permeiam a economia chinesa no período recente, partindo de um desenvolvimento de alta velocidade para um modelo de desenvolvimento de alta qualidade. Dentre várias prioridades, destacam-se a transformação do país em uma potência tecnológica e industrial e a busca pelo desenvolvimento verde, com destino a uma economia com baixa emissão de gases poluentes.

Persistiremos em dar prioridade ao ambiente ecológico e ao desenvolvimento verde, promovendo a gestão total de recursos, alocação científica, conservação abrangente e reciclagem, assim como o desenvolvimento econômico de alta qualidade e proteção ambiental de alto nível de maneira coordenada (CHINA, 2021, p. 95, tradução nossa).

Além disso, o 14° Plano se propõe a fortalecer as garantias legais e políticas para o desenvolvimento verde, implementar políticas fiscais que conduzam à conservação de energia, proteção ambiental e utilização abrangente de recursos, desenvolver vigorosamente o financiamento verde, e melhorar o sistema de uso pago de recursos naturais e inovação e aprimorar os mecanismos de formação de preços de recursos naturais, tratamento de esgoto e lixo e uso de água e energia (CHINA, 2021).

A eficiência energética entra em pauta, com algumas metas sendo a conservação de energia em áreas como indústria, construção e transporte, assim como o aumento da eficiência em campos emergentes como o 5G e os *Big Data Centers*. O plano destaca também a implementação de alguns projetos-chave, a saber, a transformação da tecnologia de conservação de energia e a formulação e revisão das normas nacionais obrigatórias para cotas de consumo energético de produtos e equipamentos (CHINA, 2021).

Ainda visando o desenvolvimento verde, o governo compromete-se a frear resolutamente o desenvolvimento cego de projetos de alto consumo de energia e elevada emissão de gases poluentes. Pretende, por sua vez, estabelecer padrões e certificação de produtos verdes, além de investir na promoção de mecanismos como eletrodomésticos que economizem água e energia e produtos de iluminação de alta eficiência (CHINA, 2021).

No que concerne à poluição, a meta é promover seu controle e redução de forma científica e coordenada. Entre os projetos de proteção ambiental e conservação de recursos, pode-se destacar: redução de poluentes atmosféricos, elaboração de sistemas de prevenção à poluição do solo e da água e implantação de tecnologias de baixo carbono (CHINA, 2021).

Ressaltando o papel da inovação como a essência do processo de modernização do país, o plano se propõe a refinar o sistema de inovação nacional e acelerar os esforços para tornar a China uma potência em ciência e tecnologia (C&T), além de concentrar recursos para o aprimoramento de tecnologias essenciais, partindo das necessidades de médio e longo prazo da população. Algumas áreas de destaque são: inteligência artificial (IA), informação quântica, circuitos integrados, ciências da vida e da saúde, ciências do cérebro, bioengenharia e tecnologia aeroespacial (CHINA, 2021).

Além disso, destacam-se medidas para melhorar a capacidade inovadora das empresas, havendo apoio à inovação tecnológica, assim como ao crescimento de micro, pequenas e médias empresas inovadoras. Para isso, o governo se propõe a implementar políticas como dedução de despesas de P&D, incentivos fiscais para empresas de alta tecnologia, e políticas tributárias preferenciais que incentivem a inovação de pequenas e médias empresas de C&T (CHINA, 2021).

Como pontuado por Matthews (2011), essas iniciativas são respaldadas por uma legislação forte e pela tendência ao desenvolvimento verde nos planos quinquenais recentes. Esses instrumentos de planejamento e as iniciativas de política e estratégia coerentes com eles, combinadas com um forte

encorajamento do Estado, significam que a promoção do modelo de desenvolvimento verde na China não é casual ou conjuntural.

Dessa forma, o Estado atua como um empreendedor de forma consciente e intencional, uma vez que se propõe a promover a modernização industrial a partir da inovação científica, orientando o fluxo de investimentos, talentos e tecnologia para as empresas, instigando a união estratégica entre P&D e produção e gerando aumento da competitividade do núcleo industrial. Além disso, pode-se perceber, através dos planos quinquenais, que o governo possui uma visão de que o desenvolvimento ocorre através de mudanças estruturais e da inovação, além do entendimento de que o estímulo a inovações pode se traduzir em um vetor de vantagens competitivas.

Agindo de forma estratégica, o Estado empreendedor chinês reconhece que se deve atribuir maior peso à importância que algumas indústrias e setores exercem na economia, quando se tem em vista seu desenvolvimento futuro. Assim, esforços e capitais estratégicos são concentrados nessas áreas. Há, portanto, uma busca pela promoção do desenvolvimento através de objetivos específicos, na qual metas e métodos são empregados para que esses objetivos sejam alcançados, mediante planejamento prévio. O que se visa com isso, por sua vez, é a criação de um futuro em que haja melhoria do bem-estar social, assim como a geração de vantagens competitivas para a nação. Como afirma Yu (2001), um Estado empreendedor deve possuir a visão de resultados vindouros, em que sua economia supera seus concorrentes e se torna altamente bem-sucedida.

5. Considerações finais

O objetivo desse artigo foi fazer uma análise do processo de inovação tecnológica verde que vem ocorrendo na China. Para isso, primeiramente, foi definido o que seria um Estado empreendedor e qual seu papel para que as nações consigam alcançar uma “revolução industrial verde”.

A literatura sobre Estado empreendedor é, geralmente, enviesada para os governos de economias avançadas que já possuíam vantagens competitivas (SUN, 2015). Dessa forma, faz-se necessário o estudo sobre nações emergentes, observando como constroem suas vantagens competitivas e exploram oportunidades por meio do gerenciamento estratégico de recursos.

Via a análise de posicionamentos e políticas do governo chinês, concluiu-se que o Estado atua como empreendedor, instigando o desenvolvimento de tecnologias verdes, através de estímulos a pesquisa e desenvolvimento, além de sua atuação direcionando e desenvolvendo setores-chave da economia no processo deecoinovação.

Com a predominância do pensamento *mainstream* de que o Estado não deve intervir na economia para além do conserto das falhas de mercado, torna-se ainda mais importante o estudo de exemplos como o chinês, em que o governo formula e executa planos de longo prazo com o objetivo de desenvolver o país através da inovação tecnológica. Destarte, nos tempos atuais, essas medidas devem estar alinhadas com os problemas climáticos de ordem global, buscando um desenvolvimento mais verde e menos predatório.

Ressalta-se que o presente artigo foca fundamentalmente nos Planos Quinquenais. A análise das políticas de fato efetivadas, assim como do próprio mercado e das empresas, foge do escopo deste trabalho, ficando como sugestão para pesquisas futuras.

Referências

- BLOCK, Fred. "Swimming against the current: The rise of a hidden Developmental State in the United States", *Politics & Society*, v. 36, n. 2, 2008.
- _____. "Innovation and the invisible hand of government" in: BLOCK, Fred; KELLER, Matthew (eds.). *State of Innovation: the US Government's role in technology development*. London: Paradigm Publishers, 2011.
- CHINA. *China 12th Five-Year Plan (2011-2015) for National Economic and Social Development*. China's National People's Congress, 2011.
- _____. Xi Jinping (2015 - Xi Jinping). *Work Together to Build a Win-Win, Equitable and Balanced Governance Mechanism on Climate Change*. Speech by H.E. Xi Jinping President of the People's Republic of China at the Opening Ceremony of The Paris Conference on Climate change. Paris, 2015. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/cop21cmp11_leaders_event_china.pdf. Acesso em: 15/09/2021.
- _____. *CHINA: 13th Five-Year Plan For Economic and Social Development of the People's Republic of China (2016-2020)*. National Development and Reform Commission (NDRC), 2016.
- _____. *Outline of the People's Republic of China 14th Five-Year Plan for National Economic and Social Development and Long-Range Objectives for 2035*. Xinhua News Agency, 2021.
- COLE, M. A.; RAYNER, A. J.; BATES, J. M. "The environmental Kuznets curve: an empirical analysis. Environment and development economics", *JSTOR*, v. 14, n. 4, pp. 401-416, 1997.
- CUNHA, A. M. "A economia política do 'milagre chinês'" in: *Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia*. Salvador: ANPEC, 2008 (1 CD-ROM), 2008.
- CUNHA, A. M.; FERRARI, A. "Xi Jinping e os Ricos" in: *UFRGS/FCE*. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/xi-jinping-e-os-ricos/>. Acesso em: 02/09/2021.
- GIDDENS, Anthony. *That politics of climate change*. Cambridge (UK): Polity Press, 2009.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.
- GOMES, M. F.; SILVA, L. E. G. Brics: "Desafios do desenvolvimento econômico e sócio-ambiental" *Brasília: Revista de Direito Internacional*, v. 14, n. 1, pp. 342-357, Brasília, 2017.
- HU, A. et alii. *China: Innovative Green Development*. Heidelberg: Springer, 2014.
- JOSHUA, J. *China's Economic Growth: Towards Sustainable Economic Development and Social Justice: Volume II: The Impact of Economic Policies on the Quality of Life*. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.
- KAIKA, D.; ZERVAS, E. "The environmental Kuznets curve (ekc) theory - part a: Concept, causes and the CO2 emissions case", *Energy Policy*, v. 62, pp. 1.392-1.402, Elsevier, 2013.
- KEMP, R.; PEARSON, P. "Final report mei project about measuring eco-innovation", *UM Merit, Maastricht*, v. 10, n. 2, 2007.
- MANZI, R. H. D.; VIOLA, E. "A desaceleração da economia da China e a transição para um 'novo normal' no século 21", *Carta Internacional*, v. 15, n. 2, 2020.
- MATHEWS, J. "Os BRICS e o desenvolvimento verde: como a China está forjando um novo modelo de desenvolvimento verde que o Brasil, a Índia e outros já estão copiando", *Desenvolvimento em Debate*, v. 2, n. 1, pp. 33-63, 2011.
- MAZZUCATO, M. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- MAZZUCATO, M. et alii. "The green entrepreneurial state" in: SCOONES, I.; LEACH, M.; NEWELL, P. *The politics of green transformations*. Londres: Routledge, 2015, pp. 134-152.

PANAYOTOU, T.; PETERSON, A.; SACHS, J. D. "Is the environmental Kuznets curve driven by structural change? What extended time series may imply for developing countries". *CAER II Discussion Paper* n. 80. Harvard Institute for International Development, ago. 2000.

POPP, D. "Innovation and climate policy" *Annual Review of Resource Economics*, Annual Reviews, v. 2, n. 1, pp. 275-298, 2010.

PORTER, M.; LINDE, C. van der. "Green and competitive: ending the stale mate", *The Dynamics of the eco-efficient economy: environmental regulation and competitive advantage*, v. 33, 1995.

REPORT: China emissions exceed all developed nations combined. *BBC*, 07/05/2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-57018837>. Acesso em: 20/09/2021.

ROBERTS, J. Timmons; PARKS, Bradley. *A climate of injustice: Global inequality, north-south politics, and climate policy*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2006.

SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SUN, Z. "Technology innovation and entrepreneurial state: the development of china's high-speed rail industry", *Technology Analysis & Strategic Management*, v. 27, n. 6, pp. 646-659, Taylor & Francis, 2015.

TATSCH, A. L. "Processos de aprendizado e capacidades no nível das firmas" in: RAPINI, M. S.; RUFFONI, J.; SILVA, L. A.; ALBUQUERQUE, E. M. *Economia da ciência, tecnologia e inovação: fundamentos teóricos e a economia global*. Belo Horizonte: FACE/Cedeplar-UFMG, 2021.

UNDATA. *Energy Statistics Database*. 2021. Disponível em: <http://data.un.org/Data.aspx?d=EDATA&f=cmlID%3aES>. Acesso em: 02/06/2021.

WANG, Q. et alii. "Green technology innovation development in China in 1990-2015". *Science of the Total Environment*, v. 696, p. 1, Elsevier, 2019.

WEBER, Isabella M.; SEMIENIUK, Gregor; WESTLAND, Tom; LIANG, Junshang. "What you exported matters: persistence in productive capabilities across two eras of globalization", *Rebuilding Macroeconomics Working Paper Series*, n. 41. Londres National Institute of economic and Social Research, 11/02/2021.

WORLD BANK. *World Development Indicators database*. 2021. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 20/09/2021.

YU, T. F.-L. et alii. "Entrepreneurial state: the role of government in the economic development of the Asian newly industrialising economies", *Development Policy Review*, v. 15, n. 1, pp. 47-64, Overseas Development Institute, 1997.

YU, T. F.-L. "Towards a theory of the entrepreneurial state" *International Journal of Social Economics*, v. 28, n. 9, pp. 752-765, MCB UP Ltd, 2001.

LUCAS MILANEZ DE LIMA ALMEIDA
PEDRO HENRIQUE ALVES FEITOZA PIRES
ALEXANDRE CÉSAR CUNHA LEITE

RELAÇÕES COMERCIAIS COM A CHINA E A
DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA ENTRE 2000 E 2014:
UM ESTUDO BASEADO NA ANÁLISE INTER-REGIONAL DO
INSUMO-PRODUTO

Recebido em 23/09/2021

Aprovado em 12/05/2022

RELAÇÕES COMERCIAIS COM A CHINA E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA ENTRE 2000 E 2014: UM ESTUDO BASEADO NA ANÁLISE INTER-REGIONAL DO INSUMO-PRODUTO

LUCAS MILANEZ DE LIMA ALMEIDA

Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (DRI/UFPB), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI/UEPB) e coordenador do Projeto Globalização e Crise na Economia Brasileira (PROGEB).

E-mail: lucasmilanez@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0715-4806>

PEDRO HENRIQUE ALVES FEITOZA PIRES

Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Organizações e Mercados da Universidade Federal de Pelotas (PPGOM/UFPEL).

E-mail: pedroh_pires@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0294-3104>

ALEXANDRE CÉSAR CUNHA LEITE

Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI/UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba (PGPCI/UFPB) e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia-Pacífico (GEPAP).

E-mail: alexccleite@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0209-2717>

Resumo

Alicerçado na teoria marxiana, o presente trabalho buscou analisar como as relações intersetoriais com a China contribuíram para o processo de desindustrialização da economia brasileira entre 2000 e 2014. Como meio de verificação da ocorrência deste fenômeno, entendendo que a desindustrialização é a redução do protagonismo da grande indústria de um país na reprodução do seu capital social, utilizaram-se indicadores da análise inter-regional do insumo-produto para os dois países, Brasil e China. Os resultados mostram que a indústria brasileira aumentou sua dependência dos meios de produção oriundos da economia chinesa, sendo que a China não ampliou sua dependência desses manufaturados produzidos na economia brasileira de forma significativa. Além disso, a economia chinesa avançou no processo de industrialização, enquanto a brasileira ficou estagnada. Por fim, constatou-se o reforço do tradicional papel ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de produtos de baixo valor agregado.

Palavras-chave: desindustrialização; teoria marxiana; análise inter-regional do insumo-produto; Brasil; China.

Abstract

Based on Marxian theory, this article analyzed how intersectoral relations with China contributed to the deindustrialization of the Brazilian economy between 2000 and 2014. To verify the occurrence of this phenomenon, understanding that deindustrialization is the reduction of the leading role of a country's manufacturing in reproduction of its social capital, it was used the interregional input-output analysis for the two countries, Brazil and China. The results attest that the Brazilian manufacturing increased its dependence on the means of production from the Chinese economy, and China did not increase its dependence on these Brazilian manufactured products significantly. In addition, the Chinese economy advanced in the industrialization process, while the Brazilian economy was stagnant. Finally, it was found that there was a reinforcement of the role played by the Brazilian economy in the international division of labor, as a supplier of raw materials.

Keywords: deindustrialization; Marxian theory; interregional input-output analysis; Brazil; China.

I. Introdução

Neste artigo admite-se como fatos comprovados pela literatura que a economia brasileira passou, entre os anos 1930 e 1980, por um processo de industrialização substitutiva, perpassado de inconsistências de ordem doméstica, reflexa e dependente dos avanços do capitalismo em ordem internacional (MELLO, 1982; TAVARES, 1986; SILVA, 1986; SUZIGAN, 1986; RIBEIRO, 1988). A posição de subordinação da economia brasileira realça tanto a dependência quanto o atraso impostos pela necessidade de manter o fosso que distancia as economias centrais das periféricas (FURTADO, 1964, 1974).

Da mesma maneira, entende-se que essa industrialização dependente determinou o desempenho econômico no período supracitado. Contudo, essa mesma economia teve seu momento de reestruturação produtiva realizada à luz das reformas derivadas do receituário neoliberal dos anos 1990 (COUTINHO; FERRAZ, 1994; TEIXEIRA; OLIVEIRA, 1996; ANTUNES, 1997; 2014; BUSNELLO, 2003; MEDEIROS, 2009; ALVES, 2009; FILGUEIRAS, 2006; PINTO; BALANCO, 2008; PINTO, 2010; MACIEL, 2011; TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Parte-se ainda da concepção de que as transformações ocorridas no capitalismo mundial têm influência significativa nas mudanças pelas quais passaram as estruturas produtivas dos países avançados e atrasados. Assim, na esteira destas transformações, faz-se necessário considerar: (i) a existência de uma onda neoliberal reforçando as desigualdades entre as economias nacionais no sistema internacional (CARCANHOLO, 2008); (ii) as modificações na estrutura produtiva global (CHARNOCK; STAROSTA, 2016; GASPAR, 2015; STAROSTA, 2010; FRÖBEL *et alii*, 1978) e (iii) o movimento das nações na dinâmica global, tal como a retomada chinesa pós-1978 e as crises que enfraqueceram a economia estadunidense (LEITE, 2011; LYRIO, 2010; PINTO, 2010).

Ao considerar estes elementos, entende-se aqui a desindustrialização como um fenômeno histórico, parte da dinâmica das transformações capitalistas, em que se observa uma redução relativa da importância da grande indústria como elemento dinâmico da atividade econômica de um país, especificamente, o Brasil (OREIRO *et alii*, 2020; ALMEIDA, 2018; HIRATUKA; SARTI, 2017; SARTI; HIRATUKA, 2017; CANO, 2012).

Há ainda comprovações teóricas e empíricas que indicam que a China é, atualmente, o principal parceiro comercial brasileiro, atuando, sobretudo, como sorvedouro de recursos naturais de base extrativista, e, simultaneamente, fornecendo produtos manufaturados que tendem a influenciar o desempenho produtivo brasileiro.

Dados os elementos teóricos e os fatos estilizados acima, determina-se, como objetivo deste artigo, analisar as relações intersetoriais entre Brasil e China e, na sequência, verificar a hipótese de que essa relação contribuiu para o processo de desindustrialização da economia brasileira entre os anos de 2000 e 2014.

Para tanto, este artigo encontra-se organizado da seguinte maneira: além desta introdução e das considerações finais, o tópico seguinte (Teoria e Métodos) destina-se a apresentar ao leitor a abordagem que dá norte à construção da análise. Faz-se uso de uma base teórica marxiana associada ao modelo inter-regional de análise do insumo-produto. No que concerne à estrutura metodológica, este mesmo tópico apresenta a seleção de amostragem para que, no tópico seguinte, seja possível realizar a análise dos resultados obtidos a partir da aplicação do modelo escolhido.

2. Teoria e métodos

2.2. A desindustrialização sob uma ótica marxiana

A concepção de desindustrialização aqui adotada é originalmente apresentada por Almeida *et alii* (2017) e Almeida (2018) e tem como fundamento a teoria econômica marxiana. A seguir, apresenta-se uma síntese da concepção contida nos referidos trabalhos.

Marx (2008) argumenta que o modo de produção capitalista se mantém como tal através do processo ininterrupto de produção e reprodução das condições de sua existência, a saber: as forças produtivas em um determinado nível de desenvolvimento e as relações de produção que lhes dão forma. As forças produtivas são, basicamente, os meios de produção e a força de trabalho. Para garantir sua manutenção e seu desenvolvimento, uma economia capitalista deve deter uma estrutura capaz de produzir dois tipos de valores de uso fundamentais: os próprios meios de produção, que se constituem, diretamente, nos elementos materiais (objetivos) do processo produtivo; e os meios de consumo, os elementos materiais que, indiretamente, garantem a existência dos elementos humanos (subjetivos) do processo produtivo. Isso, por sua vez, se dá através de determinadas relações de produção fundamentais. No caso do capitalismo, são as relações de propriedade privada dos meios de produção, de distribuição do produto do trabalho via mercado e de trabalho assalariado.

A partir dessas relações básicas, surgem as leis econômicas que regem o processo de acumulação capitalista. Dentre elas, dados os objetivos do presente trabalho, destacam-se aqui: i) a necessidade de a produção ocorrer, obrigatoriamente, mediante a produção de mais-valia, ii) a tendência à reprodução do capital ocorrer em escala ampliada; e iii) esta reprodução ocorrer com alteração na composição do capital. Marx (2006) problematiza tais elementos ao enunciar a lei geral da acumulação capitalista, que é mais ampla e não será abordada aqui em sua totalidade. O que nos interessa é compreender que faz parte do processo “normal” de funcionamento dessas

economias a reprodução se dar nas condições citadas: toda produção é produção simultânea de excedente, que, dada a concorrência, impele os capitais a não só se expandirem no mercado, mas fazê-lo da forma mais eficiente possível, utilizando as forças produtivas mais avançadas para a realidade/necessidade econômica da atividade em questão¹.

Baseados nessa concepção, Almeida *et alii* (2017) e Almeida (2018) argumentam que a *industrialização capitalista* de uma economia ocorre quando o processo acima descrito tem, como carro-chefe, a grande indústria (indústria de transformação) instalada dentro das fronteiras nacionais (não importando a nacionalidade desse capital). Historicamente, todos os países de industrialização avançada passaram por isso (século XIX), além de algumas economias de industrialização tardia (século XX), como é o caso do Brasil.

Pois bem, a partir disso, os autores citados argumentam que, quando a atividade industrial manufatureira local perde importância na determinação e na dinamização do processo geral de acumulação dentro das fronteiras da economia nacional, tal país passa a manifestar um processo de *desindustrialização capitalista*. Note-se, isso não corresponde ao fechamento absoluto da indústria de transformação, sendo uma conceituação relativa/comparativa às demais atividades que compõem o circuito geral de acumulação do capital em dado país, em linha com a visão de Tregenna (2014). Assim, significa dizer que o protagonismo da manufatura passa, gradativamente, a ser compartilhado (ou mesmo perdido) com outras atividades dos mais variados tipos, tais como as financeiras, agrárias, extrativas, de serviços, entre outras. Por outro lado, além da ascensão relativa de outras atividades não manufatureiras, a desindustrialização, como definida, pode se manifestar através da maior participação da indústria de transformação estrangeira no processo local de

¹ Para além das condições micro e macroeconômicas, aqui se incluem aquelas ligadas à posição ocupada pelo país na hierarquia do capitalismo mundial.

acumulação. Isso se daria, sobretudo, na maior participação dos produtos importados no consumo local, tanto intermediário quanto final.

A partir dessa definição, Almeida (2018) argumenta que é possível mensurar o grau de dependência do funcionamento de uma economia em relação a outras através dos modelos inter-regionais de análise do insumo-produto. Seus indicadores permitem identificar se um país entrou, ou não, em um processo de desindustrialização, pois pode-se constatar quais setores ganharam ou perderam capacidade de dinamizar o processo geral de acumulação interno, dentre os quais, a manufatura. Isto se dá por meio da mensuração dos efeitos multiplicadores da produção, da renda e do emprego, tanto na análise do valor absoluto do indicador quanto na sua decomposição entre efeito sobre a economia local (efeito intrarregional) e efeito sobre os outros países (efeito inter-regional ou de transbordamento).

Os indicadores oriundos dos modelos do insumo-produto permitem analisar diversas dimensões da estrutura econômica, em termos de valores de uso e de valores (manifestados como preços de produção), na linguagem marxiana. Contudo, diante das limitações do presente trabalho, optou-se por analisar apenas as dimensões ligadas à reprodução dos meios de produção, especificamente, os multiplicadores da produção (capital constante circulante, na nomenclatura marxiana) e os geradores dos investimentos setoriais (capital constante fixo). Os indicadores são brevemente apresentados a seguir. Antes, porém, é necessário expor um breve histórico da relação comercial sino-brasileira.

2.2. A relação comercial Brasil-China

A aproximação política e econômica entre Brasil e China data de meados da década de 1970, quando em 1974 se reestabelece o relacionamento diplomático entre os dois países. Contudo, o relacionamento econômico, na forma de relações bilaterais, encontra seu período de intensificação e consolidação no início dos anos 2000. Num primeiro momento, a maior interação entre

as economias destes países representava uma oportunidade que atendia aos objetivos de expansão da base produtiva brasileira, alcançando novos mercados externos, atendendo um novo consumidor potencial. Jenkins (2014, 2015) sustenta que o período inicial das relações comerciais entre Brasil e China apresentou um resultado positivo para o desempenho da balança comercial brasileira. Este primeiro momento das relações comerciais sino-brasileiras, segundo Jenkins (2019), indica um padrão semelhante ao movimento de aproximação realizado pela China junto a outros países do continente sul-americano e africano. O padrão ressaltado por Jenkins e Barbosa (2012) e Jenkins (2014; 2019) é um comportamento inicial sustentado nas relações comerciais, que a princípio apresentam resultados positivos para os países que estabelecem relações com a China. Também é comum observar que este saldo se deve, em grande medida, à aquisição de insumos, matérias-primas e bens de baixo valor adicionado, notadamente, derivados de um processo de obtenção extrativista (*commodities*). São aquisições destinadas a atender e abastecer o mercado chinês com tais insumos.

O passo seguinte na relação sino-brasileira foi a expansão dos fluxos de investimentos diretos que atendem ao interesse nacional, normalmente investimentos em infraestrutura e/ou em criação de bases produtivas até então fragilizadas pela alegada escassez de capital doméstico. Estabelecidas as bases da relação comercial, cria-se gradualmente uma relação de “parceria estratégica” envolvendo investimentos diretos (BIATO JR., 2010). Tratando especificamente do caso brasileiro, o que se observa é uma sequência de compras chinesas que se apresentam inicialmente favoráveis para o Brasil. O aumento da demanda chinesa por *commodities* e insumos gera, para além do saldo positivo no balanço comercial, elevação no preço destes produtos, criando uma euforia exportadora destes bens e valorizando o câmbio, dada a entrada de divisas.

Já do lado chinês, a intensificação do vínculo político e econômico abriu as portas para a importação de manufaturados produzidos na China derivando simultaneamente o crescimento da importação destes produtos

e o aumento da participação chinesa no mercado doméstico, inclusive competindo com alguns produtores de origem nacional.

Por um lado, a relação comercial entre Brasil e China no pós-2000 caracteriza-se por uma relação na qual o Brasil é um fornecedor de recursos primários/insumos para a China. Por outro, a China se apresenta como fornecedor de bens de consumo final e bens intermediários, típicos do recente avanço industrial chinês. Ainda vale mencionar que, nos anos posteriores aos 2000s, a China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro, constituindo-se como um sorvedouro de recursos naturais, matérias-primas e insumo básicos exportados pelo Brasil. Entre 1995 e 2019, as exportações do Brasil para a China saltaram de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 63,5 bi, enquanto as importações saíram de US\$ 628 milhões para US\$ 36,6 bi. Segundo os dados do Observatório da Complexidade Econômica (OEC, na sigla em inglês)², do total exportado pelo Brasil em 2019, 27,6% destinou-se à China, sendo que a soja respondeu por 32,2%, o óleo cru, por 24,4%, o minério de ferro, por 21,4%, seguido de carnes bovina, suína e frango, cada um por aproximadamente 4%. Ao mesmo tempo, observou-se a China fornecendo 20,5% das importações brasileiras em 2019. Do total importado, 27,4% foi de materiais e equipamentos destinados ao setor elétrico, 13,4% de maquinaria e 8,04% de equipamentos destinados à indústria naval.

Nesse contexto, o que se observou ao longo deste período de crescimento das relações econômicas entre Brasil e China foi uma maior participação chinesa na base produtiva brasileira, trazendo uma elevação da participação de insumos de origem chinesa no processo de produção, o que tende a influenciar o desempenho da indústria de transformação nacional. Ao mesmo tempo, é necessário ressaltar que cresceu significativamente a dependência brasileira da exportação de insumos para a China, reforçando a percepção de dependência da demanda externa (MYERS; WISE, 2017). No mesmo sentido, Menezes e Bragatti (2020), analisando a relação entre China e alguns espaços latino-americanos, sustentam que a relação estabelecida

²The Observatory of Economic Complexity (SIMOES; HIDALGO, 2011): <https://oec.world/en>.

entre Brasil e China, com o crescimento do fluxo de investimentos chineses direcionado a alguns setores (como o setor energético), tem contribuído tanto para o aumento da presença chinesa nestes setores estratégicos quanto para a queda de produtividade de alguns setores brasileiros. Os efeitos da presença chinesa como fornecedora de insumos produtivos ao setor industrial brasileiro serão dimensionados no tópico de análise dos resultados.

2.3. Os indicadores do insumo-produto e o banco de dados

Evitando reproduzir as deduções matemáticas que constituem os indicadores, apresentam-se apenas suas formulações finais³. De forma genérica, o multiplicador da produção total a montante (*MTM*) de um setor *j* de um país α é obtido a partir da equação a seguir:

$$MTM_j^\alpha = \sum_{i=1}^n L_{ij}^{\alpha-\alpha} + \sum_{i=1}^n L_{ij}^{\beta-\alpha} \quad (1)$$

Onde $L=[I-A]^{-1}$ é a matriz Inversa de Leontief para duas regiões (Brasil e China, no nosso estudo); $L_{ij}^{\alpha-\alpha}$ são os elementos do bloco regional da matriz *L*, onde encontram-se os efeitos da produção dos *n* setores da região α sobre a economia da própria região α (efeitos intrarregionais); e $L_{ij}^{\beta-\alpha}$ são os elementos do bloco regional da matriz *L* onde encontram-se os efeitos da produção dos *n* setores da região β sobre a economia da região α (efeitos inter-regionais).

Por ser um indicador a montante (ou para trás), este indicador mensura o quanto cada setor se encadeia com os demais através da sua demanda por insumos. Basicamente, para aumentar sua produção, cada setor precisa demandar mais insumos produtivos, seja da economia local, seja de fora. Assim, esse indicador mede o quanto um aumento (diminuição) na produção de um setor de um país é capaz de aumentar (diminuir) a

³ As deduções matemáticas podem ser encontradas em Miller e Blair (2009) e em Guilhoto (2011).

produção de insumos nos setores das economias dos dois países, como efeito direto e indireto do aumento (diminuição) da produção.

Quanto ao aspecto regional da análise, pode-se mensurar o tamanho do poder de encadeamento para trás do setor na economia local e na estrangeira. Como foi afirmado anteriormente, caso haja uma diminuição do encadeamento interno a montante (efeito intrarregional) em detrimento do aumento do encadeamento externo (efeito inter-regional), significa que, para ter supridas suas necessidades de capital constante circulante, os setores precisaram ampliar suas importações de insumos. Isto significa que reduziu-se a capacidade de dinamização interna em detrimento da dinamização externa, e aumentou o grau de dependência da reprodução do capital no setor quanto ao consumo de insumos importados.

A seguir, apresenta-se a formulação do multiplicador da produção total a jusante (*MTJ*) de um setor *i* de um país α :

$$MTJ_i^\alpha = \sum_{j=1}^n G_{ij}^{\alpha-\alpha} + \sum_{j=1}^n G_{ij}^{\alpha-\beta} \quad (2)$$

Onde $G=[I-B]^{-1}$ é a matriz Inversa de Ghosh para duas regiões (Brasil e China, no nosso estudo); $G_{ij}^{\alpha-\alpha}$ são os elementos do bloco regional da matriz *G*, onde encontram-se os efeitos da produção dos *n* setores da região α sobre a economia da própria região α (efeitos intrarregionais); e $G_{ij}^{\alpha-\beta}$ são os elementos do bloco regional da matriz *G* onde encontram-se os efeitos da produção dos *n* setores da região α sobre a economia da região β (efeitos inter-regionais).

Por ser um indicador a jusante (ou para frente), este indicador mensura o quanto cada setor se encadeia com os demais através da oferta de insumos. Por isso mesmo, sua interpretação é ligeiramente diferente dos indicadores para trás. Como a realidade econômica tem mostrado recorrentemente, não basta que haja a oferta de um produto para existir a demanda por ele, ou seja, a chamada “Lei de Say” não é observada no mundo real. Contudo, caso o setor aumente o preço dos seus produtos, obrigatoriamente esses

preços serão repassados a quem compra. É por essa via que se torna possível mensurar, com rigor, como um setor se encadeia com os demais via indicadores a jusante na análise do insumo-produto⁴. Assim, esse indicador mede o quanto um aumento (diminuição) nos preços dos produtos em um setor de um país é repassado como aumento (diminuição) dos preços dos produtos nos setores das economias dos dois países, como efeito direto e indireto do aumento (diminuição) inicial dos preços. Com isso, tem-se um indicador do poder de encadeamento da produção de um setor como ofertante, seja para a economia local, seja para a estrangeira.

Quanto ao aspecto regional da análise, pode-se mensurar o tamanho do poder de encadeamento para frente do setor na economia local e na estrangeira. Caso haja uma diminuição do encadeamento interno a jusante (efeito intrarregional) em detrimento do aumento do encadeamento externo (efeito inter-regional), significa que a oferta de capital constante circulante pelo setor está cada vez mais ligada à exportação e menos ao uso doméstico de insumos. Isso significa que se reduziu o fomento à dinamização interna em detrimento da dinamização externa, e aumentou o grau de dependência da reprodução do capital no setor quanto à necessidade de exportar insumos ao outro país.

Através da análise dos multiplicadores da produção, como foi afirmado, pode-se observar como se dá o processo de produção e reprodução da parte constante do capital circulante dos setores brasileiros. De uma forma geral, caso haja perda de espaço da manufatura local nesse processo, seja pela expansão relativa de outros setores, seja pela maior participação de importados, isso é um indicativo de que pode haver um processo de desindustrialização em curso.

Por fim, como forma de mensurar o processo de reprodução da parte fixa do capital constante na economia brasileira, analisaram-se os geradores da formação do estoque de capital fixo dos setores de cada economia a montante (*GKM*) e a jusante (*GKJ*), através da seguinte formulação:

⁴ A discussão sobre o uso do modelo de Ghosh, em vez do modelo de Leontief, em indicadores a jusante pode ser vista em Dietzenbacher (1997, 2002), De Mesnard (2009) e Oosterhaven (1988; 1996; 2012).

$$GKM_j^\alpha = \sum_{i=1}^n \left(L_{ij}^{\alpha-\alpha} \cdot \frac{FCF_i^\alpha}{VBP_i^\alpha} \right) + \sum_{i=1}^n \left(L_{ij}^{\beta-\alpha} \cdot \frac{FCF_i^\beta}{VBP_i^\beta} \right) \quad (3)$$

$$GKJ_i^\alpha = \sum_{j=1}^n \left(G_{ij}^{\alpha-\alpha} \cdot \frac{FCF_j^\alpha}{VBP_j^\alpha} \right) + \sum_{j=1}^n \left(G_{ij}^{\alpha-\beta} \cdot \frac{FCF_j^\beta}{VBP_j^\beta} \right) \quad (4)$$

Onde *FCF* e *VBP* são, respectivamente, a formação do estoque de capital entre um ano e outro e o valor bruto da produção do setor (*i* ou *j*) do país (α ou β).

A análise aqui é análoga àquela feita para os multiplicadores da produção, onde $\alpha-\alpha$ representa os efeitos intrarregionais e $\alpha-\beta$ e $\beta-\alpha$, os inter-regionais. A partir do gerador a montante, pode-se observar como se deu o fornecimento de bens de capital aos setores da economia brasileira: se por meio da produção local (efeito intrarregional) ou pelas importações da China (efeito inter-regional). Por outro lado, o gerador a jusante mostra o quanto aquele setor depende da dinâmica interna (efeito intrarregional) e das exportações para o outro país (efeito inter-regional) para manter sua dinamização como ofertante de capital constante fixo.

Os indicadores descritos foram calculados a partir do banco de dados conhecido como *World Input-Output Database* (WIOD), em sua versão de 2016 (TIMMER *et alii*, 2015; TIMMER, *et alii*, 2016). Nele são disponibilizadas matrizes inter-regionais que englobam 44 regiões (43 países mais o resto do mundo) e 56 setores da atividade econômica para o período de 2000 a 2014. Do WIOD, extraímos as informações necessárias apenas para as economias do Brasil e da China – tanto os dados intrarregionais quanto os inter-regionais. Isso significa que serão avaliados apenas os indicadores relativos ao comércio entre os dois países, deixando-se de lado a influência das relações intersetoriais do Brasil com o resto do mundo sobre o processo de desindustrialização brasileiro⁵. Além disso, foram extraídas das contas socioeconômicas as informações sobre o estoque nominal de capital dos setores, de onde foi deduzido o fluxo anual. Para possibilitar o cálculo de inversão das matrizes,

⁵ Almeida (2018) fez esta análise entre o Brasil e o mundo para os anos de 1995 a 2010, a partir da versão 2014 do WIOD.

foi necessário tratar os dados de forma que, de 56 setores iniciais, através de agregação de linhas e colunas, chegou-se ao número de 41 setores analisados para cada país. A seguir, eis a lista com os códigos (ISIC Rev. 4 da ONU), os nomes e a numeração aqui adotados dos setores analisados, que é uma mescla entre seção e divisão, mas compatível com a CNAE 2.0 do IBGE.

Tabela 1. Lista dos setores, com numeração, código ISIC Rev. 4 e nome

Número	ISIC 4	Nome	Número	ISIC 4	Nome
1	A01	Agropecuária	22	C31-C33	Outros manufaturados e reparo e manutenção de máq. E eq.
2	A02	Produção florestal	23	D35	Eletricidade, gás e outras utilidades
3	A03	Pesca e aquicultura	24	E36-E39	Água, esgoto, resíduos e descontaminação
4	B	Indústria extrativa	25	F	Construção
5	C10-C12	Alimentos, bebidas e fumo	26	G46-G45	Comércio por atacado; repar. De veículos
6	C13-C15	Têxteis, vestuário e couros	27	G47	Comércio varejista
7	C16	Madeira	28	H49	Transporte terrestre
8	C17	Papel e celulose	29	H50	Transporte aquaviário
9	C18	Impressão e reprodução de gravações	30	H51	Transporte aéreo
10	C19	Derivados de petróleo e coque	31	H52-H53	Ativ. auxil. De transp., armazenamento e correio
11	C20	Produtos químicos	32	I	Alojamento e alimentação
12	C21	Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	33	J58-J61	Telecomunicações
13	C22	Borracha e plástico	34	J62-J63	Informática
14	C23	Minerais não-metálicos	35	K64-K66	Atividades financeiras
15	C24	Metalurgia	36	L68	Atividades imobiliárias
16	C25	Produtos de metal, exc. Máq. E eq.	37	M69-M70	Ativid. juríd., contab., audit., consult. E de sedes de empresas
17	C26	Informática, Produtos Óticos e Eletrônicos	38	M71-M75	DEMAIS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
18	C27	Equipamentos elétricos	39	N	Atividades administrativas e serviços complementares
19	C28	Máquinas e equipamentos	40	O-Q	Adm. Pública, assistência, educação e saúde
20	C29	Automotiva	41	R-U	Outros serviços
21	C30	Outros Equipamentos de Transporte			

Fonte: elaboração própria a partir do WIOD.

A partir dos resultados, foi feita uma seleção de amostras representativas que pudessem facilitar a comparação e a apresentação dos dados, mas sem perder a qualidade das informações obtidas.

2.4. A seleção das amostras

Como foi utilizada uma amostra de 15 anos e cada ano apresenta um total de 82 observações para cada indicador (41 setores de cada país), obteve-se um banco de dados bruto que, se analisado desta forma, traria dificuldades para se identificarem as principais mudanças estruturais nas relações intersetoriais entre Brasil e China ao longo do tempo. Por isso, utilizou-se a metodologia proposta por Almeida e Balanco (2020) para seleção de amostras de dados anuais a partir de indicadores da análise do insumo-produto. Os autores utilizaram a análise de cluster⁶ para agrupar os dados anuais (amostras) da estrutura econômica dos EUA de acordo com os multiplicadores setoriais da produção a jusante e a montante (observações) entre 1997 e 2017. Com isso, foram agrupados os anos que apresentaram multiplicadores da produção mais semelhantes entre si e, conseqüentemente, foram separados aqueles com maiores diferenças. Um dos resultados do procedimento de clusterização é que cada grupo (cluster) formado tem uma única amostra que é considerada a “exemplar”, ou seja, um dos anos é o representativo dos demais agrupados no respectivo cluster.

Com isso, utilizando-se como métrica para a matriz de similaridade o coeficiente de correlação de Kendall⁷, Almeida e Balanco (2020) reduziram a amostra de 21 anos para 5 anos no caso dos multiplicadores da produção a

⁶ Através do algoritmo *affinity propagation*. Para mais informações, ver Frey e Dueck (2007) e Mézard (2007). Foi utilizado o pacote “Apcluster” (versão 1.4.8) do software R, desenvolvido por Bodenhofer et alii (2011).

⁷ Almeida e Balanco (2020) compararam quatro métricas distintas: distância euclidiana e os coeficientes de correlação de Pearson, de Spearman e de Kendall. De acordo com as especificidades de cada método e do banco de dados, os autores concluíram que a matriz de similaridades baseada no coeficiente de Kendall é a mais adequada. Dois são os motivos: este coeficiente é uma medida de associação não paramétrica, tal como o coeficiente de Spearman, mas, baseado em Xu et alii (2013), é preferível ao coeficiente de Spearman quando a correlação entre os dados é alta e o tamanho da amostra é reduzido. Por isso, também utilizamos o coeficiente de correlação de Kendall no presente trabalho.

montante, e para 4 anos no caso dos multiplicadores a jusante. Isto significa que, para os multiplicadores a montante, houve 5 anos “exemplares” (1999, 2004, 2008, 2012 e 2016), que representaram de forma adequada as características de toda a amostra de 21 anos (1997 a 2017). No caso dos multiplicadores a jusante, os anos de 1999, 2004, 2008 e 2015 foram os “exemplares” e puderam representar adequadamente as informações contidas nos anos entre 1997 e 2017. Assim, ao invés de analisar as mudanças ocorridas nos indicadores ano a ano, os autores compararam apenas os indicadores dos anos tidos como “exemplares”.

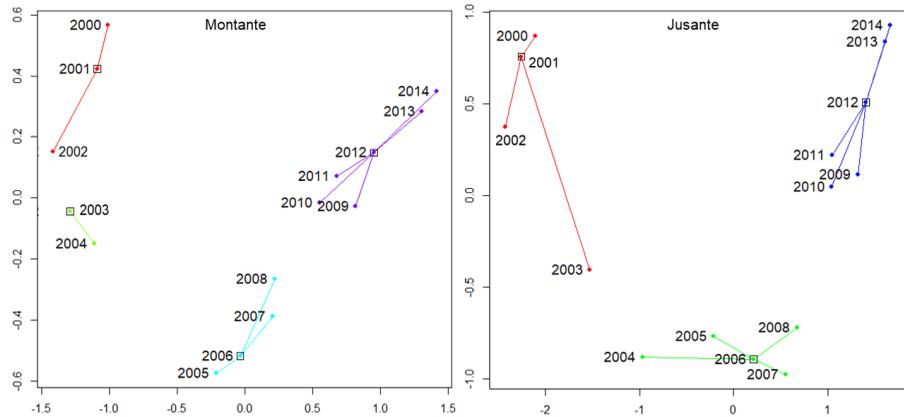
Contudo, no presente trabalho, optou-se por escolher o “ano representativo” de forma diferente. Ao invés de comparar cada ano exemplar isoladamente, calculou-se a média de todos os anos pertencentes a um cluster e usou-se esse vetor de médias como base de comparação para identificar as mudanças nos indicadores ao longo do tempo. Isto se justifica pelo fato de que o exemplar resultante da clusterização é um único vetor, deixando de fora as informações contidas nos demais. Como a média é uma medida de tendência central, consideramo-na uma forma mais adequada de representar as informações de todos os anos agrupados em um cluster.

A seguir, apresentam-se os resultados desse procedimento, junto com sua discussão.

3. Análise dos resultados

O procedimento de agrupamento dos anos a partir dos multiplicadores setoriais da produção das economias brasileira e chinesa são apresentados na **Figura 1** a seguir.

Figura 1. Clusters de anos formados pelos multiplicadores setoriais da produção das economias do Brasil e da China 2000-2014



Fonte: elaboração própria. Exemplos dos multiplicadores a montante: 2001, 2003, 2006 e 2012. Exemplos dos multiplicadores a jusante: 2001, 2006 e 2012.

Observou-se que foram formados quatro clusters para os multiplicadores a montante: 2000-2002 (Cluster 1), 2003-2004 (Cluster 2), 2005-2008 (Cluster 3) e 2009-2014 (Cluster 4). Isto significa que a demanda intersetorial sino-brasileira apresentou quatro estruturas significativamente diferentes entre 2000 e 2014, ocorrendo, assim, três mudanças estruturais no período. No caso dos multiplicadores para frente, formaram-se três clusters: 2000-2003 (Cluster 1), 2004-2008 (Cluster 2) e 2009-2014 (Cluster 3). Analogamente, a oferta intersetorial sino-brasileira apresentou três estruturas distintas nesses 15 anos, ocorrendo duas mudanças estruturais.

A partir desses resultados, tal como ocorreu em Almeida e Balanco (2020), pode-se observar que a formação dos clusters deu-se apenas com anos-sequências. Outro resultado relevante é o fato de que o intervalo de cinco anos, tradicionalmente utilizado em análises de estática comparativa de indicadores do insumo-produto, não é adequado nos estudos das relações intersetoriais entre Brasil e China nos anos de 2000 a 2014. Isso pode ser afirmado por dois motivos: primeiro, a dinâmica das transformações econômicas ao longo da década de 2000, período do “boom das commodities”, foi tal que ocorreram mudanças estruturais em prazo inferior a cinco anos; segundo, a partir de 2009, após a “crise do subprime” ter se espalhado pelo mundo, poucas mudanças estruturais ocorreram, fazendo com que as

diferenças ano a ano nos multiplicadores fossem consideradas irrelevantes pelo algoritmo. Apenas nesse último período é que houve coincidência entre os anos agrupados (ambos juntaram os anos de 2009 a 2014 no último cluster), sendo os demais diferentes.

Descrita a amostra de anos que serão comparados, segue a apresentação dos indicadores da análise do insumo-produto. Como foi dito, os indicadores que representam cada cluster correspondem à média dos indicadores de todos os anos pertencentes a ele.

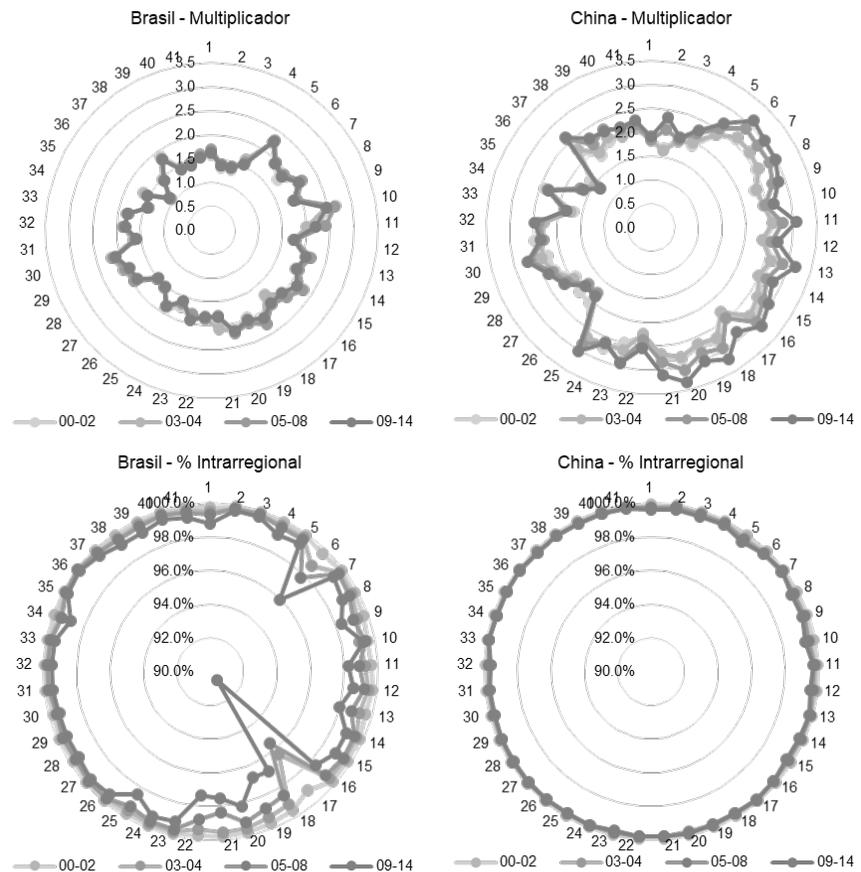
Conforme já expresso, é possível mensurar as condições nas quais se dá o processo de reprodução do capital pela ótica da análise inter-regional do insumo-produto. Com esta metodologia observamos as relações setoriais “intra” e “inter” países. Portanto, é possível não só analisar o funcionamento interno de cada economia, como também a influência de uma sobre a outra no processo de acumulação.

3.1. Os multiplicadores da produção

A **Figura 2** a seguir traz duas informações: os multiplicadores totais da produção a montante dos setores de cada país (parte superior da figura) e o quanto desses multiplicadores corresponde, em termos percentuais, a um efeito sobre a dinamização da economia local (efeito intrarregional, na parte inferior da figura; o efeito inter-regional pode ser deduzido do restante que falta para os 100% do efeito total). Apresentados na forma de “gráfico radar”, pode-se observar que os “círculos” dos multiplicadores setoriais brasileiros são mais próximos do centro do gráfico, quando comparados com os círculos dos setores chineses. Isso mostra que os multiplicadores para trás da economia da China são maiores que os da economia brasileira. Vê-se que, ao longo do tempo, houve pouca mudança no “diâmetro” dos círculos brasileiros, enquanto os círculos chineses se distanciaram do centro e se aproximaram das bordas. Isto significa que os multiplicadores da economia chinesa aumentaram de forma consistente entre 2000 e 2014, enquanto os da economia brasileira, não.

Na média dos 15 anos, os cinco setores do Brasil com maiores multiplicadores são todos da indústria de transformação: 10 - Derivados de petróleo e coque; 5 - Alimentos, bebidas e fumo; 15 - Metalurgia; 18 - Equipamentos elétricos; e 11 - Produtos químicos. Observa-se que um é de baixa, dois são de média-baixa e os outros dois são de média-alta tecnologia. No caso da China, os cinco setores com maior multiplicador a montante na média entre 2000 e 2014 também são da manufatura: 20 - Automotiva; 16 - Produtos metálicos; 18 - Equipamentos elétricos; 21 - Outros equipamentos de transporte; e 13 - Borracha e plástico. Desses, dois são de média-baixa tecnologia e três são de média-alta tecnologia.

Figura 2. Multiplicadores da produção a montante (acima) e percentual do efeito intrarregional (abaixo): médias por clusters



Fonte: elaboração própria.

Nos gráficos inferiores dessa mesma **Figura 2**, vê-se o percentual de cada multiplicador a montante que corresponde ao efeito intrarregional (a diferença para os 100% é a parcela do efeito inter-regional no efeito multiplicador total) – em outras palavras, o percentual do efeito multiplicador que fica na economia local, pois a demanda setorial foi satisfeita pela produção no próprio país. Assim, quanto mais próximo do centro do gráfico, menor foi o percentual do efeito multiplicador que ficou na economia local e maior foi a parcela do efeito multiplicador transbordado (transferido) para o outro país.

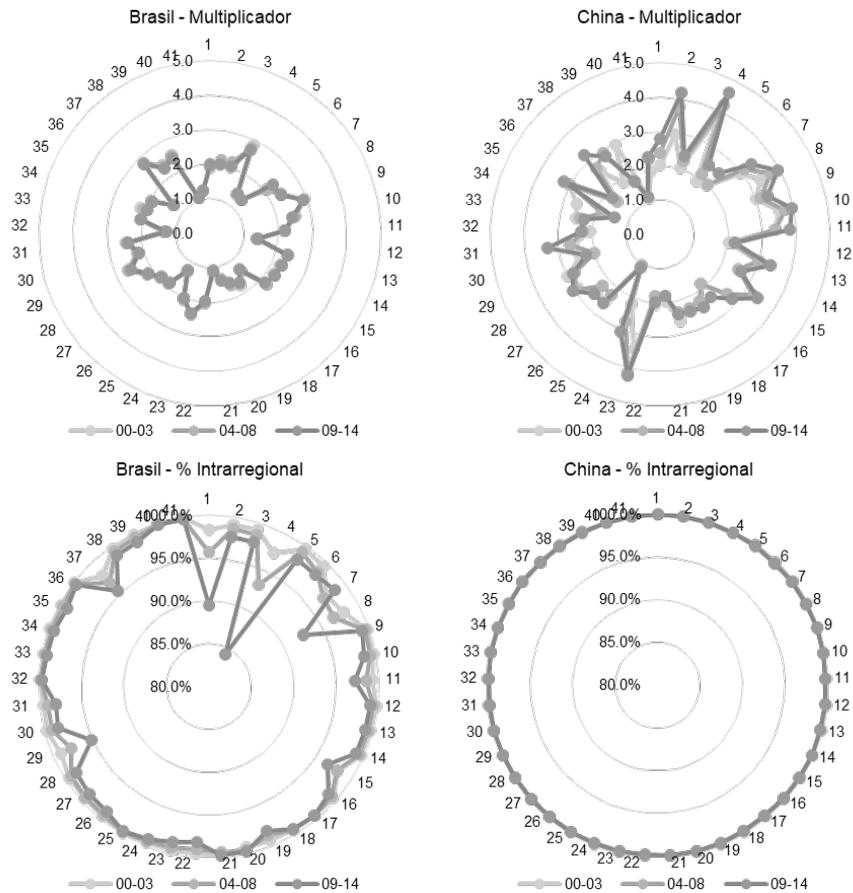
A aproximação dos círculos com o centro do gráfico mostra que os setores do Brasil reduziram seu efeito multiplicador da produção local (ou seja, reduziram o efeito intrarregional e ampliaram o efeito inter-regional), enquanto não houve mudança significativa na situação da China. Isso significa que, nos momentos em que os setores da economia brasileira foram acionados para fornecer produtos ao processo produtivo, eles demandaram cada vez mais insumos dos setores chineses em detrimento da produção local.

Fica claro que alguns apresentaram situação mais grave que outros, tais como: 17 - Informática, produtos óticos e eletrônicos (queda de 8,5 pontos percentuais no efeito intrarregional entre o primeiro e o último cluster); 6 - Têxteis, vestuário e couros (-3,7pp.); 19 - Máquinas e equipamentos (-3,0pp.); 18 - Equipamentos elétricos (-2,7pp.); e 22 - Outros manufaturados e reparo e manutenção de máquinas e equipamento (-2,4pp.). Todos são da indústria de transformação e, dos cinco, um deles é de alta, dois, de média-alta e outros dois, de baixa tecnologia. O transbordamento do efeito multiplicador a montante dos setores chineses para os brasileiros mostra uma situação bem diferente. Os cinco setores da China que mais reduziram seu efeito intrarregional também são da manufatura, mas com escala de mudança significativamente diferente: 10 - Derivados de petróleo e coque (-0,486pp. entre o primeiro e último cluster); 5 - Alimentos, bebidas e fumo (-0,450pp.); 8 - Papel e celulose (-0,317pp.); 12 - Produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-0,309pp.); e 9 - Impressão e reprodução de gravações (-0,307pp.).

No primeiro cluster (2000-2002), a média dos multiplicadores a montante da indústria de transformação brasileira era de 2,051. No último cluster (2009-2014), o multiplicador médio da manufatura brasileira apresentou leve queda, chegando a 2,023. Por sua vez, o percentual médio de transbordamento desse efeito multiplicador para trás da manufatura brasileira para os setores da economia chinesa saiu de 0,3% no primeiro momento para 2,2% no final da série. Na mesma base de comparação, o multiplicador da indústria da China saiu de 2,590 (com transbordamento médio de 0,1%) no primeiro cluster para 2,953 (com transbordamento médio de 0,3%) no último. Com isso, vê-se que a capacidade da indústria brasileira de dinamizar a economia local diminuiu, transformando o que era dinâmica interna em dinamização da economia chinesa. Isso ocorreu porque, além de ter havido uma estagnação no poder de encadeamento como demandante, parte desse efeito foi externalizado para fora do país. Assim, pode-se afirmar que esse resultado reforça a tese de que a economia brasileira se desindustrializou no período de 2000 a 2014 e aumentou o grau de dependência do Brasil por insumos, sobretudo industriais chineses.

A **Figura 3** a seguir traz os gráficos dos multiplicadores setoriais a jusante das economias brasileira e chinesa e o percentual do efeito multiplicador transbordado para o outro país. Nesse indicador, mede-se o poder que cada setor tem de influenciar os demais como ofertante de insumos produtivos.

Figura 3. Multiplicadores da produção a jusante (acima) e percentual do efeito intrarregional (abaixo): médias por clusters



Fonte: elaboração própria.

Tal como ocorreu com os multiplicadores para trás, os multiplicadores para frente da economia chinesa são mais elevados que os da brasileira (gráficos superiores da figura). Novamente, os indicadores brasileiros ficaram relativamente estáveis entre 2000 e 2014, enquanto os chineses, em sua maioria, cresceram em valor. Isso indica que, no tocante à oferta de insumos, os setores chineses ampliaram seu encadeamento com o restante da economia. Os cinco setores com maiores médias nos multiplicadores para frente do Brasil, entre 2000 e 2014, foram: 9 - Impressão e reprodução de gravações; 37 - Atividades jurídicas, contabilidade, auditoria, sedes de

empresas e consultoria em gestão; 4 - Indústrias extrativas; 29 - Transporte aquaviário; e 10 - Derivados de petróleo e coque. No caso da China, para o mesmo período, foram os setores: 4 - Indústrias extrativas; 23 - Eletricidade e gás; 10 - Derivados de petróleo e coque; 8 - Papel e celulose; e 2 - Produção florestal. Observou-se que, em ambos os casos, setores que não fazem parte da indústria de transformação estão entre os primeiros em capacidade de encadeamento da economia.

Como afirmado, pode-se observar o quanto um setor depende da exportação de seus produtos para serem usados como insumos em outras economias através do efeito inter-regional. Os cinco setores que mais ampliaram seu efeito inter-regional (ou seja, reduziram o efeito intrarregional e elevaram a sua dependência enquanto exportadores de insumos) entre o primeiro e o último cluster foram: 4 - Indústrias extrativas (queda de 13,1 pontos percentuais no efeito intrarregional); 1 - Agropecuária (-8,7pp.); 8 - Papel e celulose (-5,3pp.); 29 - Transporte aquaviário⁸ (-3,9pp.); e 37 - Atividades jurídicas, contabilidade, auditoria, sedes de empresas e consultoria em gestão (-2,6pp.). No caso da China, como observado com os multiplicadores a jusante, a situação é outra. Os setores que mais reduziram o efeito intrarregional entre o primeiro e o último cluster foram todos da manufatura, mas numa cifra irrisória: 17 - Informática, produtos óticos e eletrônicos (-0,194pp.); 6 - Têxteis, vestuário e couro (-0,159pp.); 13 - Borracha e plástico (-0,142pp.); 18 - Equipamentos elétricos (-0,138pp.); e 19 - Máquinas e equipamentos (-0,135pp.).

Tratando-se da indústria, a média dos multiplicadores para frente da manufatura brasileira no primeiro cluster (2000-2003) era de 1,922, caindo para 1,918 no último (2009-2014). Já na China, o multiplicador médio da indústria de transformação no primeiro cluster foi de 2,617, enquanto no terceiro cluster o valor subiu para 2,849. Isso, por si só, mostra que a indústria brasileira estagnou seu poder de ofertante de insumos aos demais

⁸ A ampliação da exportação de produtos primários, sobretudo, ampliou o uso do transporte aquaviário brasileiro por parte da economia chinesa.

setores da economia, enquanto a China conseguiu ampliá-lo. Quando se analisam as médias do percentual dos efeitos intrarregionais, observa-se pouca mudança em ambos os países. No primeiro momento, o percentual médio do multiplicador oferta intermediária da manufatura brasileira era de 99,3%, enquanto no final era de 98,3%. No caso da China, os percentuais foram de 99,94%, no início, e 99,85%, no final. Isso mostra que, pela ótica da oferta, as indústrias dos dois países dependem pouco da exportação de insumos para o outro país para manter sua dinâmica local. Isso não significa, vale ressaltar, que não dependam da exportação para outros não envolvidos no modelo.

Visto como se deram as relações intersetoriais sino-brasileiras no fornecimento mútuo de insumos, no tópico seguinte realiza-se a análise da reprodução de outra parte dos meios de produção, o investimento em capital fixo.

3.2. O efeito intrarregional da formação do estoque de capital fixo

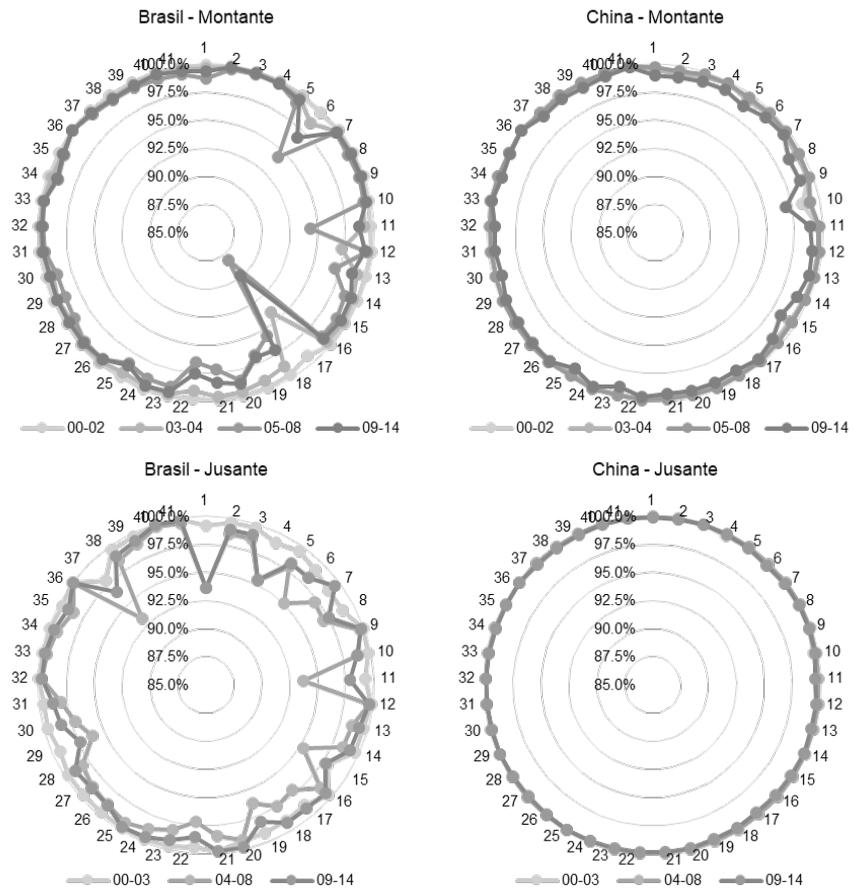
Como indicado no tópico anterior, esse indicador mostra o fluxo anual nominal de capital, direta e indiretamente, formado por cada setor. Aqui, não se discutirá o valor absoluto do gerador do investimento, pois nos interessa, de fato, saber como a relação inter-regional atuou na dinamização do processo de reprodução do capital constante fixo dentro dos países.

Os gráficos em radar apresentados na **Figura 4** a seguir mostram, circunscritos à relação entre Brasil e China, o percentual dos investimentos totais (diretos e indiretos) que foram gerados na economia local a partir do investimento realizado em um determinado setor (efeito intrarregional). O restante, até completar os 100%, tal como nos indicadores anteriores, corresponde a investimentos gerados na economia estrangeira (efeito inter-regional). Novamente, quanto mais próximo do centro, menor o efeito dentro da própria economia e maior o efeito na economia estrangeira.

Observa-se que diversos setores da economia brasileira perderam capacidade de geração local de investimentos, tendo vazado para a economia chinesa. De uma forma geral, vê-se que os efeitos intrarregionais a montante e a jusante do Brasil diminuíram entre o primeiro e o penúltimo cluster, elevando-se no último para a maior parte dos setores (essa recuperação foi parcial, não retornando ao patamar inicial para a maioria dos casos). No caso dos indicadores chineses, observa-se uma pequena redução do efeito intrarregional a montante do setor 10 - Derivados de petróleo e coque. Mesmo assim, o percentual vazado para o Brasil é consideravelmente baixo, comparando-se com o ocorrido nos setores brasileiros.

Os cinco setores brasileiros que mais perderam seu efeito interno de geração de investimentos a montante, do primeiro ao último cluster, foram os mesmos dos multiplicadores da produção a montante: 17 - Informática, produtos óticos e eletrônicos (-9,3 pontos percentuais); 6 - Têxteis, vestuário e couro (-3,0pp.); 19 - Máquinas e equipamentos (-2,9pp.); 18 - Equipamentos elétricos (-2,6pp.); e 22 - Outros manufaturados e reparo e manutenção de máquinas e equipamentos (-2,3pp.). No caso dos geradores dos investimentos a jusante, os setores que mais reduziram seu efeito intrarregional foram os mesmos dos multiplicadores da produção a jusante: 1 - Agropecuária (-5,5pp.); 4 - Indústrias extrativas (-3,6pp.); 29 - Transporte aquaviário (-1,9pp.); 37 - Atividades jurídicas, contabilidade, auditoria, sedes de empresas e consultoria em gestão (-1,43pp.); e 8 - Papel e celulose (-1,41pp.).

Figura 4. Percentual do efeito intrarregional dos geradores do investimento a montante (acima) e a jusante (abaixo): médias por clusters



Fonte: elaboração própria.

A partir dessas informações, pode-se observar que o processo de reprodução do capital fixo dos setores da indústria brasileira apresentou maior participação do fornecimento de bens de capital chineses. Já foi apontado que isso também aconteceu quanto ao capital circulante, quando foi analisado o fornecimento de insumos via multiplicadores da produção. Por sua vez, setores primários e de baixa tecnologia brasileiros foram aqueles que mais aumentaram sua relação com a China como ofertantes (via exportações).

Contudo, analisando conjuntamente os indicadores para frente e para trás da economia brasileira, vê-se que isso não ocorreu quanto à relação que o país tem com a segunda maior economia do mundo. A indústria do Brasil ampliou fortemente a demanda por meios de produção chineses e ampliou, sobretudo, a oferta de insumos primários e da indústria de baixa tecnologia àquele país (se expandirmos o ranque dos setores que mais ampliaram o efeito inter-regional a jusante, incluímos Produtos químicos, Produção florestal, pesca e aquicultura, Alimentos, bebidas e fumo). Os resultados apresentados mostram que a economia chinesa avançou no processo de industrialização, enquanto a brasileira ficou estagnada. Além disso, houve um reforço do papel ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho. Tal situação se agrava por esta ser uma constatação na relação comercial com um país que, há poucas décadas, detinha forças produtivas mais atrasadas que as do nosso.

De uma forma geral, é bem vinda a diversificação do destino da produção, não se restringindo à economia local. Ou seja, uma queda no efeito intrarregional pode ser um bom indicativo, pois pode significar uma inserção em alguma cadeia global de valor.

4. Considerações finais

A partir dos resultados obtidos, constatou-se que a indústria brasileira apresentou maior dependência dos meios de produção oriundos da economia chinesa. Os mesmos resultados indicam que a China não ampliou sua dependência de manufaturados produzidos na economia brasileira de forma significativa. Como observado nos indicadores para trás, à medida que os setores industriais brasileiros buscaram manter ou ampliar sua capacidade produtiva entre 2000 e 2014, eles requereram cada vez mais meios de produção advindos da economia chinesa. Por outro lado, como visto nos indicadores para frente, os setores primários e da indústria de baixa tecnologia brasileiros passaram a depender (ofertar) cada vez mais

de que seus produtos sejam exportados para a China para que possam ser dinamizados.

Ainda segundo os resultados obtidos, pode-se afirmar que a relação comercial sino-brasileira no período de 2000 a 2014 contribuiu para que o processo de reprodução do capital na economia brasileira ocorresse com menor participação da manufatura local no fornecimento de meios de produção. Por outro lado, a participação de produtos importados da China nesse processo aumentou. Portanto, essa relação contribui com o processo de desindustrialização da economia brasileira. Do ponto de vista estrutural, isto significa que, para além da via financeira, o Brasil aumenta sua vulnerabilidade externa. Do ponto de vista conjuntural, isto significa que, quando a economia brasileira iniciar a fase de reanimação cíclica, os benefícios do efeito multiplicador da produção irão “vazar” para fora do país; pelo caso trabalhado aqui, parcela terá como destino a China. A consequência é um processo de retomada que não transborda seu efeito dinamizador para o crescimento da economia nacional; o enfraquecimento da base produtiva é acentuado pela maior dependência de importações de produtos chineses gerando ganhos para fora.

Tais resultados corroboram com os argumentos de Moreira e Magalhães (2014), que analisam a desindustrialização brasileira sob a ótica da intensificação da especialização produtiva e exportadora baseada nesses produtos, e de Esposito (2017), que examina a desindustrialização a partir da desarticulação do sistema industrial nacional e do aumento do papel da economia externa na dinâmica interna. Além disso, os resultados aqui encontrados estão em linha com o trabalho de Almeida (2018), que, utilizando-se da mesma metodologia e analisando as relações comerciais do Brasil com o resto do mundo, registrou um processo de desindustrialização na economia brasileira entre 1995 e 2010. No presente texto, mensuramos como a China contribuiu para isto entre 2000 e 2014, enquanto trabalhos posteriores podem analisar como outros países, individualmente ou em blocos, podem ter influenciado neste processo.

Outrossim, pelo percentual de efeito intrarregional que foi observado em todos os indicadores, isto não significa que o Brasil se encontra em uma situação catastrófica e/ou irreversível no comércio com a China. Ao contrário. Os dados mostram que pelo menos 85% dos efeitos a montante ou a jusante dos setores industriais brasileiros ainda são gerados dentro do país. Isto mostra que a manufatura local ainda detém uma estrutura capaz de dinamizar a economia como um todo. Contudo, como também argumenta Sampaio (2013), para que seja devidamente aproveitada, essa estrutura deve ser urgentemente aprimorada, no sentido de incorporar e endogeneizar não apenas o desenvolvimento das tecnologias da “4ª Revolução Industrial” (ALMEIDA, 2018), mas de também estar preparada para desenvolver e/ou participar da criação do que venha a ser a “5ª Revolução Industrial”, que tem grande probabilidade de ser impulsionada também pela China.

Esta é a via para a superação do atraso da economia brasileira, que, além de proteger da expansão chinesa (e estrangeira em geral) as condições internas de produção e reprodução dos meios de produção, como analisado no presente estudo, garantirá, também, melhores condições de geração de (mais) valor para o processo de acumulação capitalista nacional.

Referências

- ALMEIDA, L. M. L.; RIBEIRO, N. R.; BALANCO, P. "Industrialização e desindustrialização: uma conceitualização à luz da teoria econômica marxiana" in: *Anais do XXII Encontro Nacional de Economia Política*. Campinas: SEP, 2017, pp. 1-25.
- ALMEIDA, L. M. L. *A desindustrialização à luz da teoria econômica marxiana: conceitos, definições e um estudo do caso da economia brasileira pós-1990*. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2018.
- ALMEIDA, L. M. L.; BALANCO, P. "Application of multivariate analysis as complementary instrument in studies about structural changes: An example of the multipliers in the US economy", *Structural Change and Economic Dynamics*, v. 53, pp. 189-207, 2020.
- ALVES, G. *A condição de proletariado*. Londrina: Práxis, 2009.
- ANTUNES, R. (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- _____. "A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990", *Sociologia*, v. 27, pp. 11-25, 2014.
- BIATO JR., O. *A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.
- BODENHOFER, U.; KOTHMEIER, A.; HOCHREITER, S. "APCluster: an R package for affinity propagation clustering", *Bioinformatics*, v. 27, n. 17, pp. 2463-2464, 2011.
- BUSNELLO, R. *Reestruturação produtiva, neoliberalismo e flexibilização dos direitos trabalhistas no Brasil dos anos 90*. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2003.
- CANO, W. "A desindustrialização no Brasil", *Economia e sociedade*, v. 21, n. especial, pp. 831-851, 2012.
- CARCANHOLO, M. D. "Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica", *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, pp. 247-272, 2008.
- CHARNOCK, G.; STAROSTA, G. *The New International Division of Labour: Global Transformation and Uneven Development*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.
- COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. (orgs.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Papyrus, 1994.
- DE MESNARD, L. "Is the Ghosh model interesting?", *Journal of Regional Science*, v. 49, n. 2, pp. 361-372, 2009.
- DIETZENBACHER, E. "In vindication of the Ghosh model: a reinterpretation as a price model", *Journal of Regional Science*, v. 37, n. 4, pp. 629-651, 1997.
- _____. "Interregional multipliers: looking backward, looking forward", *Regional Studies*, v. 36, n. 2, pp. 125-136, 2002.
- ESPOSITO, M. "Desindustrialização no Brasil: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 46, pp. 120-146, 2017.
- FILGUEIRAS, L. "O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico" in: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006, pp. 179-206.
- FREY, B. J.; DUECK, D. "Clustering by passing messages between data points", *Science*, v. 315, n. 5814, pp. 972-976, 2007.

- FRÖBEL, F.; HEINRICHS, J.; KREYE, O. "The new international division of labour", *Social Science Information*, v. 17, n. 1, pp. 123-142, 1978.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GASPAR, R. C. "A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos", *Cadernos Metrópole*, v. 17, pp. 265-296, 2015.
- GUILHOTO, J. J. M. "Análise de Insumo-Produto: teoria e fundamentos", *MPRA Paper*, n. 32566, p. 72, 2011. São Paulo: MPRA.
- HIRATUKA, C.; SARTI, F. "Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil", *Revista de Economia Política*, v. 37, pp. 189-207, 2017.
- JENKINS, R. "Chinese Competition and Brazilian Exports of Manufactures", *Oxford Development Studies*, v. 42, n. 3, pp. 395-418, 2014.
- _____. *How China is Reshaping the Global Economy: Development Impacts in Africa and Latin America*. United Kingdom: Oxford University Press, 2019.
- JENKINS, R.; BARBOSA, A. F. "Fear for manufacturing? China and the future of industry in Brazil and Latin America", *China Quarterly*, n. 209, pp. 59-81, 2012.
- JENKINS, R. H. Y. S. "Is Chinese Competition Causing Deindustrialization in Brazil?", *Latin American Perspectives*, v. 42, n. 6, pp. 42-63, 2015.
- LEITE, A. C. C. *O projeto de desenvolvimento econômico chinês – 1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2011.
- LYRIO, M. *A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos*. Brasília: FUNAG, 2010.
- MACIEL, D. "O Governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992)", *Revista UFG*, v. 13, n. 11, pp. 98-108, 2011.
- MARX, K. *O capital: Livro I - O processo de produção do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *O capital: Livro III - O processo global de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MEDEIROS, M. S. F. "Abordagem Histórica da Reestruturação Produtiva no Brasil", *Latitude*, v. 3, n. 1, pp. 55-75, 2009.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENEZES, R. G.; BRAGATTI, M. C. "Dragon in the 'backyard': China's investment and trade in Latin America in the context of crisis", *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, pp. 446-461, 2020.
- MÉZARD, M. "Where are the exemplars?", *Science*, v. 315, n. 5814, pp. 949-951, 2007.
- MILLER, R. E.; BLAIR, P. D. *Input-Output Analysis: foundations and extensions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- MOREIRA, C. A. L.; MAGALHÃES, E. S. "Um novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 38, pp. 90-106, 2014.
- MYERS, M.; WISE, C. W. *The political economy of China-Latin America relations in the new millennium: brave new world*. New York: Routledge, 2017.
- OOSTERHAVEN, J. "Leontief versus Ghoshian price and quantity models", *Southern Economic Journal*, v. 62, n. 3, pp. 750-759, 1996.

_____. On the plausibility of the supply-driven input-output model. *Journal of Regional Science*, v. 28, n. 2, p. 203-217, 1988.

_____. “Adding supply-driven consumption makes the Ghosh model even more implausible”, *Economic Systems Research*, v. 24, n. 1, pp. 101-111, 2012.

OREIRO, J. L.; D’AGOSTINI, L. L.; GALA, P. “Deindustrialization, economic complexity and exchange rate overvaluation: the case of Brazil (1998-2017)”, *PSL Quarterly Review*, v. 73, n. 295, pp. 313-341, 2020.

PINTO, E. C.; BALANCO, P. “O ajuste estrutural brasileiro dos anos 90: ampliação da desarticulação setorial e social”, *Caderno do CEAS*, v. 229, pp. 60-85, Salvador, 2008.

PINTO, E. C. *Bloco no poder e Governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010

RIBEIRO, N. R. *A acumulação do capital no Brasil: expansão e crise*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1988.

SAMPAIO, D. P. “A desindustrialização em marcha no Brasil”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 34, pp. 33-55, 2013.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. “Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais”. *Texto para discussão do IE Unicamp*, n. 290, pp. 1-38, abr. 2017.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

SIMÕES, A. J. G.; HIDALGO, C. A. “The economic complexity observatory: An analytical tool for understanding the dynamics of economic development” in: *Workshops at the twenty-fifth AAAI conference on artificial intelligence*, 2011.

STAROSTA, G. “The outsourcing of manufacturing and the rise of giant global contractors: A Marxian approach to some recent transformations of global value chains”, *New Political Economy*, v. 15, n. 4, pp. 543-563, 2010.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora de Unicamp, 1986.

TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. “A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico”, *Economia e Sociedade*, v. 21, n. especial, pp. 909-941, 2012.

TIMMER, M. P.; DIETZENBACHER, E.; LOS, B.; STEHRER, R.; DEVRIES, G. J. “An Illustrated User Guide to the World Input-Output Database: The Case of Global Automotive Production”, *Review of International Economics*, v. 23, n. 3, pp. 575-605, 2015.

TIMMER, M. P.; LOS, B.; STEHRER, R.; DEVRIES, G. J. *An Anatomy of the Global Trade Slowdown Based on the WIOD 2016 Release*. GGDC research memorandum number 162, University of Groningen, 2016.

TREGENNA, F. “A new theoretical analysis of deindustrialisation”, *Cambridge Journal of Economics*, v. 38, n. 6, pp. 1373-1390, 2014.

XU, W.; HOU, Y.; HUNG, Y. S.; ZOU, Y. “A comparative analysis of Spearman’s rho and Kendall’s tau in normal and contaminated normal models”, *Signal Processing*, v. 93, n. 1, pp. 261-276, 2013.

ACSON GUSMÃO FRANCA
FÁBIO ANTONIO DE CAMPOS

A INEGOCIÁVEL DEPENDÊNCIA EXTERNA NO PLANEJAMENTO BRASILEIRO: A ATUAÇÃO DO CAPITAL INTERNACIONAL NO PLANO DE METAS (1956-1961) E NO II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1975-1979)

Recebido em 11/02/2022

Aprovado em 25/03/2022

A INEGOCIÁVEL DEPENDÊNCIA EXTERNA NO PLANEJAMENTO BRASILEIRO: A ATUAÇÃO DO CAPITAL INTERNACIONAL NO PLANO DE METAS (1956-1961) E NO II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1975-1979)

ACSON GUSMÃO
FRANCA

Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp, professor substituto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

E-mail: acson_franca@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4303-2251>

FÁBIO ANTONIO
DE CAMPOS

Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp), professor e pesquisador do Núcleo Institucional de História Econômica (NIHE) e do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE) da mesma instituição.

E-mail: fcampos@unicamp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3995-3661>

Resumo

Este artigo mostra os limites do planejamento econômico brasileiro a partir da dependência do capital internacional durante a execução do Plano de Metas (1956-1961) e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-1979). Primeiramente, serão apresentadas as principais debilidades estruturais enfrentadas pelo Estado brasileiro para colocar em prática esses planos de desenvolvimento que, em tese, buscavam maior autonomia nacional. Em seguida, retomaremos a problemática do desenvolvimento nacional, para vislumbrarmos como esses planos não romperam a dependência externa e o subdesenvolvimento. À medida que o planejamento econômico brasileiro foi sendo instrumentalizado pelo capital internacional ao longo desse período, os resultados alcançados com esta pesquisa nos mostraram que mais subordinado aos interesses externos tornou-se o processo de industrialização pesada no Brasil.

Palavras-chave: planejamento econômico; capital internacional; Plano de Metas; II PND; capitalismo dependente.

Abstract

This article shows the limits of Brazilian economic planning based on the dependence on international capital during the execution of the Plan of Goals (1956-1961) and the II National Development Plan (II PND, 1975-1979). First, the main structural weaknesses faced by the Brazilian state to put into practice those development plans that in theory sought greater national autonomy will be presented. Then, we will return to the issue of national development, in order to see how these plans did not break external dependence and underdevelopment. As Brazilian economic planning was being exploited by international capital throughout this period, the results achieved with this research showed us that the process of heavy industrialization in Brazil became more subordinated to external interests.

Keywords: economic planning; international capital; goals plan; II PND; dependent capitalism.

I. Introdução

Ainda que tenha acontecido em contextos econômicos e períodos distintos da formação do capitalismo no Brasil, a chegada de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Ernesto Geisel (1975-1979) à presidência do Brasil trouxe consigo novas perspectivas para o desenvolvimento da economia brasileira. As promessas de campanha desses dois presidentes de gerir uma política econômica capaz de superar o estado de atraso em que se encontravam os setores mais estratégicos da economia e, conseqüentemente, atingir o desenvolvimento industrial, começaram a ser colocadas em prática nas estratégias executadas nos seus respectivos governos.

Tanto o Plano de Metas quanto o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) representariam esse esforço governamental, no sentido de criar internamente as condições para edificar, na economia brasileira, uma estrutura industrial sólida, verticalmente integrada e com altas taxas de expansão e de rentabilidade (BRASIL, 1958; 1974). Para tanto, esses planos postulavam investimentos diretos do governo na realização de metas localizadas nos setores de transporte, energia, educação, indústrias básicas, e, sobretudo, no setor produtor de máquinas e equipamentos, considerado a principal lacuna existente na pirâmide industrial brasileira (LESSA, 1977; 1983).

De fato, sua execução dependia primeiramente da capacidade do Estado em desempenhar, por meio do planejamento, um papel cada vez mais ativo na política econômica nesse período, no qual o padrão mundial de acumulação se reestruturou, de maneira a definir as possibilidades e os limites para o capitalismo brasileiro. Teoricamente falando, nesse processo, o Estado brasileiro teria autonomia para instituir novos instrumentos de política econômica, organismos e outros mecanismos de ação, criando as condições para estimular o processo de industrialização (CASTRO, 2010).

Recentemente alguns trabalhos revisitaram tanto o Plano de Metas quanto o II PND¹, dialogando diretamente com a bibliografia especializada

¹ Destacamos: Gomes (1991), Orenstein e Sochaczewski (1992), Carneiro (1992), Lacerda (2003), Villela (2011), Hermann (2011), Ferreira (2013), Bastos e Costa (2021) e Ferreira (2021).

pregressa². No entanto, a maioria destas novas pesquisas, assim como as mais antigas, ainda estão presas à questão de divisão de tarefas proposta pelo planejamento estatal a partir da noção do “tripé” de desenvolvimento (Estado e empresas estatais, empresa estrangeira e empresa privada nacional), cuja crença nasceu no final dos anos 1960 a partir de uma literatura que revia criticamente as teses cepalinas sobre a industrialização latino-americana³. A aposta interpretativa era que seria possível negociar internamente os termos da dependência com o capital internacional a cada contexto histórico depois de implantada a indústria pesada⁴. Um dos pressupostos para esta capacidade de barganha seria que, a partir de 1956, a economia brasileira teria endogeneizado os ciclos de reprodução do capital industrial mais complexo, especialmente os de bens de produção, de tal sorte que seria viável conciliar dependência externa com desenvolvimento capitalista sem estagnação⁵. Para essa vertente, a empresa estrangeira impunha dependência tecnológica e financeira, mas, diante da industrialização e do crescimento orientados pelo Estado, o dinamismo do encadeamento produtivo entre os setores de bens de capital, bens intermediários e de bens de consumo duráveis faria com que o próprio capital internacional também dependesse da associação interna para garantir sua lucratividade⁶. Em síntese, o planejamento desenvolvimentista poderia instrumentalizar o capital internacional para garantir crescimento do produto de forma sustentável por aumento da formação bruta do capital fixo, renda e emprego, viabilizando politicamente, por meio da redemocratização, a construção de

² Os principais trabalhos são: Lessa (1977; 1983; 1998), Castro e Souza (1985), Veloso (1978), Lafer (2003), Serra (1998), Benevides (1976) e Ianni (1977).

³ O trabalho pioneiro foi o de Cardoso e Faletto (1969).

⁴ Uma síntese desta aposta pode ser conferida em Lessa e Dain (1998).

⁵ Sobre a endogeneização da indústria pesada na economia brasileira, ver Tavares e Serra (1972), Mello (2009) e Tavares (1998; 1986).

⁶ Em um diálogo com o debate clássico do imperialismo, Cardoso e Faletto afirmam: “a formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista” (1969, p. 182). Em um texto mais contemporâneo, Cardoso reafirma esta tese ao defender que “o imperialismo, que fora obstáculo à industrialização da periferia, passava a ser a mola propulsora de um certo tipo de desenvolvimento industrial” (1993, pp. 20-21).

um capitalismo com um Estado de bem-estar social no Brasil. Ao condicionar a expectativa de lucros e retornos do “tripé”, um ator estratégico de tal processo seria o gasto público, que criaria as condições objetivas para que as políticas estatais eliminassem as heranças do subdesenvolvimento, e ao mesmo tempo, em associação com as empresas estrangeiras, pudessem dotar os empresários privados nacionais de estímulos para investirem na indústria e, com isso, se fortalecerem na divisão estatal de tarefas, reafirmando seu comprometimento com o desenvolvimento.

Com base numa bibliografia crítica a tal interpretação da economia brasileira⁷, nosso artigo vai na direção contrária à suposta interdependência entre imperialismo e Estado brasileiro, visto que a “potencialidade” que o planejamento econômico viria a exercer não foi colocada em prática. O próprio foi instrumentalizado pelo capital internacional de diferentes formas, ao longo desse período, para garantir sua valorização exógena, revelando o caráter inegociável da dependência externa no Brasil.

Assim, o artigo está dividido em duas partes complementares. Na primeira será realizada uma análise comparativa desses planos, com o intuito de identificar os principais problemas enfrentados pelo Estado brasileiro, dentre os quais: financiamento, tecnologia e centralização estatal. Na segunda parte, retomaremos a perspectiva histórica, como forma de corroborar como esses planos serviram para reafirmar nossa dependência externa e subdesenvolvimento. Por fim, faremos uma breve conclusão.

2. Análise comparativa dos dois planos de desenvolvimento

Em linhas gerais, todo o esforço realizado pelo Estado no sentido de superar essas debilidades estruturais que o impediam de executar esses dois planos de desenvolvimento se concentrou, de antemão, na criação de um

⁷ Destacamos Sampaio Jr. (1999), Campos (2009; 2020; 2021), Hadler (2013), Rodrigues (2017) e Franca (2018), autores que fazem seus estudos atualizando as teses que tinham como eixo os dilemas da formação econômica do Brasil e os impasses da revolução brasileira, tais como Prado Jr. (2004; 2006), Furtado (1974; 1977; 1992) e Fernandes (1975; 2005).

quadro institucional formado por organismos internos e externos, alguns instrumentos de execução etc. As partes constituintes desse quadro, porém, sustentavam uma estrutura operacional que subordinava o planejamento econômico brasileiro à dinâmica do capital internacional, adequando-se às exigências do padrão mundial de acumulação.

2.1. Investimento e financiamento

A fim de que construíssem nas economias periféricas uma industrialização pesada, o problema do financiamento constituiu o principal limite estrutural a ser solucionado. No caso brasileiro, a falta de um padrão de financiamento autônomo, capaz, portanto, de ofertar, a partir da centralização financeira endógena, os recursos necessários para os governos realizarem os projetos contidos tanto no Plano de Metas quanto no II PND, fez com que o Estado permitisse ao sistema financeiro nacional ficar dependente do capital internacional. Se, por um lado, isso possibilitaria industrialização até na fase mais complexa, por outro, garantiria a presença do recurso estrangeiro nas diferentes conjunturas econômicas e políticas brasileiras, trazendo consequências.

Durante o Plano de Metas, todas as práticas do Estado brasileiro tiveram como objetivo atrair capitais do exterior destinados à indústria de transformação, que pretendiam ampliar os canais de valorização sobre as regiões periféricas de mercados internos expressivos, como foi o caso do investimento direto estrangeiro (IDE). “Nas primeiras décadas do pós-guerra, o capital internacional interagiu com o espaço periférico a fim de buscar geração de valor, estabelecendo bases produtivas, tendo como alvo a dimensão do mercado interno” (CAMPOS, 2009, p. 193).

Como mostra a Tabela 1, o ingresso de IDE líquido no Governo Kubitschek foi de cerca de US\$ 112,1 milhões em média a.a., sendo a maior parte na forma de mercadorias, o que denotava a incorporação de bens de capital nas novas subsidiárias.

Tabela 1. Fluxo de investimento direto estrangeiro no Brasil 1956-1979
(US\$ milhões em preços correntes)

	A			B	C	D	E	F	G	H	I					
	A1	A2	A3									A4	A5	A4+B	D+E	C-F
												A1+A2+A3	A4-A3			
Moeda	Mercad.	Conv.	Líqu.	Liq. s/ conv.	Rein.	IDE Total	Lu- cros e Divid.	Royalties e serv.	Total de Remes.	Saldo	Re- patr.	Esto- ques				
1956	36	53	0	89	89	50	139	24	32	56	83	0	1.969			
1957	43	100	0	143	143	35	178	26	29	55	123	1	2.147			
1958	22	88	0	110	110	18	128	31	33	64	64	0	2.275			
1959	37	87	0	124	124	34	158	25	32	57	101	0	2.433			
1960	40	59	0	99	99	39	138	39	40	79	59	0	2.571			
1961	65	43	0	108	108	39	147	31	43	74	73	0	2.718			
1962	35	35	0	69	69	63	132	18	29	47	85	0	2.850			
1963	12	18	0	30	30	57	87	0	4	4	83	0	2.937			
1964	22	6	0	28	28	58	86	0	6	6	80	0	3.023			
1965	63	7	0	70	70	84	154	23	4	27	127	0	3.177			
1966	59	15	0	74	74	85	159	37	5	42	117	0	3.336			
1967	68	8	0	76	76	39	115	73	13	86	29	0	3.451			
1968	60	3	0	63	63	48	111	84	70	154	-43	18	3.562			
1969	129	7	0	136	136	133	269	81	93	174	95	3	3.762			
1970	116	6	0	122	122	22	144	119	104	223	-79	7	3.948			
1971	161	8	0	169	169	395	564	121	132	253	311	39	4.137			
1972	320	17	0	337	337	201	538	164	154	318	220	55	2.911			
1973	928	49	0	977	977	512	1.489	199	166	365	1.124	41	3.404			
1974	898	47	0	945	945	382	1.327	249	212	461	866	55	4.579			
1975	997	52	56	1.106	1.050	298	1.404	237	311	548	856	76	6.027			
1976	1.010	53	82	1.145	1.063	410	1.555	383	363	746	809	49	7.303			
1977	785	41	109	935	826	877	1.812	457	513	970	842	59	9.005			
1978	932	104	160	1.196	1.036	975	2.171	564	591	1.155	1.016	124	11.228			
1979	1.404	74	207	1.685	1.478	721	2.406	740	602	1.342	1.064	353	13.740			

Fontes: elaboração própria a partir de Conjuntura Econômica (1972) e Guimarães, Malan e Araújo Jr. (1982)

As remessas totais de rendimentos das empresas estrangeiras (lucros, dividendos etc.) foram de US\$ 64,1 milhões em médias a.a., apresentando, dessa forma, um saldo positivo (item “G” da Tabela 1). No entanto, com a crise econômica entre 1962 e 1968, ocorreu uma queda nos influxos de IDE, indicando apenas US\$ 58,5 em média a.a. A explicação para o ciclo do IDE também deve ser compreendida pela relação das empresas estrangeiras com o pragmatismo estadunidense para reconstrução do padrão mundial de acumulação no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, cujas exportações de capitais, além dessa modalidade, deram-se por empréstimos e financiamentos.

Os Estados Unidos, vencedores da Segunda Guerra Mundial, conseguiram, por meio da criação de instituições multilaterais via Bretton Woods – como o padrão ouro-dólar, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e, posteriormente, o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) –, garantir a expansão do padrão mundial de acumulação dentro da nova ordem internacional (PEREIRA, 2018). O Estado brasileiro tirou “proveito” disso, utilizando-se de linhas de crédito dessas instituições multilaterais e dos influxos de IDE, bem como dos empréstimos vinculados a estas, fazendo do capital internacional uma alternativa viável para dar continuidade ao processo de substituição das importações (SOCHACZEWSKI, 1993). De forma suplementar, outras modalidades internas de financiamento foram criadas pelo Estado, como emissões primárias de papel-moeda, fundos setoriais provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e mudanças no sistema tributário brasileiro que proporcionavam às empresas privadas as condições para direcionar seus investimentos à economia brasileira, como se pode observar na Tabela 2.

Tabela 2. Empréstimos e financiamentos estrangeiros 1951-1966
(US\$ milhões em preços correntes)

Anos	(A) Capitais autônomos		(B) Capitais compensatórios			(A)+(B)=(C)
	Empréstimos e financiamentos	Outros	FMI	EXIMBANK	Outros	
1951	38	-18	28	-	-	48
1952	35	24	-28	-	-	31
1953	44	39	28	300	158	569
1954	109	-4	-	-	200	305
1955	84	16	-	45	16	161
1956	231	18	-28	-	-	221
1957	319	35	37	-	-	391
1958	373	25	37	100	58	593
1959	439	-4	-21	-	-	414
1960	348	85	48	3	10	494
1961	579	-46	40	101	119	793
1962	325	117	-18	81	57	562
1963	250	45	5	79	103	482
1964	221	130	-28	1	109	403
1965	363	-124	20	6	224	489
1966	508	-27	-39	-	48	490

Observações:

(1) Capitais autônomos (A): aqueles recursos externos privados captados pelas instituições públicas e privadas na forma de empréstimos e financiamento.

(2) Capitais compulsórios (B): aqueles provenientes somente de agências internacionais ou de órgãos públicos norte-americanos, tais como o Banco de Exportação e Importação de Washington (EXIMBANK), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ambos os últimos originados a partir das resoluções de Bretton Woods.

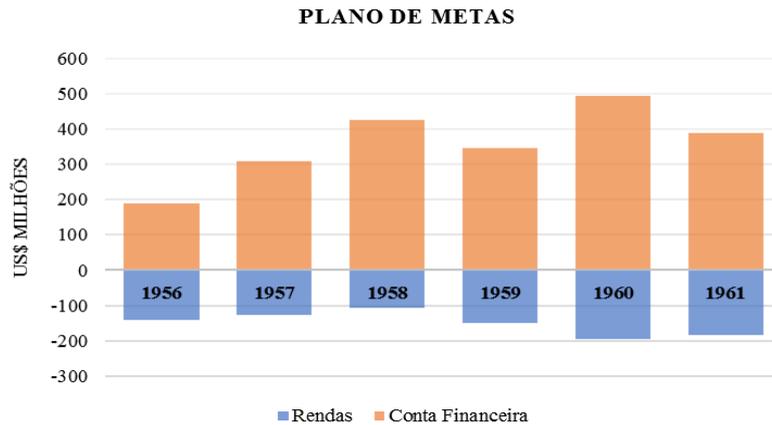
Fonte: elaborada a partir de Lessa (1983) e Campos (2003), com base nos dados de Boletins do Banco Central (1972) e da Conjuntura Econômica (1972).

Observamos na Tabela 2 que, entre os anos 1951 e 1955 (segundo Governo Vargas e o Governo Café Filho), a soma (C) dos capitais autônomos (A) com os capitais compensatórios (B) ingressos nesse período foi de US\$ 222,8

milhões em média a.a. Enquanto isso, entre 1956 e 1960, período de execução e auge das metas setoriais do Plano de Metas, esse montante dobrou, chegando a atingir a cifra de US\$ 484,3 milhões em média a.a. Por um lado, as entradas desses capitais internacionais na forma de mercadorias e moedas (Tabelas 1 e 2) nesse quinquênio financiaram a mais intensa mudança estrutural da produção industrial brasileira até então. “Nesse ínterim, as indústrias que mais cresceram foram as de plástico, equipamento de transporte, material elétrico, produtos químicos e metalurgia” (FISHLOW, 1972, p. 48). Por outro lado, repercutiam negativamente no balanço de pagamentos brasileiro, tendo como consequência direta o crescimento das remessas de lucros e o endividamento externo, incidindo, inclusive, sobre o aumento no estoque da dívida externa brasileira.

De 1956 a 1961, a dívida externa brasileira saltou de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 3,2 bilhões, atingindo US\$ 3,6 bilhões em 1963 (CAMPOS; RODRIGUES, 2014), sendo que os juros, os quais entre 1956 e 1961 foram de US\$ 85,3 milhões em média a.a., passaram para US\$ 129 milhões entre 1962 e 1966, ao passo que as amortizações, que eram de US\$ 312 milhões em médias a.a. para o período JK, passaram para US\$ 321 milhões em médias a.a. entre 1962 e 1966 (BACEN, 1972). Mesmo assim, se examinarmos a relação do fluxo de capitais internacionais e outros na conta financeira do balanço de pagamentos com as rendas revela-se um saldo positivo (Gráfico 1).

Gráfico I. Conta financeira e rendas 1956-1961



Fonte: elaboração própria a partir de boletins do Banco Central do Brasil in: Campos (2009).

Com o fim do Plano de Metas, quando a economia brasileira começou a sofrer os efeitos da desaceleração econômica, além da expressiva queda no influxo de IDE líquido (Tabela 1), as entradas dos empréstimos e financiamentos estrangeiros diminuíram de US\$ 562 milhões em 1962 para US\$ 482 milhões em 1963 (Tabela 2). Por outro lado, os serviços destes capitais, mais a redução de saldos comerciais, em que os superávits de 1955 (US\$ 2 milhões) e de 1956 (US\$ 57 milhões) se transformaram em déficits de US\$ 290 milhões em médias a.a. entre 1957 e 1963, fizeram o déficit em transações correntes sair do patamar de US\$ 200, em 1956, para quase US\$ 500 milhões, em 1960 (BACEN, 1972). De acordo com Pereira (1974), a redução no ingresso de capital internacional na economia brasileira nesta fase da segunda metade dos anos 1960 foi fruto dos sucessivos déficits no balanço de pagamentos (US\$ 346 milhões negativos no fechamento em 1962, segundo o BACEN, 1972), da queda do produto interno brasileiro (de 9,2% em média a.a., entre 1957 e 1961, para 3,5%, entre 1962 e 1964, segundo o IPEADATA, 2021), das altas taxas de inflação (de 2,1% em taxa média a.a. no IGP-DI, entre 1957 e 1961, para 4,7%, entre 1962 e 1964, segundo o IPEADATA, 2021),

o que afugentou os investidores públicos e privados do país, haja vista a queda na expectativa de lucratividade de seus investimentos⁸.

Com a efetivação do Golpe Civil-Militar de 1964 e das reformas financeiras do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o Estado brasileiro passou a favorecer ainda mais a entrada de capitais internacionais, particularmente os empréstimos do Euromercado e de outras instituições multilaterais, para colocar em prática a política econômica da ditadura, como ocorreu após a modificação da “Lei de Remessa de Lucros” (Lei nº 4.131 de 1962) pela Lei nº 4.390 (1964)⁹ e pela Instrução nº 289¹⁰ em 1965 (CAMPOS; RODRIGUES, 2014). Essa liberalização, ocorrida nessa fase em que o padrão mundial de acumulação se transformava, abrindo precedentes para que a dimensão financeira do capital estabelecesse uma dominância na esfera produtiva, explica porque, de 1964 em diante, a soma (C) dos capitais autônomos (A) com os capitais compensatórios (B), como mostra a Tabela 2, voltou a crescer, aumentando de US\$ 403 milhões em 1964 para US\$ 490 milhões em 1966. Essa tendência liberalizante prevaleceu durante todo o período da ditadura, de modo que os governos que assumiram a presidência do país nessa fase criaram mecanismos para permitir a intermediação direta de créditos externos para as empresas públicas e privadas instaladas no país.

⁸ Após esgotarem-se as linhas tradicionais de crédito externo no final do Governo JK, o Estado contraiu as chamadas *swaps* e os *supplier's credits*, que consistiam em empréstimos de curto prazo, com garantia de moedas sem cobertura cambial (SERRA, 1998). “As *swaps* foram utilizadas de maneira excessiva pelo Governo JK, para disponibilizar recursos no final do plano por conta da situação das contas externas, que se mostravam perturbadoras já no final dos anos 50” (CAMPOS, 2003, p. 87).

⁹ A referida lei estabelecia ao capital internacional uma série de vantagens adicionais, como a alíquota de 12% para as remessas de lucros, mais os reinvestimentos (RESENDE, 1990; GENNARI, 1999; CAMPOS, 2016b).

¹⁰ Esse instrumento criado pelo Estado brasileiro autorizava a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil a efetuar compras de moedas estrangeiras, assegurando assim, ao vendedor, o direito posterior de adquirir cobertura para retomo das divisas. De fato, “efetivamente, a política econômica e financeira do governo brasileiro, conjugando fatores cambiais (Instrução nº 289, da extinta SUMOC, e outras) e diplomáticos (Acordos sobre Seguros de Investimento) ao congelamento dos salários e às medidas de vários tipos contra as empresas nacionais, permitiu que as corporações norte-americanas, além de repatriarem US\$ 381 milhões, durante o decênio de 1960, reinvestissem, sobretudo a partir de 1964, US\$ 621 milhões no Brasil. O total dos investimentos registrados como norte-americanos elevou-se de US\$ 1,1 bilhão, em 1963, para US\$ 1,6 bilhão, em 1970. De 1960 a 1969, para um total de US\$ 680 milhões aplicados pelas corporações norte-americanas no Brasil, apresentando um incremento de 71% sobre o montante do capital existente no início do período, os reinvestimentos contribuíram com 91%. Isto significa que somente cerca de US\$ 56 milhões, como investimentos diretos norte-americanos, entraram realmente no Brasil” (BANDEIRA, 1975, p. 91).

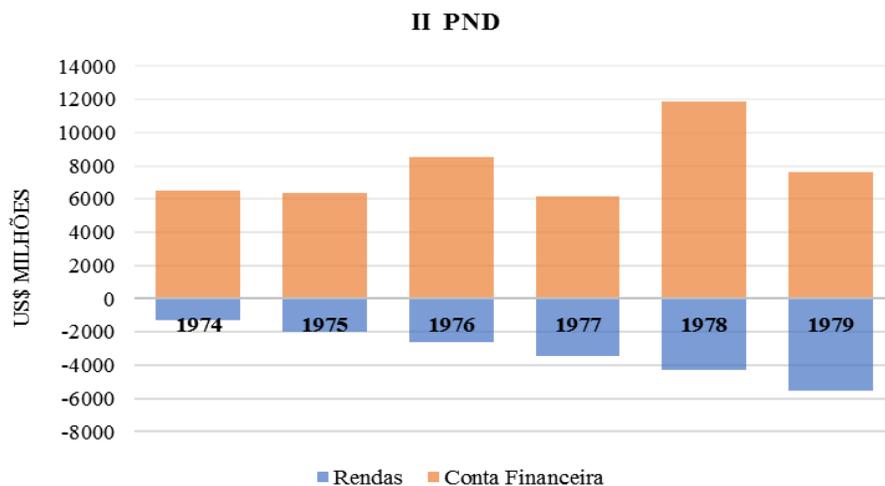
Embora calcada na atuação da empresa estatal, que assumiria uma posição estratégica na realização das metas setoriais do II PND a partir de 1974, o dilema do financiamento para industrialização seria “solucionado” pelo então presidente da República Ernesto Geisel, por meio da conexão ainda mais intensa e dependente do sistema financeiro brasileiro, recém-reformado, ao novo sistema financeiro internacional regido pelo Euromercado, que daria origem à mundialização financeira¹¹. Isto é, dada a nova situação do contexto mundial simbolizada pela crise do petróleo em 1973 – que, na verdade, significava uma “crise estrutural” no capitalismo –, para tornar efetivas as metas do Plano, Geisel aproveitou-se das condições do Euromercado para tomar novos empréstimos externos, com o discurso de que constituir uma poupança externa era essencial para o desenvolvimento econômico brasileiro (RODRIGUES, 2017). Além disso, o Estado utilizou-se, porém em volume inferior, dos recursos advindos do BNDE captados por meio dos fundos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) da Caixa Econômica Federal. Essa estrutura de financiamento tornava o desenvolvimento da indústria brasileira cada vez mais dependente do capital internacional, o que ocorria tanto por meio dos empréstimos externos e importações, quanto da participação no IDE e acionária de empresas privadas multinacionais na formação de *joint ventures* (FRANCA, 2018).

Depois das reformas financeiras do Governo Castelo Branco (1964-1967), o ingresso de IDE líquido voltou a crescer, como mostra a Tabela 1, quando saiu de uma média anual, entre 1961 e 1963, de US\$ 69 milhões para US\$ 205,2 milhões entre 1964 e 1973, chegando no Governo Geisel (1974-1979) a quase US\$ 1,2 bilhão. As remessas totais de lucros, dividendos etc., saltaram de um valor médio anual de US\$ 164,8 milhões para US\$ 870 milhões entre 1974 e 1979. Se adicionarmos os juros a todas as remessas de lucros, dividendos etc., temos, em preços correntes, um crescimento exponencial

¹¹ Sobre a nova dependência no Brasil e o nascimento da mundialização financeira relacionada à transnacionalização do capital, ver Furtado (1974; 1977; 1983), Chesnais (1995; 1998; 2016), Campos e Rodrigues (2014) e Carvalho (2020).

de US\$ 150,8 milhões em média a.a., no período de JK, para US\$ 427,92 milhões entre 1964 e 1973, alcançando a incrível marca de aproximadamente US\$ 3,2 bilhões no período Geisel (CAMPOS, 2009).

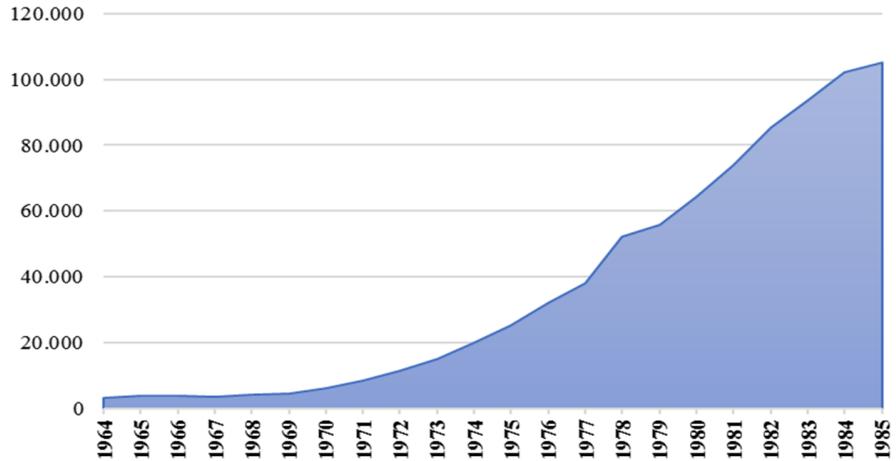
Gráfico 2. Conta financeira e rendas 1974-1979



Fonte: elaboração própria a partir de boletins do Banco Central do Brasil in: Campos (2009).

Outro ângulo possível de análise, para comprovar o aumento da dependência externa no Brasil neste momento, é verificar a rápida elevação do estoque da dívida externa brasileira (Gráfico 3). A partir das bases do Ipeadata (2021), notamos que ela saiu de um patamar de US\$ 3,2 bilhões, em 1964, para US\$ 6,2 bilhões em 1970, chegando a US\$ 25,11 bilhões em 1975. A partir de 1975, esse valor cresceu rapidamente, e em 1985 já superava os US\$ 105 bilhões, ou seja, uma quantia 4,18 vezes superior à do ano de 1975. Do total desse endividamento, grande parte pertencia ao setor privado, mas a responsabilidade pelo seu pagamento recaía sobre o setor estatal, que, devido às funções que lhe foram determinadas, via-se obrigado a absorvê-lo (CAVALCANTI, 1998; CAMPOS; RODRIGUES, 2014; RODRIGUES, 2017).

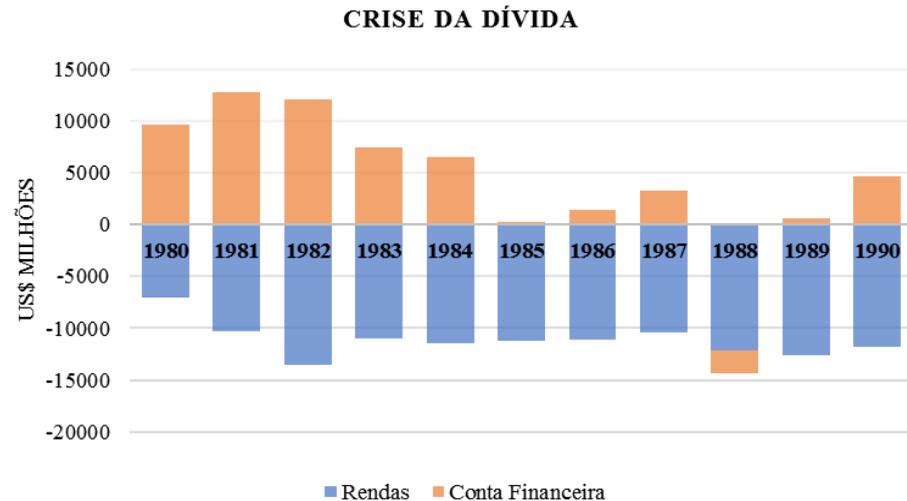
Gráfico 3. Estoque da dívida externa bruta. (US\$ bilhões em preços correntes)



Fonte: Ipeadata (2021)

No final da década de 1970, fase em que praticamente todos os projetos do II PND já haviam sido abandonados devido a uma série de problemas internos que culminou com a queda dos investimentos externos, mais a explosão no preço do petróleo e de outros bens intermediários, a balança comercial brasileira voltou a ter déficit, comprometendo, assim, a entrada de novos investimentos produtivos no país (FISHLOW, 1986). Isso representou, de fato, a inserção da economia brasileira numa conjuntura recessiva, agora potencializada com a crise da dívida. Os anos 1980, foram a década da estagflação e da crise da dívida, assim como a do preço a ser pago por esse elevado nível de internacionalização ocorrido durante a execução do Plano de Metas e do II PND, que resultou em um saldo extremamente negativo entre a conta financeira e suas remunerações do capital internacional nas rendas das transações correntes (Gráfico 4).

Gráfico 4. Conta financeira e rendas 1980-1990



Fonte: elaboração própria a partir de boletins do Banco Central do Brasil in: Campos (2009).

Assim, podemos constatar que a estrutura financeira criada pelo Estado brasileiro para solucionar os problemas referentes ao financiamento da política econômica brasileira nos períodos estudados (1956-1961; 1974-1979) serviu para ampliar internamente o raio de manobra do capital internacional. Como consequência, ocorreu um aprofundamento da nossa dependência externa via aumento do estoque de IDE e do endividamento externo (em 1979, US\$ 13,7 bilhões e US\$ 55,8 bilhões, respectivamente – Tabela 1 e Gráfico 3), tal como evidenciaram os dados apresentados.

2.2. Tecnologia

Ainda no que se refere às debilidades estruturais encontradas pelo Estado brasileiro no Plano de Metas e o II PND, havia a incapacidade de desenvolver uma autonomia tecnológica que possibilitasse instalar no país indústrias cuja produção pudesse ser utilizada na realização das metas localizadas nos setores mais estratégicos, como insumos básicos e bens de capital (LESSA, 1977; 1983). Na realidade, a construção dessa infraestrutura dependia da instalação da indústria de máquinas e equipamentos, o que,

num primeiro momento, atrairia novos investimentos privados para o país e, em seguida, viabilizaria a articulação desses dois setores com os demais.

Durante o Plano de Metas, o Estado brasileiro enfrentou essa restrição interna utilizando-se de um instrumento regulatório que favorecia a entrada de capitais internacionais, por meio da importação direta de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial: a Instrução nº 113 da SUMOC (1955). Sendo o proprietário dos bens de produção, o investidor externo “transferia-os para o país receptor sem receber em troca qualquer pagamento ou promessa de pagamento em divisas; em vez disso, tornava-se titular de uma cota proporcional do capital da empresa a cujo ativo os bens de produção são incorporados” (GRAEFF, 1981, p. 166). Além disso, o capital internacional pôde, da mesma forma, internalizar máquinas e equipamentos já obsoletos em seus países de origem, superfaturando-os e amortizando os seus custos fixos, de modo a lucrar com toda a operação (CAMPOS, 2009). Tendo em vista essas benesses criadas pelo Estado, grandes multinacionais poderiam implantar estruturas produtivas no Brasil prescindindo de coberturas cambiais, ou seja, sem ter nenhum custo com isso.

Se, por um lado, isso possibilitava o desenvolvimento do parque produtivo brasileiro, que, mesmo utilizando-se de maquinarias um tanto arcaicas e antiquadas, passou a contar, naquele quinquênio, com indústrias de diferentes ramos, por outro, novas importações – sobretudo as de bens intermediários e de petróleo – acrescentaram o volume de déficits nas transações correntes do balanço de pagamentos¹². Na etapa final do plano, quando os investimentos externos já apresentavam sinais de esgotamento, a economia brasileira pagou U\$ 1.293 bilhões em importações (IPEADATA, 2021).

De 1964 em diante não houve, por parte do Estado brasileiro, o desejo de criar meios que tentassem desenvolver essa capacidade tecnológica autônoma. Durante o PAEG, por exemplo, o Estado prezou novamente pela

¹² De qualquer forma, “enquanto a taxa de câmbio e a política comercial eram usadas como um instrumento bem sucedido para estimular a industrialização interna, elas não podiam, inevitavelmente, manter o equilíbrio externo” (FISHLOW, 1972, p. 45).

abertura da economia brasileira ao capital internacional, o que, do ponto de vista tecnológico, significou a continuidade no processo de substituição das importações por meio das sucessivas importações de bens de capital e da entrada de IDE e empréstimos externos, ambos favorecidos pelas reformas institucionais realizadas pelo Estado ditatorial.

Com a elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) no governo do General Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e de outros planos posteriores, tais como o Plano de Metas, o Bases para Ação do Governo (MBAG, 1970-1974) e o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972-1974), a questão tecnológica voltou a adquirir um importante papel na política econômica brasileira. Isso, porém, deveu-se ao fato de que o Estado reconheceu a necessidade de se colocar como principal incentivador e financiador da política tecnológica, mesmo sabendo que o controle da pesquisa e desenvolvimento (P&D) recairia sobre o setor privado, que era o principal beneficiário dos investimentos estatais (TIRONI, 1979).

No II PND, essa centralidade do Estado a serviço do setor privado torna-se ainda mais evidente quando observamos a questão tecnológica. Isso porque, diante da promessa de suprir o hiato tecnológico que impedia o desenvolvimento industrial, o Estado criou organismos estatais que estimulavam a realização de novas importações, bem como a transferência internacional de tecnologia, tanto de produto quanto de processo, como o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI, criado em 1970) e o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Em substituição ao antigo Departamento da Propriedade Industrial (DPI), o INPI tinha que, entre suas principais atribuições, “executar a legislação que regulava a propriedade industrial (marcas e patentes), impulsionar a transferência de tecnologia, além de fiscalizar tratados, acordos e convênios sobre propriedade Industrial” (CAMPOS, 2009, p. 164). Já o CDI incentivava as importações de máquinas e equipamentos no Brasil de acordo com as constantes encomendas realizadas pelas empresas multinacionais (MARTINS, 1985).

Em seguida, sob a ação direta das empresas estatais e do apoio do sistema de financiamento BNDE, o Estado implementou, com as chamadas *joint ventures*¹³, um modelo tripartite nos setores de bens de capital e de insumos básicos. Nesse modelo, a filial da empresa multinacional instalada aqui “se associava a uma empresa privada brasileira com capital social superior ao seu, mas fazendo uso da própria debilidade tecnológica do sócio interno, para remeter *royalties* por marcas ou patentes pertencentes à sua matriz” (CAMPOS, 2009, p. 165). Essa estratégia utilizada para promover a transferência de tecnologia e os encadeamentos com a indústria local, especialmente de bens de capital, serviu para intensificar nossa dependência tecnológica, pois a lógica de funcionamento desse setor permanecia definida externamente, isto é, pelas matrizes dessas empresas – as multinacionais. Assim, os benefícios e facilidades oferecidos pelas políticas nacionais dos países hospedeiros foram instrumentalizados em favor da estratégia de acumulação das grandes corporações (MORAES, 2018).

Somado a esse problema interno, cresceram as remessas de lucro enviadas ao exterior a título de pagamentos por transferência de tecnologia, supervalorização de importações, subfaturamento de exportações, além de outras práticas realizadas pelas empresas e organismos estatais que beneficiavam o oligopólio internacional, de modo a reforçar o seu nível de acumulação (RODRIGUES, 2017). Isso “ampliava os resultados financeiros da matriz, ao mesmo tempo em que colaborava para acentuar as dificuldades externas do país hospedeiro, no caso, a economia brasileira”, o que colaborou para o abandono dos muitos projetos do II PND (MORAES, 2018, p. 166).

Ao tentar implantar na economia brasileira o departamento de bens de produção utilizando-se de tecnologias importadas, e, sobretudo, de um *know-how* externo, como ocorreu nesses dois planos, o Estado brasileiro não rompeu com a dependência tecnológica. Embora tenha sido transferida

¹³ As *joint ventures* contribuíram para acelerar a transferência de tecnologias, uma vez que possuíam “acesso ao arsenal de recursos técnicos e administrativos da firma internacional, incluindo eventualmente os departamentos de pesquisa e laboratórios da matriz da firma internacional, aos canais de suprimento de equipamentos” (ZONINSON; TEIXEIRA, 1983, p. 5).

mais tecnologia no II PND do que no Plano de Metas, sua difusão, por meio do *know-how*, foi estrategicamente restringida pelas empresas estrangeiras, impedindo a internalização plena, sendo exceção apenas a aviação (EMBRAER) e alguns ramos de bens de capital (CAMPOS, 2009). Os organismos recém-criados e as demais estratégias serviram para manter o desenvolvimento de novas tecnologias dominado pelos grupos internacionais, os quais detinham total controle sobre as tecnologias necessárias para a industrialização.

2.3. Centralização e controle das decisões

Por fim, o Estado precisou desenvolver no seu quadro institucional uma burocracia, cujas atribuições lhe possibilitassem exercer a sua capacidade autônoma no planejamento da industrialização, de forma a impor ao processo de execução das metas setoriais uma lógica eminentemente centralizada, isto é, controlada pelos interesses estatais. Para tanto, estabeleceu em cada um desses planos, como forma de orientar os campos de atuação de cada indústria, um tripé de desenvolvimento composto pelo Estado, o capital internacional, e o capital privado nacional (LESSA, 1977; 1983). Essa articulação representaria uma divisão interna de tarefas, que pretendia fortalecer a “pata fraca” do tripé (capital privado nacional), por meio da atuação das estatais, o que direcionaria a industrialização pesada de forma eficaz (REICHTSTUL; COUTINHO, 1998; SERRA, 1998). Entretanto, se observarmos em termos de estrutura de poder na economia, veremos que a “ação do Estado brasileiro por meio dos organismos e empresas do governo [foi] muito mais no sentido de oferecer suporte às outras bases do tripé econômico do que de determiná-las” (SUZIGAN, 1976, p. 107).

No período do Plano de Metas, por exemplo, ainda que o Estado tenha criado um aparato burocrático – administração paralela (Conselho de Desenvolvimento (CD), Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), BNDE, Grupos de Trabalho, Conselho de Política Aduaneira (CPA) – para atuar na coordenação e controle do processo decisório do plano, sua

realização não foi controlada por esses organismos nem pelas estatais. Foram os Grupos Executivos, formados por administradores estatais e, sobretudo, por industriais do setor privado, os responsáveis por dimensionar a execução das metas contidas nos setores mais estratégicos do Plano, de forma a priorizar os interesses das empresas multinacionais, que eram as mais dinâmicas economicamente, no fórum de negociações, e não os estatais, como estabelecia o tripé desenvolvimentista (CAMPOS, 2009; FRANCA, 2018).

As filiais estrangeiras adquiriram autonomia para descentralizar o processo de execução das metas setoriais, conforme a sua própria lógica definida a partir das matrizes, isto é, a estratégia de valorização do capital internacional. Assim aconteceu com a indústria automobilística, de construção naval, de equipamentos elétricos e de mecânica pesada, cuja construção e ampliação estiveram subordinadas aos ditames das empresas estrangeiras, as quais tinham seus interesses representados pelos Grupos Executivos GEIA, GEICON e GEIMAPE, respectivamente (CAMPOS, 2009).

Com o II PND não foi diferente, contudo, o protagonismo da empresa estrangeira foi garantido de outra forma. O tripé de desenvolvimento, que seria responsável por direcionar a execução dos projetos no setor de insumos básicos e de bens de capital, dando à empresa estatal uma centralidade, encontrou um novo aporte no tipo de associação, que se instaurou, a partir da década de 1970, por meio das *joint ventures*. Elas expressavam o resultado de uma “transformação de longo prazo da relação das empresas internacionais com os países mais atrasados, como o Brasil”, que culminou com a sua formação e expansão (ZONINSON; TEIXEIRA, 1983, p. 15).

Nesse tipo de associação tripartite, o capital das empresas estrangeiras, mesmo sendo minoritário patrimonialmente, recebia do Estado uma preponderância estratégica para definir os projetos, que deveriam ser realizados, prioritariamente, de acordo com os interesses do setor privado, como ocorreu com aqueles do setor de insumos básicos (EVANS, 1980). Essas benesses permitiram que multinacionais ampliassem os seus investimentos

no país, de modo a instalar novas *joint ventures* aqui em diferentes setores¹⁴. Conforme esses projetos eram concluídos, maior era o grau de mobilidade e autonomia que essas empresas adquiriam no país nas diferentes etapas do processo decisório, a ponto de controlarem determinados setores-chave para o desenvolvimento. Como consequência disso, a utilização de estratégias ilícitas, tais como remessas de lucros ocultadas via empréstimos forjados ou a supervalorização de importações, que ampliavam os resultados financeiros da matriz, tornaram-se constantes, aumentando a lucratividade destas em detrimento do país hospedeiro (MORAES, 2018).

Isso revela que, ao invés de fortalecer a parte mais fraca do tripé (capital privado nacional), como propunha o II PND, a instalação de *joint ventures* fez o contrário, visto que contribuiu para deixá-lo ainda mais debilitado e incapaz de se reestabelecer. Mesmo com o aumento da participação das empresas estatais no processo de industrialização, não houve uma maior autonomia por parte do Estado no processo de tomada de decisões no período concernente aos dois planos em questão (RODRIGUES, 2017). Ao incentivar a formação dos Grupos Executivos no Plano de Metas e das *joint ventures* no II PND, ele reafirmou a sua aliança estratégica com o capital internacional, que, ao favorecer sua ocupação no mercado interno, retirava do horizonte da política econômica brasileira qualquer possibilidade daquele tripé funcionar de forma harmônica e benéfica para o desenvolvimento nacional. Em síntese, o quadro institucional criado pelo Estado funcionou como um suporte instrumental ao capital privado (FRANCA, 2018). Longe de estabelecer um sistema centralizado de decisões, no qual o Estado pudesse impor uma lógica própria à concepção e à execução das políticas setoriais, o capital internacional se aproveitou desse planejamento local para aprimorar sua “arte de conquista” (CAMPOS, 2009).

¹⁴ Nessa fase passou a atuar, nos setores de infraestrutura e de insumos básicos, uma série de filiais de grandes empresas multinacionais de origem japonesa, norte-americana e alemã etc., tais como *Agip, Allied Chemical Corporation, BP, Cities Service Company, Shell, Société National Elfaquitaine, Standard Oil, Union Nippon Steel Co, Kawasaki, Light Metal Association, Mitsui Aluminium, Showa, Nippon Light Metal, Mitsubishi, Sumitomo, Nisho-Iwai, U.S. Steel*.

3. Dilemas da formação econômica do Brasil

Diante dessas considerações, faz-se necessário compreendermos como o planejamento econômico brasileiro articulou-se com os dilemas históricos da formação econômica do país, de forma a reafirmá-los no decorrer desse período. Nesta segunda parte deste trabalho, a nossa interpretação sobre o papel do Estado brasileiro no processo de industrialização, à luz do planejamento econômico, contrapõe-se à de autores como Lessa (1977; 1983; 1998), Castro e Souza (1985), Veloso (1978), Lafer (2003), Serra (1998), Benevides (1976) e Ianni (1977). Tais obras, com pequenas variações no sentido geral, defenderam que houve, com o Plano de Metas e o II PND, um alargamento das funções estatais nesses momentos, representando uma mudança qualitativa, uma vez que o Estado teria tornado-se o articulador estratégico do tripé de desenvolvimento, ou seja, o protagonista das transformações sucedidas na estrutura econômica do país.

Baseada em autores como Caio Prado Jr., Celso Furtado e Florestan Fernandes, que reafirmaram a herança do passado no processo de industrialização pesada e de planejamento, nossa reflexão ruma-se em sentido contrário às que defenderam a possibilidade de o Estado brasileiro apresentar um nível de autonomia na suposta negociação com o capital internacional. Por terem uma abrangência investigativa maior no espectro dos problemas que remontam ao período colonial e alcançam a industrialização, estes autores nos permitem redefinir a análise desses planos numa perspectiva mais crítica, menos setorial e de longa duração (CAMPOS, 2018).

3.1. Imperialismo e transformações no padrão mundial de acumulação

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, emergiu uma nova ordem político-econômica do capitalismo, tendo os Estados Unidos como a maior potência militar, política, econômica, tecnológica e ideológica do mundo. Por conta dessa situação vantajosa, a economia estadunidense passou a liderar a reconstrução do sistema capitalista graças ao processo de exportação de seus IDEs, realizado por meio das filiais de diversos segmentos que,

após romperem as fronteiras nacionais, instalaram-se em outras regiões em busca de lucratividade (BANDEIRA, 2011). Florestan Fernandes (2005) definiu esse período como “imperialismo total”, resultante da fase de irrupção do capitalismo monopolista, em que a grande empresa estadunidense, também chamada de “grande corporação”, reorganizou o mercado e o sistema de produção vigente de forma a instituir um novo padrão mundial de acumulação.

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (FERNANDES, 1975, p. 18).

Nessa fase, os países que conseguissem desenvolver um mercado interno compatível com os requisitos mínimos e necessários para atrair as grandes corporações estrangeiras, poderiam impulsionar a industrialização pesada, ainda que de forma dependente (SAMPAIO JR., 1999). Por ser um dos poucos territórios existentes para a expansão do capitalismo nessa fase, o controle dos países periféricos passou a ser essencial para a sobrevivência do sistema, pois neles “se achava o último espaço disponível para a expansão do capitalismo” (FERNANDES, 2005, p. 253). Adicionalmente, as dimensões do mercado interno desses países ofereciam as exigências básicas para que as empresas estrangeiras pudessem colocar em prática as suas táticas de acumulação sem romper com as condições estruturais – *indirect rule* – que mantinham a vinculação das burguesias periféricas ao imperialismo (controle externo, aprofundando a dependência externa) e aos anacronismos da sociedade colonial (controle interno, intensificando a segregação social), ou seja, a “dupla articulação”¹⁵.

¹⁵ A dupla articulação – dependência externa e subdesenvolvimento – é definida por Fernandes (2005) como a representação de uma aliança estratégica do capital internacional com as burguesias dependentes. Desse modo, a sua eternização seria a estratégia utilizada pelas classes dominantes para dimensionarem o desenvolvimento capitalista a partir da conciliação de seus interesses egoísticos com os fins econômicos e extra econômicos da dominação imperialista como um todo.

Assim, a economia brasileira se tornou um dos destinos preferidos para essas empresas, atraídas não só pelas condições internas que garantiriam a rentabilidade de seus investimentos, mas, sobretudo, pela existência de burguesias nativas que viam nesta associação oportunidades de ganhos (FERNANDES, 1975). Para Prado Jr. (2006, p. 314), outro elemento que contribuiu para garantir a expansão dessas empresas foi a Instrução 113 da SUMOC, a qual dava aos investidores estrangeiros o direito de trazerem seus equipamentos sem nenhuma despesa cambial (PRADO JR., 2006, p. 314).

Daí em diante, a evolução da economia brasileira seria fruto dessa integração dependente e subordinada dos seus mercados aos países centrais, os quais, sob a tutela dos Estados Unidos, passariam a controlá-los a partir de dentro. Nessa situação, ainda que a industrialização pesada viesse a acontecer, de fato, ela “traria consigo uma forma de articulação econômica às nações capitalistas hegemônicas e ao mercado capitalista mundial que jamais poderá ser destruída, mantidas as atuais condições, dentro e através do capitalismo” (FERNANDES, 2005, p. 320).

O Plano de Metas representou a materialização dos anseios do “imperialismo total” desde a fase de elaboração, quando missões estadunidenses aportaram no espaço econômico brasileiro para realizar estudos estratégicos e, sobretudo, na sua execução (FRANCA, 2018). Nessa fase, as grandes corporações internacionais, após estabelecerem uma conexão com as burguesias brasileiras e com o poder estatal, assumiram o controle da exploração e da comercialização internacional da produção industrial, de matérias-primas etc., dando início ao processo de internacionalização produtiva (CAMPOS, 2009). Essas empresas que controlaram a execução do Plano de Metas contribuíam para dar maior vitalidade ao capitalismo dependente brasileiro, visto que os setores que mais se desenvolveram eram os de atividades produtoras de bens direta ou indiretamente ligados ao consumo de restritos setores de maior poder aquisitivo, como o de automóveis e o de aparelhos eletrodomésticos, bem como edificações urbanas de luxo (PRADO JR., 2006).

Presenciamos, então, um total encapsulamento da economia brasileira na órbita de domínio e valorização do capital internacional, passando a produzir bens intermediários e de consumo duráveis para atender uma classe em específico: a pequena, a média e a grande burguesia. Ademais, cresceu a exploração da força de trabalho pelo capital, que seria considerada a consequência mais direta e imediata da inflação e dos demais problemas que sobrevieram posteriormente, principalmente a partir da segunda metade da década de 1960 (PRADO JR., 2004). Isso gerava “desigualdades sociais que se [traduziam] num fosso cada vez mais profundo entre uma minoria privilegiada e uma considerável massa rural e urbana” (FURTADO, 1981, p. 58).

Com o Golpe de 1964, a conjuntura histórica da economia brasileira foi redefinida pelas novas vicissitudes criadas pelo Estado ditatorial para atender às demandas desse padrão mundial de acumulação, centrado na primazia da dominância financeira. Isto é, após se apropriarem do Estado brasileiro e definirem-no à sua semelhança, as burguesias brasileiras puderam capitanear as transformações internas da estrutura produtiva em benefício próprio e de seus aliados: as burguesias das sociedades capitalistas avançadas – o que conduziu a sociedade para uma dominação cada vez mais autoritária (SAMPAIO JR., 1999). Daí em diante, elas adquiriram condições para estabelecer uma associação mais íntima com o sistema financeiro internacional, bem como para transformar o Estado em instrumento exclusivo do seu poder, isto é, principal representante dos seus interesses (FERNANDES, 2005).

Foi nesse ínterim que começou a ocorrer, no centro do sistema capitalista, um processo de reestruturação das empresas estrangeiras que alteraria a própria dimensão produtiva dos seus investimentos no Brasil (CAMPOS, 2009). Estas empresas tiveram que transitar de sua dominância produtiva, como identificamos no Plano de Metas, para uma dimensão financeirizada, de modo a impor “uma profunda mudança no padrão mundial de acumulação identificada pelo aumento da internacionalização financeira e pela mutação de processos gerenciais, técnicos e produtivos” (CAMPOS; RODRIGUES, 2014, p. 83). Para Furtado (1992), as raízes dessa nova etapa de integração dos mercados se denominam “transnacionalização do capitalismo”.

A partir dessa lógica, amadurecida no final dos anos 1960, “as relações externas, comerciais ou financeiras, [foram] vistas, de preferência, como operações internas da empresa transnacional” (FURTADO, 1992, p. 32), e não do Estado. Nessas circunstâncias, acabaram as possibilidades de existir espaços nacionais de acumulação controlados internamente pelo Estado por meio do planejamento, uma vez que as decisões locais passaram a ser determinadas pela racionalidade da acumulação das empresas transnacionais, que, nessa fase, já estavam conectadas à grande oferta de liquidez dos mercados *offshore*, isto é, à dimensão financeira¹⁶.

Para a economia brasileira, a emergência desse novo padrão mundial de acumulação na ordenação das atividades econômicas significou, em última instância, a desestruturação do sistema produtivo nacional por meio da armadilha do endividamento externo, como pôde ser corroborado no II PND (PEREIRA, 1974; FURTADO, 1983; CRUZ, 1984; CAMPOS; RODRIGUES, 2014). Durante a sua execução, as empresas transnacionais, mesmo sendo sócias minoritárias nos empreendimentos conjuntos – *joint ventures* – criados, controlaram a realização dos projetos mais estratégicos por meio de empréstimos externos e importações, deixando os passivos desse processo de industrialização dependente para o Estado brasileiro (FRANCA, 2018).

Na etapa final do II PND, o Estado assumiu a maior parte do endividamento externo contraído pelas empresas privadas, o que resultou numa crise fiscal e financeira do Estado e das estatais (RODRIGUES, 2017). Assim, a política econômica evitou a transferência do ônus do ajustamento para o setor privado. “O Estado o assumiu, avançando na estatização da dívida externa pelas estatais e pelo Banco Central” (PRADO, 1994, p. 99). Dessa forma, os desequilíbrios estruturais continuaram a aprofundar-se, numa época em que se degradava o controle nacional (FURTADO, 1983), negando-se o planejamento econômico enquanto instrumento de desenvolvimento.

¹⁶ Posto que essas empresas têm acesso ao mercado financeiro internacional e decidem a localização de seus investimentos – decisões muitas vezes tomadas a partir de *holdings* localizadas em países de conveniência –, a possibilidade que tem um governo de atuar sobre elas é necessariamente limitada” (FURTADO, 1983, p. 121).

Para Sampaio Jr. (1999), essas transformações mostram como o avanço da transnacionalização solapou as bases dos centros internos de decisões e a coerência interna do sistema econômico brasileiro em construção, ameaçando a própria unidade do Brasil como Estado nacional. Em virtude disso, “a possibilidade de desenvolvimento nacional no Brasil entrou em crise, uma vez que os meios (racionalidade instrumental) se sobrepuseram aos fins (racionalidade substantiva)” (RODRIGUES, 2017, p. 89).

De um modo geral, esses dois padrões mundiais de acumulação – internacionalização produtiva e financeira – imprimiram à economia brasileira, com apoio do Estado, um tipo de desenvolvimento capitalista orientado pelos interesses do capital internacional em detrimento dos interesses públicos. Ainda que o processo de industrialização tenha avançado, tal evolução estava submetida à órbita de valorização desse capital em escala mundial, que, para assegurar a sua lucratividade, limitou o planejamento da industrialização, tanto no Plano de Metas, quanto no II PND.

3.2. Capitalismo dependente e Estado brasileiro

No capitalismo dependente brasileiro, o Estado, desde o terceiro quartel do último século, vem atuando de modo a criar, a qualquer custo, as condições necessárias para um determinado tipo de desenvolvimento que busca atender as demandas do “imperialismo total”, sem romper com os dilemas históricos da sua formação, como ocorreu durante o Plano de Metas e, posteriormente, o II PND (RODRIGUES, 2017)¹⁷. As funções assumidas pelo Estado e pelas suas empresas nessas fases tinham o intuito de subsidiar a acumulação privada, ajustando os interesses oligopolistas internacionais à extensa gama de negócios das burguesias brasileiras¹⁸.

¹⁷ Sampaio Jr. (1999, p. 105, grifos do autor) definiu esse termo da seguinte forma: “o capitalismo dependente é, portanto, um capitalismo *sui generis* que se caracteriza pela reprodução de uma série de nexos econômicos e políticos que bloqueiam a capacidade de as economias controlarem seu tempo histórico”.

¹⁸ “Florestan Fernandes denominou esse processo de politização do espaço econômico nacional, em que a internacionalização é absorvida a partir de uma plataforma política preexistente, com certo nível de negociação ao ritmo da modernização a ser internalizada e pautada localmente por reformas estatais” (CAMPOS, 2009, p. 13).

No primeiro momento, as grandes corporações só contaram com o espaço econômico que elas próprias conseguiam abrir, numa economia capitalista dependente, mas em fase de transição industrial relativamente madura [...]. No segundo momento, que se situa depois da consolidação dos governos militares no poder, elas puderam contar com uma política econômica que unificava a ação governamental e a vontade empresarial. Então, começa a configurar-se o espaço econômico típico de que elas necessitam para crescer (FERNANDES, 2005, p. 301).

Com a ampliação do controle do Estado pelas burguesias brasileiras, em 1964, ocorreu uma reformulação de suas funções, de forma que o desenvolvimento capitalista brasileiro passou a ser pautado num “modelo autocrático-burguês”¹⁹, que, além de proteger institucionalmente as classes dominantes, garantia segurança ao imperialismo (CAMPOS, 2016a). Desse modo, o Estado brasileiro se transformou naquilo que Fernandes (2005) chamou de “espinha dorsal” da adaptação do espaço econômico e político nacional aos requisitos estruturais e dinâmicos do capitalismo monopolista, servindo, assim, para defender os interesses das burguesias brasileira e internacional.

O Estado transforma-se em instrumento de defesa e de suporte incondicional da iniciativa privada. Cabendo-lhe não apenas compensar as debilidades que comprometessem a capacidade de a iniciativa privada incorporar as transformações econômicas difundidas do centro, mas também arbitrar os ajustes internos necessários para viabilizar a convivência entre o “moderno” e o “atrasado” (SAMPAIO JR., 1999, p. 151).

Isso representou a formação de um “Estado disposto a barganhar para favorecer seus anseios, promover políticas de planejamento econômico com o falso argumento de auxiliar a população como um todo, ou de levar o país a um capitalismo com certa autonomia” (RODRIGUES, 2017, p. 39). Ou seja, tem-se um Estado autocrático burguês, munido de estruturas e funções

¹⁹ Essas burguesias fizeram desse Estado um “veículo por excelência do poder burguês que se instrumentalizava através da maquinaria estatal até em matérias que não [eram] nem administrativas nem políticas” (FERNANDES, 2005, p. 312).

estritamente capitalistas, cuja organização e funcionamento lhe permitem enfrentar as forças que venham a inviabilizar a existência do “consenso burguês” no capitalismo dependente brasileiro (FERNANDES, 2005).

Distante de constituírem um instrumento de política econômica à disposição do governo no sentido de promover um capitalismo autodeterminado, as empresas estatais colaboraram para que a dependência externa e o desenvolvimento desigual interno fossem intensificados. Destarte, a possibilidade de o Estado brasileiro coordenar a ação dos agentes internos, de forma a dar uma coerência ao processo de industrialização pesada no Brasil, mediante o planejamento da economia, deixou de existir, como pôde ser confirmado na etapa final do II PND (FURTADO, 1983).

3.3. Capital internacional e planejamento econômico brasileiro

O fim da Segunda Guerra Mundial delimitou o início de uma nova era no capitalismo dependente brasileiro. A implantação e a consolidação do novo padrão mundial de acumulação, fundamentado na relação do planejamento com a expansão da grande empresa estadunidense, encontraram nas funções assumidas pelo Estado brasileiro o aporte necessário para que o capital internacional criasse seu próprio espaço de desenvolvimento e acumulação sem romper com os nexos que garantiam a permanência da dupla articulação (FERNANDES, 2005).

Em outras palavras, foi somente a partir desse período que “a internacionalização do capital se tornou um marco estratégico central na construção da nova ordem internacional assentada sob o poder estadunidense” (PEREIRA, 2018, p. 165). Desse modo, o Estado brasileiro passou a oferecer às empresas privadas, principalmente às estrangeiras, por meio do planejamento econômico, uma infraestrutura viável, recursos financeiros, subsídios, dentre outras vantagens internas que favoreciam a internacionalização do capital (RODRIGUES, 2017).

Por meio do planejamento econômico, o Estado, no Plano de Metas, pôde estabelecer os termos da dupla articulação entre o capital internacional e

os setores privados internos. Desde a sua concepção teórica até a execução, o Estado se empenhou em ampliar a base produtiva do sistema industrial, utilizando-se de diretrizes que prezavam por atrair, do exterior, capitais, máquinas, equipamentos, técnicas e, sobretudo, empresas estrangeiras para promover o desenvolvimento de setores, como o de bens de consumo duráveis, que atendiam as demandas de um mercado interno consumidor elitizado, isto é, formado por aqueles que detinham maior poder aquisitivo, as burguesias brasileiras.

Desse modo, embora tenha ocorrido o crescimento econômico desses setores, a “dependência externa se acentuou e o desenvolvimento desigual interno não foi eliminado. Pelo contrário, a dupla articulação, conceituada por Florestan Fernandes, se fortalecia” (RODRIGUES, 2017, p. 81). Como consequência, o ritmo da vida econômica e social brasileira passou a reproduzir não apenas o espírito e os padrões de vida, mas as técnicas de países desenvolvidos, alimentando internamente a ilusão de que o desenvolvimento econômico e o progresso adviriam no futuro (PRADO JR., 2006).

Com o Golpe de 1964 ocorreu a tomada por completo do Estado brasileiro por parte dessas burguesias brasileiras (RODRIGUES, 2017). O planejamento econômico se tornou um instrumento de reafirmação do poder burguês à medida que passou a associar as reivindicações dessa classe em torno daqueles interesses capitalistas internos e externos, aprofundando a dupla articulação. Assim, “tornou-se inviável recorrer ao planejamento como instrumento para compensar a impotência da burguesia dependente e corrigir as irracionalidades do subdesenvolvimento” (SAMPAIO JR., 1999, p. 176).

No II PND, essa instrumentalização do planejamento econômico em favor de uma maior internacionalização ficou mais evidente, visto que o Estado brasileiro teve que garantir à empresa estrangeira acesso privilegiado e rentabilidade nos empreendimentos conjuntos – joint ventures – formados aqui. Nessa fase, as empresas privadas brasileiras funcionaram como sócias locais, sendo utilizadas na captação de recursos financeiros e gerenciais, máquinas e equipamentos externos, cujo pagamento por isso recaía sobre

o Estado brasileiro (CAMPOS, 2009; RODRIGUES, 2017). Essa obrigação assumida por ele serviu, num primeiro momento, para dirimir riscos dos IDEs ingressados aqui, e principalmente, para manter as burguesias brasileiras na sua posição privilegiada. Posteriormente, quando o II PND dava sinais de esgotamento e o Estado não podia mais garantir ao setor privado as benesses de sua intervenção, o grupo interno que mais se beneficiava desse processo – burguesia brasileira – impediu a continuidade desse projeto de desenvolvimento através de uma campanha contra a estatização. Isso paralisou o Estado, impedindo-o de avançar em qualquer que fosse a direção (MORAES, 2018). Estava decretada, assim, a crise do Estado brasileiro e, com ela, a crise do planejamento oriunda da sua total perda de governabilidade. Nessas circunstâncias, os mecanismos de comando e controle do sistema econômico nacional, que já eram incompletos, foram sendo atrofiados, em detrimento da permanência da lógica transnacional “voltada para a planetarização dos circuitos de decisões” (FURTADO, 1992, p. 24).

4. Conclusão

No período que se inicia o Governo JK e se encerra com o de Geisel (1956-1979), o Estado brasileiro colocou-se no papel, ao mesmo tempo, de agente interno propulsor do desenvolvimento capitalista e da perpetuação do capitalismo dependente. Para tanto, criou, no decorrer do processo de industrialização, um quadro institucional cujas partes mantinham o planejamento econômico brasileiro subordinado ao capital internacional. Tanto no Plano de Metas quanto no II PND, a atuação do Estado no sentido de mobilizar recursos financeiros e garantir o acesso às tecnologias, para gerir as bases do sistema produtivo no Brasil, tinha o intuito de atender os anseios da iniciativa privada.

Com apoio do Estado e das empresas privadas brasileiras, as empresas estrangeiras ingressaram no espaço econômico brasileiro contribuindo para o desenvolvimento de determinados setores estratégicos, cuja produção atendia a demanda de uma classe específica; da mesma forma, isso ampliou

o poder de influência do imperialismo nas decisões do país. Portanto, o planejamento econômico brasileiro foi incapaz de consolidar, na economia brasileira, uma autonomia relativa, que pudesse gerir uma estrutura produtiva independente e homogênea, de forma a promover o desenvolvimento nacional. Em outras palavras, a forma como o Estado brasileiro desenvolveu o planejamento nessas duas fases fortaleceu o poder das burguesias brasileiras e internacionais em detrimento dos interesses da nação.

Referências

- BACEN. *Boletins do Banco Central*. Brasília-DF: boletins mensais, 1972.
- BANDEIRA, M. *Cartéis e desnacionalização (a experiência brasileira: 1964-1974)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BASTOS, C. P.; COSTA, P.V. “O Período JK e o Plano de Metas” in: ARAÚJO, V. L.; MATTOS, F.A. M. (orgs.) *A Economia brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações*. São Paulo: Hucitec, 2021.
- BENEVIDES, M.V.M. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e político (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BRASIL. Presidência da República. Conselho do Desenvolvimento. *Programa de Metas*. Rio de Janeiro, 1958.
- _____. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)*. Brasília, setembro de 1974.
- CAMPOS, F.A. *Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo Governo Vargas e o Governo Castelo Branco (1951-1966)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- _____. *A Arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-2002)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- _____. “Imperialismo e colapso da formação econômica brasileira” in: MAZIN, A. D.; NOVAES, H.; PIERES, J. H.; LOPES, J. A. (orgs.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões, v. 2, 2016a.
- _____. “Complexo multinacional e ‘Lei de Remessas de Lucro’ (1956-1973)”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 45, pp. 10-35, 2016b.
- _____. “Da Aurora da revolução brasileira às trevas da contrarrevolução” in: CAMPOS, F. (org.). *Introdução à formação econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial*. Marília: Editora Lutas Anticapital, 2018.
- _____. *Introdução à formação econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial*. 2a. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2020.
- _____. “Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira” in: CAMPOS, F. A. et al. *Imperialismo, subdesenvolvimento e território: dimensões teóricas, históricas e empíricas*. Campinas: IE-Unicamp, 2021.
- CAMPOS, F. A.; RODRIGUES, F. H. L. “Transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a experiência brasileira (1956-1982)”, *História Econômica & História das Empresas*, v. 17, n. 2, 2014.
- CAMPOS, F.A.; MACEDO, F. C.; VIEIRA, C.A. C; MARIUTTI, E. B; MIRANDA, H. N.; FIX, M. *Imperialismo, subdesenvolvimento e território: dimensões teóricas, históricas e empíricas*. Campinas: IE-Unicamp, 2021.
- CARDOSO, F. H. *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- CARNEIRO, D. D. “Crise e esperança: 1974-1980” in: ABREU, M. P. (org.) *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARVALHO, A. O. S. *As raízes da mundialização financeira no Brasil: um estudo das interpretações de Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares a partir da política econômica da ditadura civil-militar (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

CASTRO, A. B; SOUZA, F. E. P. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

CASTRO M. H. S. *Rômulo Almeida e a problemática do planejamento: o planejamento econômico na Bahia (1955-1961)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CAVALCANTI, C. B. *Transferência de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna*. Rio de Janeiro: BNDES, 1998.

CHESNAIS, F. “A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”, *Economia e Sociedade*, v. 5, pp. 1-30, dez. 1995.

_____. (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. *Finance Capital Today*. Leiden, Boston: Brill, 2016.

CONJUNTURA ECONÔMICA, FGV-RJ, v. 28, n. 2, fev. 1964.

_____. FGV-RJ, v. 26, n. 11, nov. 1972.

CRUZ, P. D. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

EVANS, P. *A Trílice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Global, 2005.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, L. S. “A política econômica do Governo Geisel: do II PND ao endividamento externo” in: ARAÚJO, V. L.; MATTOS, F. A. M. (orgs.). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações*. São Paulo: Hucitec, 2021.

FERREIRA, P. et alii. *Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FISHLOW, A. “A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/1984”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 16, n. 3, 1986.

_____. “As Origens e consequências da substituição de importações no Brasil”, *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 2, n. 6, dez. 1972.

FRANCA, A. G. *Capitalismo dependente e limites do planejamento econômico no Brasil: revisitando o Plano de Metas (1956-1961) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975- 1979)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Prefácio à nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

GENNARI, A. M. *Réquiem ao capitalismo nacional: lei de remessas de lucros no Governo Goulart*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.

GOMES, A. M. C. (org.) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1991.

GRAEFF, E. P. *Política de investimentos estrangeiros no pós-guerra: a Instrução nº 113 e as origens do “modelo associado”*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

GUIMARÃES, E. A.; MALAN, P. S.; ARAÚJO JR., J. T. “Changing international investment strategies: the ‘new forms’ of foreign investment in Brazil”, *Texto para Discussão do IPEA nº 45*, 1982.

HADLER, J. P. *Dependência e a superexploração: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente*. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

HERMANN, J. “Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984)” in: GIAMBIAGI, F. et alii. *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-70)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IPEADATA. *Ipeadata macroeconômico*. Brasília-DF: IPEA, 2021. Disponível em: [https:// http://www.ipeadata.gov.br](https://http://www.ipeadata.gov.br). Acesso em: 06/05/2021.

LACERDA et alii. *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2003.

LAFER, C. “O planejamento no Brasil – Observações sobre o Plano de Metas” in: MINDLIN, B. (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LESSA, C. “Visão crítica do II PND”, *Tibiriçá*, ano II, n. 6, jan./mar. 1977.

_____. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *A estratégia de desenvolvimento, 1974/76: sonho e fracasso*. Campinas: IE-Unicamp, 1998.

LESSA, C.; DAIN, S. “Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento” in: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, v. I. Campinas: Unicamp-IE, 1998.

MARTINS, L. “‘Estatização’ da economia ou ‘privatização’ do Estado”, *Ensaio Opinião*, 1978.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas-SP: FACAMP, 2009.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MORAES, R. *O canto do cisne do desenvolvimentismo brasileiro – uma análise das relações do empresário industrial com o Estado do II PND à crise dos anos 1980*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

ORENSTEIN, L.; SOCHACZEWSKI, A. C. “Democracia com desenvolvimento: 1956-1961” in: ABREU, M. P. (org.) *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

PEREIRA, J. E. C. *Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil: 1966/73*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES (Relatório de Pesquisa nº 27), 1974.

PEREIRA, L. R. *Supremacia norte-americana e a gênese da ordem global: crítica ao mito dos “anos dourados” à luz dos imperativos imperialistas estadunidenses*. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

PRADO JR., C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

- PRADO, S. R. R. *Intervenção estatal, privatização e fiscalidade: um estudo sobre a constituição e crise do setor produtivo estatal no Brasil e os processos de privatização a nível mundial*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- REICHSTUL, H. P.; COUTINHO, L. G. “Investimento estatal 1974/80: ciclo e crise” in: BELLUZZO, L. G.; COUTINHO, R. (orgs.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, v. 2. Campinas: IE-Unicamp, 1998.
- RESENDE, A. L. “Estabilização econômica: 1964-67” in: ABREU, M. P. (org.) *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- RODRIGUES, C. H. L. *Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- SAMPAIO JR., P. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SERRA, J. “Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra” in: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (orgs.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Campinas: IE-Unicamp, 1998.
- SOCHACZEWSKI, A. C. *Desenvolvimento econômico e financeiro no Brasil: 1952-1968*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1993.
- SUZIGAN, W. “As empresas do governo e o papel do Estado na economia brasileira” in: SILVA, F. R. et alii. *Aspectos da participação do governo na economia*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.
- TAVARES, M. C. “Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardíos y periféricos”. *Texto para Discussão n° 94 do Instituto de Economia Industrial da UFRJ*, 1986.
- _____. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas-SP: IE-Unicamp, 1998.
- TAVARES, M. C.; SERRA, J. “Além da estagnação” in: TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- TIRONI, L. F. *Política econômica e desenvolvimento tecnológico – Diversificação ou especialização no setor de bens de capital sob encomenda*. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.
- VELOSO, J. P. R. *Brasil, a solução positiva*. São Paulo: Abril-Tec Editora, 1978.
- VILLELA, A. “Dos ‘anos dourados’ de JK à crise não resolvida (1956-1963)” in: GIAMBIAGI, F. et alii. *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- ZONINSEIN, J.; TEIXEIRA, A. “Joint ventures (JV) na industrialização brasileira: notas para estudo das formas do capital”. *Texto para Discussão, n. 29, IEI-UFRJ*, 1983.

PEDRO HENRIQUE EVANGELISTA DUARTE
FELIPE MIGUEL SAVEGNAGO MARTINS

DE LÊNIN A STÁLIN: A CONSOLIDAÇÃO DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO NA UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

Recebido em 23/09/2021

Aprovado em 16/02/2022

DE LÊNIN A STÁLIN: A CONSOLIDAÇÃO DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO NA UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

Resumo

A proposta do presente artigo é discorrer sobre o processo de formação do planejamento econômico na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, principal bloco socialista do século passado. O bloco soviético ganhou grande notoriedade na hegemonia econômica e política internacional ao organizar suas atividades produtivas a partir do planejamento econômico, o que lhe permitiu travar uma longa disputa econômica, bélica e ideológica com os Estados Unidos. A partir de uma análise teórico-histórica, pretende-se apontar as principais características do planejamento soviético enquanto uma nova forma de organização econômica, diversa, portanto, do modo de produção capitalista. O recorte temporal analisado será estabelecido entre a Revolução Russa (1917) e o fim da II Guerra Mundial (1945).

Palavras-chave: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); planejamento econômico; economia socialista.

PEDRO HENRIQUE E V A N G E L I S T A DUARTE

Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). Professor Adjunto da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE-UFG).

E-mail: pheduarte@ufgh.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3706-7973>

FELIPE MIGUEL S A V E G N A G O MARTINS

Doutorando em Teoria Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp).

E-mail: felipe.martins.unicamp@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0163-4403>

Abstract

The aim of this paper is to propose a discussion on the formation of the Soviet-type economic planning in the former Union of Soviet Socialist Republics, the first socialist bloc in the world. The soviet bloc had a great notoriety in economic hegemony and international politics by organizing its productive activities economic planning, which allowed it to wage a long economic, military and ideological dispute against the United States. Based on a theoretical and historical perspective, it is intended to highlight the most important aspects of the Soviet economic planning as a new way of economic and social organization, and how it contributed to the economic and social development in the USSR. We will analyze the period that goes from the Russian Revolution (1917) until the end of the II World War (1945).

Keywords: Union of Soviet Socialist Republics (USSR); economic planning; socialist economy.

I. Introdução

Em 1917, no transcurso da Primeira Guerra Mundial, um conjunto de disputas internas na Rússia, travadas pelo descontentamento de diversas classes sociais com os privilégios da nobreza czarista, viria a transformar todo o cenário político, econômico e ideológico na Europa e no mundo a partir da deflagração da Revolução Russa e da criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Efetivada a partir das Revoluções de Fevereiro e de Outubro, a Revolução Russa garantiu novos contornos à organização política da região ao dar início ao primeiro governo diretamente organizado por representantes das classes populares.

Inicialmente restrita ao território russo, mas, posteriormente, tendo se estendido para 15 países, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas teria como uma de suas principais características, no campo da política econômica, a chamada *planificação econômica*. Indo na contramão do liberalismo típico dos países capitalistas, a planificação econômica tinha como fundamento a organização da atividade produtiva a partir do Estado, com a centralização de recursos e decisões, de forma a tentar promover um desenvolvimento equilibrado. Para além disso, ao centralizar no Estado a propriedade dos principais meios de produção, o planejamento econômico soviético trazia em si a ideia de que a propriedade pertencia ao povo – uma vez sendo o Estado seu representante –, de modo que a organização econômica e social seria orientada, prioritariamente, à defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Considerando esses aspectos, o presente artigo tem o objetivo de analisar os elementos do planejamento econômico soviético no período que vai de 1917 – data da Revolução Russa – até 1945, ano que demarca, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o posicionamento da União Soviética como potência hegemônica internacional. Parte-se do entendimento que os elementos do planejamento econômico soviético são fundamentais para a compreensão dos fatores que permitiram à região, num período de menos de

30 anos, sair da posição de uma economia agrária e subdesenvolvida para a de uma potência econômica internacional. Assim, faz-se fundamental a análise dos elementos da planificação econômica para entender o conjunto de avanços econômicos e sociais que se processaram na União Soviética, determinando um conjunto de rearranjos nas disputas político-ideológicas internacionais.

Para a análise proposta, o artigo está dividido em três seções. Na primeira seção será analisada, em linhas gerais, a dinâmica econômica da Rússia czarista, a fim de evidenciar as principais razões para que a Revolução Bolchevique fosse possível, além de sistematizar as dificuldades e êxitos do país para que, efetivamente, a União Soviética surgisse. Em seguida, serão discutidos os dois primeiros planejamentos que ocorreram logo após a tomada de poder pelos bolcheviques: o comunismo de guerra e a Nova Política Econômica. Na segunda seção, serão discorridos os debates internos ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS) acerca da transição do poder após a morte de Lênin, de que forma deveria ser interpretada a transformação rumo ao socialismo no bloco soviético e a maneira escolhida para planejar a economia. Em seguida, será feita uma discussão da formação dos Planos Quinquenais e da consolidação da economia planejada durante o período Stálin até a Segunda Guerra Mundial. Desta maneira, será possível compreender os seus efeitos gerais a partir da conjuntura histórica em que se encontravam, e de que forma a União Soviética veio a se tornar uma potência econômica e militar.

2. Da Rússia czarista à Nova Política Econômica

2.1. Panorama econômico do período czarista

O quadro socioeconômico russo, na década de 1910, era complexo e de significativas contradições, explícitas no transcurso do desenvolvimento capitalista que se concretizava neste período histórico. O país avançou, já ao final do século XIX, no processo de industrialização, com influência

importante de interesses internacionais – França, Inglaterra e Bélgica, por exemplo – em setores como metalurgia e têxtil, concentrados em São Petersburgo e Moscou. Ainda assim, como aponta Oliveira (2002), mesmo com as indústrias modernas nascentes na Rússia czarista, a sociedade ainda estava atrelada aos laços servis, dificultando o processo de aceleração da divisão social do trabalho e, inevitavelmente, da acumulação por intermédio da extração do mais valor e da formação de um mercado interno consolidado, bases fundamentais do modo de produção capitalista.

Com as principais potências hegemônicas vivendo o período do capitalismo monopolista, o país era obrigado a introduzir complexos e modernos esquemas produtivos, rompendo com as etapas do desenvolvimento industrial (OLIVEIRA, 2002). Assim que as indústrias nascentes na Rússia eram, grosso modo, de médio (entre 100 e 1000 operários) e grande porte (superior a 1000 operários). No ano de 1914, para se ter dimensão desta transformação, mais de 41% dos operários russos se concentravam nessas indústrias. No entanto, o motor da economia era a agricultura, responsável por 45,3% da renda russa, e cuja estrutura fundiária era altamente concentrada nas mãos da nobreza czarista, na magnitude de 45% em 1911. Ademais, antes da Primeira Guerra Mundial, cerca de 80% da população ainda vivia no campo e a pauta exportadora russa era representada em 88% por cereais. Estes elementos reforçam o atraso socioeconômico do país e a dificuldade de consolidar uma estrutura industrial (REIS FILHO, 1989).

A grande consequência social da industrialização tardia russa, sem um planejamento concreto às realizações econômicas, foi o desenvolvimento totalmente desequilibrado da economia. O contraste era muito evidente quando se visualizavam grandes fábricas modernas e, no mesmo cenário, condições produtivas no campo que ainda mantinham as características do período da servidão.

Na verdade, mesmo ali onde o capitalismo desponta, ele ainda se combina, em larga medida, com formas pré-capitalistas de produção e organização social. [...] Operários e camponeses, que se encontram na base da pirâmide

social, é que mais sofrerão com a combinação das formas capitalistas e pré-capitalistas de exploração (REIS FILHO, 1989, p. 15).

Não obstante, deflagrou-se, em 1914, a Primeira Guerra Mundial, resultado das tensões imperialistas em busca de novos territórios a serem colonizados, cujos reflexos acentuariam ainda mais a nova divisão internacional do trabalho, caracterizada pelos países centrais industrializados exportadores de manufaturados, e os periféricos, de produtos primários.

2.2. A Primeira Grande Guerra e o Governo Provisório

Em busca de novos territórios a serem dominados e da consolidação das forças em torno da figura do Czar, a Rússia viu-se obrigada a ingressar na batalha ao lado da Tríplice Entente, formada pelos principais investidores na indústria do país. No entanto, com contingente insuficiente de soldados, o exército russo passou a recrutar camponeses. Ademais, com a entrada do país na guerra, a atividade econômica passou a atuar quase que exclusivamente mediante as demandas oriundas do conflito, fosse direcionando investimentos à fabricação de armamentos e transferindo grande parte de sua produção alimentícia aos combatentes, fosse na tentativa de refrear os efeitos da queda da força de trabalho no campo. No entanto, de imediato, essa estratégia de alocação de recursos foi catastrófica: a partir do momento em que camponeses ingressam no exército, e considerando que a principal fonte de renda do país era a agricultura, os impactos na dinâmica econômica, inevitavelmente, foram altamente negativos.

Como reflexo, a produção de cereais – principal item da balança comercial e de fonte alimentícia das famílias – reduziu-se em 21%, gerando ondas de fome sem precedentes. Em 1917, o consumo de alimentos era menos da metade em relação ao ano anterior; os recursos industriais caíram 80% em 1914, se comparado ao ano anterior (REIS FILHO, 1989).

Em decorrência dos efeitos do conflito, gradualmente a população russa começou a mostrar seu descontentamento através da intensificação das manifestações e greves gerais: foram mais de 1 milhão de grevistas no primeiro

semestre de 1914 e aproximadamente 575 mil nos dois primeiros meses de 1917 (REIS FILHO, 2003). Assim, de forma independente de ideologias e partidos políticos, e, portanto, sem um movimento de vanguarda na liderança das manifestações, uma fração importante da população russa estava unida, nos primórdios de 1917, para derrubar o regime czarista vigente: os soldados pediam a retirada das tropas da Primeira Guerra; os trabalhadores, melhores condições de trabalho e comida; os camponeses, terras para cultivo. Em outras palavras, as diferentes demandas das distintas classes se convergiam no desejo da saída da Rússia da guerra e na melhoria das condições de trabalho e vida. Dado o quadro socioeconômico, a derrubada do czar Nicolau II foi concretizada em fevereiro daquele ano, formalizando o início do Governo Provisório.

O Governo Provisório, que substituiu a autocracia do governo anterior, tinha um caráter democrático – uma vez composto por representantes de diversas ideologias políticas – e estava baseado na autoridade da *Duma*, que funcionava como uma Assembleia Legislativa, de caráter liberal, e responsável pelos futuros rumos e decisões internas e externas na Rússia. Ao mesmo tempo, foi reconstituído o *Soviete* de Petrogrado, conselho formado por operários e soldados eleitos nas fábricas e nos regimentos militares.

O caráter contraditório do Governo Provisório estava estritamente exposto quando a *Duma* ainda “flertava” com o czarismo, elegendo um nobre na liderança e membros da burguesia liberal para ingressarem no novo governo. As esperanças de uma consolidação mais popular estavam longe de ocorrer.

A Revolução de Fevereiro de 1917 trouxe de volta a Petrogrado, vindos da Sibéria e do exílio no exterior, grande número de revolucionários antes banidos. Pertenciam, em sua maioria, a uma das duas alas — bolchevique e menchevique — do Partido dos Trabalhadores Socialdemocratas, ou ao Partido Social Revolucionário (SRs), e encontraram uma plataforma já pronta no Soviete de Petrogrado. Este era, de certa maneira, rival do Governo Provisório instaurado pelos partidos constitucionais da velha *Duma*; a expressão “dualidade de poder” foi então criada para descrever uma situação ambígua (CARR, 1979, p. 12).

Não obstante, os avanços da classe operária não eram efetivados, já que os trabalhadores, em geral, não tiveram suas jornadas reduzidas e nem aumentos salariais, e tampouco foi formalizada a reforma agrária. Para reforçar o descontentamento com o Governo Provisório, a Rússia mantinha-se na Primeira Guerra Mundial, mantendo assim todos os aspectos do trágico cenário socioeconômico.

A eclosão de uma possível ruptura com o regime vigente parecia palpável no campo, onde os *mujiqs*, camponeses russos, faziam livremente as demarcações de terras para romper com a grande concentração fundiária. Nas cidades, ondas de greves, manifestações e de intensa organização partidária com os bolcheviques na vanguarda dos movimentos culminaram, no mês de outubro, na derrubada do Governo Provisório – e a instalação de um governo popular tinha caminhos favoráveis para se concretizar.

2.3. O Governo Bolchevique, a Guerra Civil Russa e o comunismo de guerra

Com a Revolução de Outubro, os bolcheviques definitivamente tomam o poder da Rússia, dissolvendo a *Duma* e concretizando a hegemonia dos *Soviets*. Logo, uma série de medidas socioeconômicas de cunho popular, como a abolição de aluguéis e passagens de trens, foi posta em prática. Desta forma, gradativamente, o novo Estado formado passou a ser o principal agente econômico e, mais importante, os trabalhadores e camponeses, pela primeira vez, puderam se sentir como protagonistas da história russa.

No que diz respeito à transição do modo de produção capitalista para o socialismo, importa destacar algumas considerações. Para Marx, em trabalhos como *A ideologia alemã* (2007) e o *Manifesto do Partido Comunista* (2012), a revolução socialista ocorreria a partir de dois grandes espectros: em uma sociedade altamente desenvolvida, no tocante à sua capacidade produtiva, e com um proletariado com bastante organização política, responsável por ser a vanguarda das mobilizações revolucionárias. Disso decorre uma percepção de que a nova organização política da Rússia enfrentaria enormes

desafios para realizar sua transição, pois o país, apesar de possuir um corpo produtivo capitalista, com uma indústria ligeiramente consolidada, ainda possuía, nas atividades rurais, relações produtivas bastante tradicionais. Apesar de ter experimentado um desenvolvimento capitalista clássico típico dos países centrais da Europa e de alcançar um PIB relativamente alto quando comparado com outros países europeus, tal desenvolvimento não se converteu em uma melhoria do nível de vida da população – resultando, com isso, em aumento do nível de pobreza –, fazendo com que aqueles que eram os objetivos imperialistas do governo czarista, como argumenta Rodrigues (2006), tenham conduzido o país a uma ruína social. A questão central, então, seria de como atingir um nível material suficiente para atender as necessidades da sociedade que emergia nas mãos dos novos governantes.

A solução apontada pelos bolcheviques seria a centralização das atividades econômicas nas mãos do Estado. Contudo, este Estado não era igual ao absolutista, nem tampouco ao burguês. Como o próprio Lênin (2017) analisava, esta instituição funcionava como instrumento de dominação de uma classe sobre outras, atendendo aos seus interesses. E, por conseguinte, este novo Estado constituído na Rússia deveria servir às classes que antes eram exploradas, e representantes da classe trabalhadora deveriam ocupar cargos governamentais. Assim, uma das primeiras medidas impostas por Lênin foi a abolição da propriedade privada rural, com a da Lei de Socialização das Terras, promulgada em 18 de fevereiro de 1918. Pela lei, cada camponês poderia ter somente uma propriedade de terra, de modo a democratizar os territórios, que seriam redistribuídos pelos Comitês Agrários. Juntamente com esta iniciativa, proibiu-se também o direito de trabalho remunerado por via da aniquilação da moeda – logo, os assalariados passaram a receber seus rendimentos em forma de produtos, fundamentalmente agrícolas, por intermédio do Estado – e de arrendamento da terra, de modo a evitar ganhos financeiros. Houve também a estatização de propriedades rurais e grandes indústrias – em 1918, o Estado nacionalizou 2000 grandes empresas, além de todas as fábricas que tinham mais de dez trabalhadores

(VIZENTINI, 1989) –, assim como a coletivização dos processos produtivos e da administração dessas unidades produtivas.

Entretanto, em abril de 1918, deflagrou-se a Guerra Civil, que perduraria pelos 4 anos seguintes (1918-1921). As duas polaridades durante o conflito eram os bolcheviques e o Exército Branco, apoiado por burgueses, aristocratas, mencheviques e outras forças conservadoras no plano interno, que também contava com suporte militar externo de Inglaterra, França, Japão e EUA. Ou seja, tratava-se de uma correlação de forças polarizada entre as forças revolucionárias e a velha ordem. Devido às situações extraordinárias deflagradas na gênese do Governo Bolchevique, como uma forte oposição e os constantes ataques externos, além dos eventos referente à Guerra Civil, a política econômica instaurada por Lênin e toda organização do partido seriam voltadas especificamente para o conflito, processo denominado de “comunismo de guerra”. A princípio, exigir-se-iam grandes esforços da população para resistir a um novo conflito e salvar a Revolução Bolchevique.

A principal característica do novo planejamento, emergencialmente instalado, foi a militarização do trabalho, onde grande parte da produção de grãos era confiscada pelo Estado e distribuídas à população, fundamentalmente aos soldados do Exército Vermelho, formado em 1918. Durante este período, a distribuição de grãos ao Exército Vermelho foi na magnitude de 75% (VASCONCELOS, 2013). Para reforçar o caráter do comunismo de guerra, o trabalho era compulsório, onde todos os russos eram obrigados, de alguma forma, a contribuir para o aumento da produção dos diversos setores. Existiam, também, os chamados “sábados vermelhos”, qualificado como trabalhos gratuitos e voluntários em prol da Revolução Bolchevique.

Vale destacar, também, que a reforma agrária implementada a partir da Lei de Socialização das Terras estabeleceu uma contradição primordial durante o período da Guerra Civil Russa: o caráter coletivo da produção rural não foi constatado na prática. O que ocorreu, na verdade, foi o fortalecimento de uma classe rural média que se sustentava a partir do mercado informal, ocupando quase 90% das terras em 1919. Por outro lado, o confisco dos

grãos por parte do Estado não era absoluto: em 1918, os bolcheviques eram responsáveis por 44% da distribuição, sendo o restante ainda dominado pelos médios camponeses “especuladores”, pelas vias do mercado informal (VASCONCELOS, 2013). Estes resultados reforçam o erro pontual de política econômica pelos bolcheviques, que alimentaram, mesmo não sendo o objetivo, o caráter burguês no campo. Percebe-se, então, uma questão fundamental: o frágil planejamento gerava crises de fome entre os camponeses pobres, que viam seus excedentes confiscados; e a única saída, o mercado informal, era praticamente inviável, por conta da especulação dos preços dos grãos.

Os impactos para a estrutura produtiva da Rússia, no transcurso da Guerra Civil, foram catastróficos: em 1920, a produção agrícola havia caído pela metade e o consumo representava 40% em relação a 1913. A grande indústria teve perda de 80%, sendo que para energia elétrica, petróleo e carvão, foi na magnitude de 70%. Em setores como ferro e aço, a perda foi praticamente total (REIS FILHO, 2003).

Mas, no início de 1921, mesmo com revoltas e primórdios de greves por melhorias, os bolcheviques derrotaram o Exército Branco e sagraram-se vencedores da Guerra Civil. O desgaste das forças externas decorrente da Primeira Guerra Mundial foi essencial para que as forças revolucionárias obtivessem êxito. Ademais, segundo Reis Filho (2003), o Exército Vermelho tinha uma administração mais eficiente e seus combatentes possuíam maior coesão, ao contrário do Exército Branco, que estava mais fragmentado, já que as potências estrangeiras que o apoiavam possuíam distintos interesses imperialistas de dominação da Rússia.

Para reestruturar a base produtiva, destruída pela Guerra Civil, o Governo Bolchevique precisou se mover para a implementação de medidas estratégicas, que pudessem recuperar a estrutura socioeconômica e retomar o crescimento. E, para gerar resultados positivos e conseguir atender às demandas populares, a revisão do planejamento até então efetivado era imprescindível, o qual deveria ser adaptado à conjuntura do pós-guerra.

2.4. A Nova Política Econômica (NEP)

Com o término da Guerra Civil e a vitória do Exército Vermelho sobre os contrarrevolucionários, a economia do país estava arruinada por conta das batalhas deflagradas no período. Para tentar superar o quadro socioeconômico vigente, o Partido Bolchevique precisaria reformular as políticas econômicas para o futuro. Assim, cessado o conflito, a Rússia pôde efetivamente iniciar o seu planejamento econômico de forma concreta.

O primeiro grande projeto foi a *GOELRO* – Comissão Estatal de Eletrificação da Rússia – em 1920, “abrangendo um período de 10 a 15 anos e envolvendo a avaliação do futuro comportamento tanto dos setores consumidores de energia como dos setores fornecedores de matérias-primas e equipamentos para as usinas” (MIGLIOLI, 1982, p. 49). Desta forma, o Estado Bolchevique assegurava o monopólio da produção e distribuição de energia elétrica, com o objetivo de universalizar seu acesso.

No ano seguinte, elaborou-se a NEP – Nova Política Econômica –, cujo objetivo central era reerguer a estrutura produtiva, de modo a criar condições reais para avançar no projeto socialista. A NEP configurar-se-ia como um “recurso tático”, porque aspectos típicos do modo de produção capitalista, como investimentos para o capital estrangeiro e o ressurgimento da propriedade privada dos meios de produção, entrariam novamente em vigor, dada a necessidade objetiva de retomada do crescimento econômico, mesmo que em condições diferentes da socialista.

Entretanto, como apontam Netto (1985) e Vasconcelos (2013), Lênin pensava que o processo russo seria uma espécie de início de ondas revolucionárias, localizadas no Ocidente – Alemanha, principalmente, de cunho proletário – e no Oriente – China, de caráter nacionalista e democrática. Todavia, esses movimentos populares e operários fracassaram e as deflagrações de movimentos socialistas só iriam acontecer após a Segunda Guerra Mundial. Neste quadro, a Rússia estava totalmente insulada e uma possível escalada econômica e social a partir da solidariedade de outros movimentos revolucionários era impossível. Assim que, ao final de 1922, formou-se

a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), cujo objetivo era a adesão voluntária de diversas repúblicas rumo à construção do socialismo. O bloco soviético era um bloco multinacional, que abrangeria mais de cem povos distintos. Em linhas gerais, as funções desse complexo conglomerado de países estavam divididas entre obrigatoriedades que caberiam à URSS – defesa, transporte, comunicações, relações exteriores e planejamento econômico –, e outras que caberiam às Repúblicas federadas – funções jurídicas, administrativas, educacionais, culturais, e de saúde e serviços sociais (VIZENTINI, 1989, p. 67).

Mesmo tendo surgido antes da formação da URSS, a NEP foi fundamentalmente um planejamento do bloco soviético. O principal setor econômico a ser privilegiado seria o agrícola, já que a maioria da população russa economicamente ativa ainda estava no campo e o país necessitava de uma maciça produção de alimentos para abastecer a população, duramente atingida pela Guerra Civil. Além disto, o fato primordial residia em que o excedente gerado a partir da acumulação no campo serviria de alicerce para importações de maquinários na indústria. Para que a NEP obtivesse grande adesão social, esta política estava fundamentada em cinco princípios básicos:

[...] (1) reconstruir a aliança do proletariado com o campesinato a partir da substituição do confisco pelo imposto em espécie, da permissão do excedente privado e do livre comércio; (2) aumentar a produtividade industrial por meio das concessões ao capital estrangeiro; (3) aumentar emergencialmente a produtividade agrária para o abastecimento de alimentos e o aumento da capacidade de importação; (4) reequilibrar as relações de troca entre campo e cidade; (5) eliminar o desemprego, permitindo o assalariamento privado no campo (VASCONCELOS, 2013, p. 35).

O êxito da NEP estava vinculado à adoção de algumas medidas para viabilizar a reconstrução produtiva. Os principais pontos adotados foram a reintrodução da moeda e, principalmente, o pagamento dos salários, como forma de retomar as relações mercantis; a transmissão hereditária da propriedade, para estimular o setor privado; a abertura econômica para

o capital estrangeiro; e a privatização de indústrias com até 20 operários (VIZENTINI, 1989). No entanto, mesmo que as relações de mercado fossem reestabelecidas, o Estado soviético tinha participação nas grandes indústrias, em setores estratégicos como transporte e energia, assim como no sistema bancário. Desta forma, o controle em geral ainda estava centralizado, apesar da abertura provisória. Não se sabia ao certo quanto tempo iria demorar este período transitório e, no transcurso do processo, criou-se um panorama econômico complexo, principalmente no campo.

Em primeiro lugar, deve-se entender como era composta a estrutura fundiária. A propriedade rural se dividia, fundamentalmente, em pequenos e médios camponeses (*mujiks*); no grupo de camponeses com maior posse de terras e poder aquisitivo (*kulaks*); e nas fazendas cooperativas (com forte presença do Estado, de modo que este se apropriava de grande parte do excedente). Com a legalização da liberdade de comércio de produtos agrícolas, bem como a apropriação de seus excedentes, ocorreram modificações substanciais no tocante à dinâmica econômica no campo. Uma das principais consequências foi a ascensão e consolidação dos *kulaks*, que, anteriormente, eram, em sua grande maioria, médios proprietários. Por isso, pode-se dizer que a concentração da terra durante o transcurso da NEP era evidente e bastante considerável: antes de sua implementação, 5% dos proprietários controlavam cerca de 40% da produção de grãos e alimentos em geral. Já na sua vigência, 6% possuíam 60% (VIZENTINI, 1989). Além disso, os grandes proprietários, com o objetivo de especular com o preço dos produtos primários, faziam grandes estocagens de produtos, mantendo forte controle sobre o excedente de produtos, especialmente os cereais. Entre 1923 e 1926, os excedentes de cereais reduziram-se de 25% para 17%, decorrentes também da maior liberdade de comercialização (VASCONCELOS, 2013).

A indústria soviética também se recuperava em ritmo semelhante: considerando 1913 como ano-base, no conjunto das indústrias leve e pesada, o índice era de 110,5 em 1927. Com este crescimento, melhoraram também as condições dos operários, que tiveram ganhos reais em 15% de seus rendimentos

no mesmo período (REIS FILHO, 1983). No entanto, houve deterioração dos termos de troca dos bens agrícolas em relação aos industriais:

Argumentou-se [alguns economistas] também que o subdesenvolvimento da indústria soviética era a principal causa do aumento de preços, pois a baixa produtividade elevava os custos de produção. Além disso, a indústria soviética estava operando abaixo de sua capacidade produtiva, o que aumentava a proporção de custos administrativos. Era inegável que o aumento salarial dos operários também interferia no aumento dos preços (VASCONCELOS, 2013, p. 40).

Este fenômeno ficou conhecido como a “crise das tesouras”, já que as flutuações de preços industriais e agrícolas inverteram-se em 1923, quando os produtos manufaturados ficaram mais caros. Em outras palavras, o crescimento da absorção dos bens industrializados pelos trabalhadores rurais não ocorria na mesma velocidade e proporção que o consumo de bens primários.

Para se ter uma ideia da disparidade, entre 1926 e 1927, o campo absorvia apenas 25% dos bens de consumo corrente; o consumo de energia nas atividades agrícolas, para o mesmo período, era de apenas 2% de energia mecânica – ou seja, basicamente tratores –, sendo que a animal representava quase 75%. Entre 1923 e 1927, a produção elétrica saltou de 897 milhões para 5,3 bilhões de kw/h; no entanto, o consumo de eletricidade no campo representava menos de 1% do que foi produzido em 1927 (REIS FILHO, 1983).

Para reduzir esta disparidade, o governo soviético, a partir de 1924, reduziu as concessões de crédito à indústria, aumentando as linhas de crédito aos kulaks, e estabeleceu uma política de preços máximos a serem cobrados pelos produtos, o que ajudou, ao longo da década de 1920, a diminuir a relação de preços entre bens industriais e agrícolas. Essa relação, que em 1913 era de 1, chegou a 2,38 em 1923, voltando ao patamar de 1,82 em 1927 (VASCONCELOS, 2013).

Ao final da década de 1920, ficou claro que priorizar o processo de industrialização era fundamental para o desenvolvimento da URSS. Com a morte de Lênin em 1924, abriu-se uma disputa interna no partido entre Josef

Stálin e Leon Trotsky, que possuíam visões diferentes no que se refere ao desenvolvimento da União Soviética e, inevitavelmente, ao planejamento econômico. No mesmo período, a NEP é colocada em xeque – dadas as suas contradições – e, atrelada às futuras disputas dentro do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), os novos rumos do bloco soviético mudariam para sempre, gerando grandes transformações.

3. A União Soviética no entreguerras e os Planos Quinquenais

3.1. Debates internos do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)

Durante quase toda a década de 1920, foram realizados intensos debates acerca do futuro da União Soviética dentro do PCUS e das formas que a política econômica seguiria para o avanço do país ao estágio socialista.

Em 1923, travou-se a primeira batalha interna: a oposição de esquerda, composta por Leon Trotsky e Ieviguêni Preobrazhensky, defendia o abandono da NEP, e em seu lugar dever-se-ia colocar em prática planos econômicos voltados ao incentivo à indústria pesada e à coletivização e mecanização das terras, de modo a elevar a produtividade agrícola e liberar um contingente de camponeses às indústrias nascentes. Essa estratégia implicaria em centralização das decisões e rigidez ao cumprimento de metas. A ala da “pureza leninista”, composta por Josef Stálin, Grigori Zinoviev, Lev Kamenev e Nikolai Bukharin, pregava a permanência da NEP como uma forma de manter o “ritmo [de desenvolvimento] mais elevado a longo prazo” (REIS FILHO, 1983, p. 27), defendendo a aliança operária e camponesa. Logo, a Nova Política Econômica não funcionaria mais como um recuo tático, mas como a própria estratégia de desenvolvimento. Ao contrário da oposição de esquerda, esta tática de desenvolvimento econômico tenderia a ser mais flexível, democrática e com metas indicativas, ou seja, que não fossem impostas aos trabalhadores para que as cumprissem a qualquer custo.

Ademais, além do debate econômico e das estratégias de planejamento, havia ainda discussões dentro do PCUS acerca da própria concepção de socialismo e de qual deveria ser o posicionamento da União Soviética frente aos acontecimentos que transcorriam naquele período histórico. A tese da “revolução permanente”, encabeçada por Trotsky, discorria sobre a necessidade da ocorrência de movimentos revolucionários em outros países, os quais seriam fundamentais para a consolidação do socialismo na URSS. Sua tese encontrava respaldo no “internacionalismo proletário” proposto por Marx (2012), segundo o qual o socialismo deveria se espalhar pelas nações como pré-condição fundamental para o êxito dos processos revolucionários. Já o “socialismo em um só país”, elaborado por Josef Stálin, estava fundado numa visão mais realística: dado que insurreições internacionais não se deflagraram após a Revolução Bolchevique, a União Soviética não deveria ficar à mercê de novos movimentos, mas fazer um grande esforço para desenvolver o socialismo “com suas próprias mãos”. No entanto, esta tese não desconsiderava a importância de novas eclosões revolucionárias.

Para sintetizar de maneira cronológica, a NEP ficou em vigência até 1927, enquanto que a tese stalinista sobre o socialismo foi aprovada em 1925, durante o XIV Congresso do PCUS. No entanto, a tese do socialismo em um só país possuía uma intrínseca contradição: a NEP agregava elementos de mercado, como a propriedade privada e a participação de capitais estrangeiros, dando prioridade à produção agrícola. Contudo, já que o PCUS acatou a tese stalinista acerca do socialismo em um só país, o mais coerente seria promover uma industrialização acelerada, como pregava a tese encabeçada por Trotsky. No entanto, como apontado por Vizontini (1989, p. 75), “[o] que poucos perceberam [referindo-se aos membros do PCUS] foi que a ideia de industrialização fazia parte desta concepção, contradizendo o próprio Stálin na época”. Já Netto (1985; p. 39), aponta que “[...] dada a tese do socialismo ‘num só país’, dever-se-ia proceder à industrialização acelerada, calcada na coletivização compulsória da agricultura (como se vê, há um resgate parcial do projeto de Trotsky)”.

Logo, não seria razoável pensar que, a longo prazo, a agricultura ainda seria o motor econômico da União Soviética, já que a questão de desenvolvimento vinha intimamente ligada à questão da promoção da industrialização, tal como nos países centrais capitalistas. Ademais, a URSS necessitava se proteger de supostas ameaças estrangeiras que poderiam, a qualquer momento, aniquilar a Revolução Bolchevique. Assim, no XV Congresso do PCUS, realizado em dezembro de 1927, aprova-se a tese stalinista de desenvolvimento, o “socialismo em um só país”, atrelada à industrialização pesada e à coletivização forçada das terras (NETTO, 1985). O modelo de planificação econômica seria efetivado no ano seguinte, quando ocorreu o Primeiro Plano Quinquenal.

Cabe, agora, elucidar como se deu a elaboração deste primeiro grande projeto na União Soviética, tendo-se mais uma disputa, entre duas correntes, sobre como deveria dar-se o planejamento centralizado.

No decorrer da elaboração do I Plano Quinquenal, houve grande discussão entre duas correntes contraditórias na economia socialista emergente. Defensores da primeira corrente, à qual Kondratiev também pertenceu, chamaram-se “genéticos”. Eles pensavam que as diretrizes dos planos devem basear-se na análise das tendências existentes na economia, levar em conta disponibilidade de recursos e conjuntura real econômica. A esta corrente pertenceram, em geral, especialistas da elite profissional e intelectual da Rússia czarista, os quais não eram, na maioria, membros do Partido Comunista.

A segunda corrente defendeu a abordagem teleológica, e seus proponentes chamaram-se “teleólogos”. Eles consideravam a formulação de objetivos e a elaboração das metas de desenvolvimento como a etapa mais importante da planificação. Para o cumprimento das metas, devem ser buscados recursos necessários, alterada a conjuntura econômica e formadas novas tendências. Sendo assim, o plano basear-se-ia mais nas diretrizes centrais do que nas previsões científicas. Os proponentes da segunda corrente foram, na maioria, membros do Partido Comunista e aqueles economistas que prefeririam seguir pela linha geral do Partido (MIKHAILOVA, 2014, p. 4).

O que se pode perceber, durante o período que antecedeu à implementação do I Plano Quinquenal, é que a primeira proposta partia da análise real da economia soviética para que, posteriormente, pudesse fazer as resoluções necessárias do planejamento central. Ao contrário, a segunda tese, a vencedora, defendia um modelo extensivo de crescimento econômico, no qual o cumprimento das metas, formadas pelos partidários de alto escalão do PCUS, era mais importante do que a análise concreta dos recursos existentes. Atrelado a esta corrente, o autoritarismo vigente facilitou a aplicação do novo modelo de planejamento, de modo que, quando possível, o Estado soviético prendia, exilava e matava seus possíveis opositores e traidores.

3.2. A operacionalidade do modelo econômico stalinista

Durante grande parte da história da União Soviética, vigorou o modelo stalinista de planejamento econômico. Não havia, até então, nenhuma evidência histórica de algo semelhante e os desafios eram enormes, já que, como o bloco soviético adotava a tese do “socialismo em um só país” e seu insulamento era evidente, o desenvolvimento era basicamente autárquico. Tal era a razão pela qual a ala ortodoxa socialista sempre defendeu o modelo stalinista como o único genuinamente marxista (MIGLIOLI, 1982).

Segundo Rossetti (1981), a política e as programações econômicas eram intimamente relacionadas ao Estado no modelo econômico soviético. O primeiro item refere-se ao objetivo mais amplo de uma sociedade, que seria a própria política nacional, voltada para as áreas de defesa, infraestrutura e desenvolvimento social. Já as programações seriam os aspectos secundários de uma economia, abrangendo a decomposição das ações do planejamento central em três níveis fundamentais: global, setorial e regional.

No tocante à operacionalidade do modelo de planificação soviética, compete à Comissão Estatal de Planejamento (*Gosplan*) – que era o órgão central da política econômica – a elaboração do plano econômico geral de médio prazo, os chamados Planos Quinquenais. Além destes, eram também elaborados planos de longo e curto prazos. O primeiro referia-se às grandes

linhas de desenvolvimento socioeconômico, a partir da avaliação de recursos disponíveis, de modo a estabelecer níveis de produção, melhorias gerais da produtividade, novas técnicas produtivas, entre outros. Os de curto prazo eram desdobramentos dos Planos Quinquenais, com metas específicas e procedimentos de execução (MIGLIOLI, 1982). Havia, também, os órgãos periféricos, ou ministérios, que serviam de suporte ao Estado soviético para ajudar na conclusão das metas estabelecidas em cada área produtiva, localizados nas áreas industriais e rurais.

Portanto, evidencia-se a primeira característica do modelo: a hierarquização das decisões. Em outras palavras, com a elaboração das metas de médio prazo pelos órgãos estatais superiores, as empresas ficavam à mercê de promover suas próprias decisões – a chamada “autogestão das fábricas” – no que diz respeito à produção e à utilização dos recursos. A perda de independência das fábricas foi evidente porque:

(i) os investimentos passaram a ser predominantemente dependentes do plano e dos recursos alocados pelo orçamento de Estado, e menos dos lucros e dos empréstimos bancários; (ii) o caráter imperativo dos planos implicava que a decisão sobre a produção dependia em grau crescente de medidas administrativas e, em grau decrescente de importância, da demanda dos consumidores; e (iii) a fixação dos preços pelos órgãos de planificação restringia a liberdade de ajustar oferta e demanda via preços (GOMES, 2015, p. 8).

O centralismo também era uma atribuição importante do modelo soviético e complementar à hierarquização. Miglioli (1982) argumenta que as decisões relativas às atividades econômicas eram classificadas por: *i*) âmbito nacional, que englobava o comportamento geral da economia, como taxas de crescimento, distribuição de investimentos, entre outros; *ii*) âmbito da empresa, referente às decisões de produção, como explicitado anteriormente; e *iii*) âmbito individual, que se referia às preferências por produtos e trabalho, basicamente.

Um terceiro aspecto diz respeito à alocação dos recursos, que era feita *ex-ante*. A forma utilizada para fazer este tipo de alocação era conhecida como “método de balanço”. Tal método consistia em

[...] balanços contábeis que dispunham os recursos disponíveis e os usos dos mesmos. Os recursos disponíveis se dividiam em três grupos principais: os estoques iniciais, a produção e as importações. Os usos desses recursos tinham seis destinos principais: necessidades produtivas, investimentos, fundo mercantis, reservas do Estado, exportação e estoque finais (GOMES, 2015, p. 16).

Logo, os responsáveis pela planificação podiam visualizar excessos e falta de recursos nos setores econômicos, de modo a reformular, sempre que possível, as alocações de acordo com o descompasso entre oferta e demanda. Assim, para que o método de balanço obtivesse êxito, dever-se-ia fazer um grande esforço para conciliar o mapeamento e direcionamento de recursos com as proposições dos órgãos superiores – o que nem sempre era algo trivial.

O autoritarismo era outro elemento fundamental para a compreensão do planejamento soviético. Como já discorrido em parágrafos anteriores, a corrente burocrata do PCUS havia se instalado efetivamente nas decisões econômicas e políticas e a figura de Stálin consolidava-se como a personificação do socialismo. Com isso, intuitivamente, a sociedade como um todo não era consultada a respeito das grandes decisões econômicas da nação, sendo estas responsabilidades centralizadas na cúpula do Partido Comunista e na tecnocracia (MIGLIOLI, 1982).

Dessa forma, duas conclusões podem ser apontadas: *i*) o modelo soviético era extensivo, isto é, as empresas preocupavam-se em cumprir as metas, mesmo que isto implicasse desperdícios ou perda de qualidade dos produtos; e *ii*) os Planos Quinquenais eram imperativos e não indicativos, dados o autoritarismo e a obrigatoriedade de atingir as metas estipuladas da cúpula partidária para que as empresas recebessem bônus por isso. A partir disso, passamos à discussão dos três Planos Quinquenais e de seus principais desdobramentos sobre a economia soviética.

3.3. I Plano Quinquenal (1928-1932)

O I Plano Quinquenal tinha duas tarefas fundamentais: promover a coletivização forçada das terras, para eliminar o caráter burguês do campo, e acelerar o processo de industrialização da URSS, de modo que o bloco soviético se tornasse, em um curto espaço de tempo, uma potência econômica e militar.

Como discorrido na seção anterior, os *kulaks* e demais camponeses privados médios passaram a estocar os alimentos ou até mesmo a queimá-los por conta da crise das tesouras. Como o impasse de interesses entre Estado e camponeses era latente, a solução encontrada por Stálin e seus apoiadores foi a dura repressão frente a estas classes sociais, de maneira que as expropriações de terras poderiam levar ao exílio das pessoas ou até mesmo à morte. Estima-se que, neste período, entre 1 e 4 milhões de pessoas foram mortas (VIZENTINI, 1989). A meta central do Partido Comunista era que, ao final do I Plano Quinquenal, o percentual de terras coletivizadas fosse de até 17%. Mas o que se verificou foi uma taxa superior a 61% (REIS FILHO, 1983), distribuídas em cooperativas (*kolkhozes*) e propriedades estatais (*sovkhozes*), o que reforçava a repressão stalinista que se iniciava. Além de eliminar a propriedade privada no campo, a coletivização das terras tinha dois importantes objetivos indiretos fundamentais: *i*) liberar contingente populacional para ser empregado na indústria; e *ii*) a partir do momento em que o Estado tivesse uma maior apropriação dos excedentes agrícolas das cooperativas e propriedades estatais, estes seriam direcionados para a industrialização pesada (grosso modo, pode-se denominar este processo como “acumulação socialista”).

Ainda sobre a coletivização, o Estado soviético impôs aos camponeses entregas obrigatórias das safras, de maneira que o percentual coletado compulsoriamente sempre crescia, independente das situações produtivas das propriedades. Em 1928, as coletas pelo Estado chegaram a 10,8 milhões de cereais; no ano subsequente, foram mais de 16 milhões (REIS FILHO, 2003). Além disto, o número de gados bovinos caiu mais de 46% entre 1929 e 1933 (NETTO, 1985), dada a necessidade de substituição da atividade pecuária

pela produtiva. No entanto, gradativamente, as entregas obrigatórias começaram a desestimular a produção agrícola. O Estado não levava em conta os níveis produtivos e, inevitavelmente, a disparidade dos preços relativos entre manufaturados e bens primários ainda permanecia tal como durante a NEP. A justificativa central do Estado soviético para o incremento gradual das entregas obrigatórias, bem como para a manutenção dos diferenciais de preços relativos, era que a organização econômica e, portanto, os recursos disponíveis, deveria servir ao objetivo maior da industrialização.

O outro grande objetivo do primeiro Plano Quinquenal era a promoção da industrialização pesada, que, ao contrário da agricultura, caminhava em ritmos acelerados e com significativos resultados. Nesse processo, pode-se afirmar que as políticas industriais soviéticas eram verticais, pois focavam em alguns setores específicos, ou, em outras palavras, estratégicos. Em geral, priorizaram-se investimentos em: “[...] indústrias de construção mecânica, armamentos, siderurgia, transportes, estradas de ferro e canais, energia elétrica, carvão e petróleo [...]. A eles foram destinados 78% dos investimentos totais” (REIS FILHO, 2003, pp. 91-92).

Um dos principais efeitos do paradoxo entre indústria e agricultura no I Plano Quinquenal foi a transferência de contingentes populacionais do campo para as cidades, contribuindo para o avanço no processo de urbanização. Se, em 1912, a porcentagem de habitantes que moravam nas cidades era de 18%, em 1940 essa porcentagem elevou-se para 33%, ampliando a oferta de mão de obra disponível para a indústria em expansão (NETTO, 1985). Porém, esse processo resultou em alguns problemas de cunho econômico. À medida que o processo de urbanização avançava, ampliaram-se também as diferenças salariais entre distintas frações da classe trabalhadora. De maneira lógica, como a URSS estava em uma fase de aceleração da industrialização, houve uma elevação da demanda por trabalhadores qualificados, o que, inevitavelmente, gerou uma discrepância salarial na indústria entre estes e os que estavam empregados em postos com exigências menores de qualificação e especialização.

Houve uma grande mobilização do Estado, mesmo que pela via da repressão, para que as metas fossem cumpridas, de modo a estimular os trabalhadores soviéticos a atingi-las. Os esforços se justificavam pelos latentes desequilíbrios entre os diferentes setores econômicos. Como se viu no parágrafo anterior, quase 80% dos investimentos estatais foram alocados em um pequeno conjunto de ramificações. Logo, além da situação no campo, a produção de bens de consumo também foi prejudicada. Isso se deve ao fato de que a corrente de planejamento dos teleólogos desconsiderava, em grande parte, um desenvolvimento econômico minimamente equilibrado, sendo as imposições da cúpula burocrática do PCUS e o cumprimento das metas, a qualquer custo, mais importantes do que a análise objetiva e concreta dos recursos disponíveis.

Mesmo com estes problemas, os objetivos do I Plano Quinquenal foram cumpridos em quatro anos. Os setores privilegiados obtiveram resultados expressivos, como evidenciados nos dados da tabela abaixo.

Tabela 1. Produção industrial durante o I Plano Quinquenal (setores específicos)

Ano	Carvão	Aço	Petróleo	Eletricidade
1928	35,5	4,5	11,6	5
1932	64,4	5,9	28,6	13,5

Nota: carvão, aço e petróleo em milhões de toneladas; eletricidade em milhares de kW.
Fonte: Netto (1985).

Em linhas gerais, a produção industrial média anual cresceu a uma taxa próxima de 15% (NETTO, 1985) e a renda nacional, durante o período, teve uma elevação significativa, de aproximadamente 86,5% (REIS FILHO, 2003). Ademais, cabe lembrar que, no mesmo período, ocorria a crise de 1929, o que contribuiu para o avanço econômico da União Soviética frente aos países capitalistas. Com a prevalência da tese do “socialismo em um só país”, a crise praticamente não afetou a URSS, já que era um bloco socialista e autárquico, dependendo de seus próprios recursos para se desenvolver.

3.4. II Plano Quinquenal (1933-1937)

O II Plano Quinquenal visava impor metas mais realistas de cumprimentos produtivos em relação ao plano anterior, além de corrigir erros de planejamento econômico. O órgão central de planificação projetava um aumento de 50% na produção agropecuária e de 100% na indústria leve para elevar o padrão de vida dos soviéticos, com a ampliação do acesso aos bens de consumo individuais. Contudo, apesar das revisões, a indústria pesada ainda era prioridade (VIZENTINI, 1989). Ademais, o processo de racionamento de alimentos, centralizado no Estado e imposto devido à intensa coletivização das terras, foi abolido, o que permitiu maior liberdade ao comércio. Reis Filho (2003) argumenta que, mesmo com a abolição do racionamento, a escassez de alimentos era ainda um problema, haja vista que o Estado soviético priorizava as exportações desses produtos para adquirir divisas, viabilizando importações de maquinários e outras matérias primas essenciais. Já *Mejdunarodnaia Kniga* (1961) discorre que, ao final do II Plano Quinquenal, a União Soviética importava apenas 0,9% de seus maquinários, enquanto sob o plano precedente esta porcentagem era próxima de 13%. Ainda diz que, no bloco soviético, a indústria de bens de capital havia atingido um específico nível de produção, de modo que qualquer máquina poderia ser feita na URSS.

Analisando o desenvolvimento da indústria leve e da agricultura, a evolução do capital revertido cresceu 2,4 vezes em relação ao primeiro plano. Já a produtividade do trabalho cresceu em 82%, juntamente com o crescimento industrial médio soviético, que foi de 20% ao ano entre 1930 e 1937 (KNIGA, 1961, p. 50). Mesmo com a notável evolução desses setores, a indústria pesada ainda era uma prioridade fundamental para a União Soviética, que crescia a passos impressionantes, avançando cada vez mais, como demonstrado na tabela abaixo. Cabe lembrar que, ao final do II Plano Quinquenal, praticamente todas as indústrias estavam estatizadas.

Tabela 2. Produção industrial de setores estratégicos durante o II Plano Quinquenal

Setores	1932	1937
Eletricidade	13,5	36,2
Carvão	64,4	128
Petróleo	21,4	28,5
Aço	5,9	17,7
Renda Nacional	45,5	96,3

Nota: eletricidade em milhares de kW; carvão, petróleo e aço em milhões de toneladas; renda nacional em milhões de rublos, com base em 1926-1927.

Fonte: Reis Filho (2003).

Os grandes destaques foram a eletricidade, com um crescimento superior a 168% no período, e a própria renda nacional soviética, que mais que dobrou. O II Plano Quinquenal foi cumprido no prazo de cinco anos e, mais do que isso, a indústria soviética deu saltos qualitativos importantes.

No entanto, apesar dos expressivos resultados, a onda de “expurgos stalinistas” foi agravada na década de 1930: repressão policial para quem discordasse do regime, exílio, transferência de pessoas aos campos de trabalho forçado (*gulags*), mortes em massa, entre outros aspectos semelhantes. Segundo Netto (1985), entre 1936 e 1939, toda a velha guarda bolchevique (em geral, membros do PCUS que participaram, direta ou indiretamente, da Revolução de Outubro) foi desarticulada, além de que, no mesmo período, 70% dos membros do Comitê Central do partido, eleitos em 1934, foram presos, sem contar os soldados do Exército Vermelho que também foram dizimados. Figuras importantes como Zinoviev, Kamenev e Trotsky foram vítimas da repressão stalinista – os dois primeiros, fuzilados neste período, e o terceiro, morto quando estava exilado no México, em 1940.

Mesmo com essas dificuldades, a União Soviética caminhava praticamente com suas próprias forças no desenvolvimento socialista. Porém, a iminência de um outro conflito mundial era latente e o III Plano Quinquenal teria que estar centrado neste específico ponto. E, de alguma forma, a figura de Stálin foi crucial para o desfecho da Segunda Grande Guerra.

3.5. III Plano Quinquenal (1938-1942) e a II Guerra Mundial

O III Plano Quinquenal talvez tenha sido o mais crucial para a União Soviética, já que foi interrompido em 1941, quando o bloco efetivamente entrou na II Guerra Mundial. Mesmo que a URSS não tenha ingressado desde o início do conflito, o planejamento econômico foi direcionado à indústria bélica caso as circunstâncias exigissem sua entrada. Além desta adversidade, Vizontini (1989) apontou que, mesmo com metas ligeiramente ambiciosas, esse plano procurou aprimorar aspectos qualitativos, como a gestão das fábricas estatais e a produtividade do trabalho.

De fato, a produtividade dos trabalhadores na indústria cresceu consideravelmente: tomando como base o ano de 1928, em 1940 o crescimento foi na magnitude de 343%, o que significou, em grande medida, uma redução importante nos custos de produção industriais (KNIGA, 1961). No entanto, ao analisar este recorte temporal, não se pode esquecer a grande prioridade do III Plano Quinquenal: a indústria bélica. Fazendo um comparativo entre o total da indústria soviética e o setor de armamentos, no período de 1938 e 1940, a primeira cresceu a uma taxa anual média de 13%, enquanto o crescimento da indústria bélica foi de quase 40%, participando, no início de 1941, com 45% da renda nacional (MIKHAILOVA, 2014). Estes dados reforçam a preocupação do Estado soviético com uma possível entrada na Segunda Grande Guerra, já que a taxa de evolução do setor bélico foi quase três vezes superior à média total da indústria. Desta forma, não se pode descartar o crescimento dos setores estratégicos soviéticos, demonstrados em tabelas anteriores, durante o III Plano Quinquenal.

Tabela 3. Produção industrial durante o III Plano Quinquenal (setores selecionados)

Ano	Carvão	Aço	Petróleo	Eletricidade
1937	128	17,7	28,5	36,2
1940	165,9	18,3	31,1	48,3

Nota: eletricidade em milhares de kW; carvão, petróleo e aço em milhões de toneladas
Fonte: elaboração própria a partir de dados de Reis Filho (2003) e Neto (1985).

Nítidamente, o ritmo de crescimento, apesar de alto, foi menor se comparado ao segundo plano. Neste, a eletricidade cresceu quase 170%, enquanto no período entre 1937 e 1940 a taxa foi um pouco superior a 33%. O conjunto de dados permite afirmar, mais uma vez, a prioridade do setor bélico no terceiro plano.

Importa também destacar as transformações sociais que a União Soviética enfrentou durante os três Planos Quinquenais, quando o processo de urbanização foi intensificado e a economia, evidentemente, sofreu modificações substanciais. Em 1928, ano em que o primeiro plano entrou em vigor, 80% da população empregada estava no setor primário e somente 8% estava no industrial. Mas, em 1940, as porcentagens mudaram para 54% e 23%, respectivamente. Notoriamente, o setor industrial foi o que mais ganhou participação durante os Planos Quinquenais e, inevitavelmente, o processo de êxodo rural foi intenso (VIZENTINI, 1989). Por outro lado, o rápido processo de êxodo rural e urbanização resultou na marginalização de parte da sociedade, a partir de um intenso processo de favelização das grandes cidades soviéticas. “Em 1936, apenas 6% dos habitantes das cidades dispunham de mais de um cômodo para viver. Outros 40% dispunham de apenas um cômodo, 24% de parte de um cômodo, 5% viviam em cozinhas e corredores e 25% alojavam-se em dormitórios [...]” (REIS FILHO, 2003, p. 95).

No entanto, apesar das dificuldades, a União Soviética havia introduzido políticas de universalização e gratuidade de saúde e educação, com abrupta melhoria nos indicadores sociais. Vale destacar também que as mulheres obtiveram grandes conquistas durante as primeiras décadas de existência da URSS, alcançando igualdade jurídica, mais oportunidades de emprego fora do ambiente doméstico e ingresso às universidades.

Por fim, cabe destacar alguns aspectos referentes à participação da URSS na Segunda Guerra Mundial, dado que seu ingresso no conflito resultou na interrupção do III Plano Quinquenal, mediante a necessidade da organização de uma economia de guerra. A entrada da União Soviética junto aos Aliados se deu em junho de 1941, quando as tropas nazistas fizeram

uma inicial ofensiva. O exército alemão havia ocupado os Estados Bálticos (Ucrânia, Crimeia e Bielorrússia) e parte considerável da Rússia europeia. Nestas regiões, situavam-se 40% da população soviética, 65% da produção de carvão, 68% de ferro, 58% de aço e 38% dos cereais, além de quase 2 milhões de prisioneiros (REIS FILHO, 2003). Em outras palavras, alguns dos principais produtos soviéticos foram colocados sob domínio nazista.

Mas foi a partir da vitória do Exército Vermelho na famosa Batalha de Stalingrado, entre agosto de 1942 e fevereiro de 1943, que a União Soviética faria a ofensiva contra os nazistas, até a tomada de Berlim em 1945, sendo a grande responsável pela virada dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Apesar da vitória e do fortalecimento do socialismo, o bloco soviético teve perdas significativas, tanto humanas quanto econômicas, já que, ao contrário dos Estados Unidos, boa parte de seu território foi palco de batalhas sangrentas. Estima-se que 20 milhões de soviéticos, sendo 13 milhões de civis e os demais, soldados, foram mortos durante o conflito mundial. Para se ter ideia da dimensão de perdas humanas, EUA, França e Inglaterra, juntos, sofreram com a morte de 1,3 milhão de pessoas. Além das mortes, a estrutura produtiva também foi frontalmente afetada: quase metade do espaço urbano foi completamente destruído, atingindo milhares de quilômetros de ferrovias e cidades. Em alguns setores, como os de petróleo, eletricidade, aço, tecidos, entre outros, as quedas variavam entre 10% e 70% (REIS FILHO, 2003). A principal indústria, a de bens de capital, teve uma redução forte de 30%, enquanto na indústria leve, em geral, a queda foi na magnitude de 40% (NETTO, 1985).

Tabela 4. Produção industrial durante a II Guerra Mundial

Ano	Carvão	Aço	Petróleo	Eletricidade
1940	165,9	18,3	31,1	48,3
1945	149,3	12,3	19,3	43,2

Fonte: Netto (1985).

Mesmo com todo este cenário, a União Soviética saiu fortalecida do conflito mundial, posicionando-se como a segunda grande potência hegemônica

internacional, fazendo frente aos Estados Unidos a partir de então, até meados do início da década de 1990.

4. Considerações finais

As transformações socioeconômicas russas que resultariam, anos depois, na formação da União Soviética foram repletas de adversidades, que podem ser resumidas em duas revoluções no ano de 1917, uma guerra civil e duas mundiais.

Considerando todos esses processos complexos, a consolidação do socialismo na URSS teve dificuldades no tocante ao planejamento econômico e às maneiras mais razoáveis de elaborar trajetórias viáveis ao desenvolvimento das forças produtivas e consolidar uma nova sociedade, livre de explorações e com a classe trabalhadora sendo protagonista dos eventos socioeconômicos. A partir do momento em que o aparelho estatal se tornou o principal agente econômico – e, posteriormente, o único –, o bloco soviético alcançou resultados expressivos, principalmente na indústria pesada de bens de capital e de armamentos. Isto foi possível por conta das próprias características da antiga Rússia czarista, cuja economia era essencialmente agrária e com imensas contradições sociais.

Mesmo no período de implementação da Nova Política Econômica, quando se optou pela maior abertura a capitais e atividades privadas como forma de avançar na modernização produtiva e no desenvolvimento econômico, os resultados foram relativamente limitados, com restrições para o êxito do processo de rápida industrialização da União Soviética. Ademais, os instrumentos da NEP abriram caminho para uma série de conflitos entre os interesses do Estado e os dos capitalistas – como a partir da ascensão dos *kulaks* –, colocando em questão as potencialidades da utilização de instrumentos típicos do modo de produção capitalista para o avanço de um sistema que se propunha socialista.

Assim, foi somente no governo Stálin, com os Planos Quinquenais, que a URSS conseguiu resultados econômicos expressivos, por conta do planejamento centralizado mais consolidado e melhor elaborado. No entanto, o modelo stalinista de planificação possuía diversas falhas, como o seu caráter autoritário e de pouca flexibilização diante das situações que surgiam. Ademais, emergiu um grande desequilíbrio entre a indústria pesada e a leve, já que os investimentos estatais eram majoritariamente alocados ao primeiro.

Cabe lembrar que este descompasso precisa ser contextualizado frente aos cenários de ameaças externas, à entrada soviética na II Guerra Mundial e à futura Guerra Fria, que seria travada com os Estados Unidos. Apesar disso, importa destacar que, sem a formalização e efetivação do planejamento econômico, o território russo permaneceria, possivelmente, vinculado e depende das atividades agrárias, sua principal fonte de renda até a eclosão da Revolução. Essa é a razão pela qual podemos apontar a importância irrestrita do planejamento e da planificação econômica para o avanço econômico e social da União Soviética, que viriam a resultar em sua consagração como potência hegemônica internacional ao final da Segunda Guerra Mundial.

Referências

- CARR, Edward Hallett. *A Revolução Russa de Lênin a Stálin (1917-1929)*. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- GOMES, Luiz Henrique Marques. “O modelo stalinista de planificação econômica” in: *Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História Econômica*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.
- KNIGA, Mejdunarodnaia. *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961.
- LÊNIN, Vladimir Ilyich. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- MIGLIOLI, Jorge. *Introdução ao planejamento econômico*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MIKHAILOVA, Irina. “Sistema planejado na União Soviética: lições históricas e visão atual” in: *Anais do XL Encontro Nacional de Economia*. Porto de Galinhas: ANPEC, 2014.
- NETTO, José Paulo. *O que é stalinismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *URSS: o socialismo real (1921-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *A Revolução Russa 1917-1921*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *As Revoluções Russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- RODRIGUES, Robério Paulino. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ROSSETTI, José Paschoal. *Política e programação econômicas*. São Paulo: Atlas, 1981.
- VASCONCELOS, Joana Salém. “Controvérsias econômicas da transição soviética (1917-1929)”, **Revista Verinotio**, v. 9, n. 18, pp. 28-45, Belo Horizonte, 2013.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Revolução Soviética: o socialismo num só país*. São Paulo: Mercado Aberto, 1989.

CARTA DE UBERLÂNDIA

Os quatro anos de governo Bolsonaro foram um período de múltiplos ataques: aos direitos humanos, à vida do povo brasileiro – por meio do negacionismo durante a pandemia, mas também por meio de políticas de reforço às opressões –, à cultura, ao serviço público etc. Mas dois deles são especialmente importantes neste ano de 2022.

O primeiro deles é o ataque à educação e à ciência e tecnologia. Esse ataque pode ser sintetizado nos sucessivos cortes de gastos com as políticas de educação e desenvolvimento tecnológico. O subfinanciamento da educação tem por objetivo promover a privatização do setor, já em curso e de forma acelerada. Só nas últimas semanas, é possível elencar dois fortes ataques à educação: o contingenciamento de 15% das despesas discricionárias da educação anunciadas pelo Ministério da Economia (parcialmente revertido depois de ter sido amplamente denunciado) e a aprovação do *homeschooling* na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Na ciência e tecnologia, os cortes orçamentários são similares aos da Educação. Pouco a pouco, as pós-graduações vão se elitizando, já que as famílias mais pobres não podem sustentar os estudos de mestrado e doutorado por meio de bolsas congeladas e em meio a um processo de forte aceleração inflacionária. Laboratórios e grupos de pesquisa, subfinanciados, ficam impossibilitados de produzir novo conhecimento, dependendo de um esforço de voluntarismo e militância dos cientistas

em prol da ciência, já que as agências oficiais dispõem de cada vez menos recursos – e os que existem, são sistematicamente negados para as associações científicas voltadas para o pensamento crítico. É o caso da Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP, que mais uma vez teve seu pedido de apoio ao Encontro Nacional de Economia Política recusado pela CAPES e pelo CNPq.

O segundo é o ataque à democracia. Bolsonaro jamais procurou travestir seu autoritarismo ao longo de sua carreira política, externalizando a admiração por torturadores. Por diversas vezes, sugeriu levar seus opositores de esquerda para a “ponta da praia” – referência à Restinga da Marambaia, Zona Oeste do Rio de Janeiro, local de execução de opositores à ditadura militar. Recentemente, seus ataques à urna eletrônica, ao processo eleitoral brasileiro e ao Supremo Tribunal Federal têm contornos claramente golpistas, e se intensificam à medida que as pesquisas de opinião apontam dificuldades para a sua reeleição.

A frágil democracia brasileira corre risco. Os ataques à democracia e aos sistemas de educação e ciência e tecnologia são os dois exemplos que vêm em destaque nesta Carta, mas não são os únicos. O balanço de quatro anos de governo Bolsonaro é o de um país destroçado na economia, nos direitos humanos, nas relações sociais. Desemprego, inflação, fome, insegurança alimentar, miséria. A menos de quatro meses da eleição presidencial, que será uma das mais importantes, se não a mais importante, de nossa história, a SEP resgata o mote da campanha organizada em 2018 pelos movimentos feministas no Brasil, que, infelizmente, não foi ouvido pela população brasileira quando foi às urnas, mas que volta na forma de um apelo definitivo: Ele Não, Ele Nunca Mais!

Sociedade Brasileira de Economia Política, 9 de junho de 2022

RESENHA

PARA QUE LEIAM O CAPITAL: INTERPRETAÇÕES SOBRE O LIVRO I.

MEDEIROS, JOÃO LEONARDO; BARRETO, EDUARDO SÁ (orgs.). São Paulo: Usina Editorial, 2021. 287 p. (Coleção NIEP-MARX; v.6).

Recebido em 3/10/2021
Aprovado em 21/12/2021

O século XX foi permeado por contradições, guerras, crises, avanços e recuos para a classe trabalhadora e teve como desfecho o colapso da URSS, que abriu espaço para a apologética do capital declarar o “fim da história” e o capital como vencedor. O século XXI exige, portanto, uma dupla (e unitária) frente: i) reconstruir uma orgânica ofensiva política contra o capital e; ii) resgatar uma teoria e um método que façam jus aos escritos marxianos e aos desafios contemporâneos, cujo principal vetor é a sobrevivência da humanidade. *Para que leiam O capital* caminha nesse sentido: explicita as armadilhas e distorções do marxismo do século XX, lança luz sobre os conteúdos mais essenciais do Livro I de *O capital*, e advoga pela unidade da obra marxiana e pelo seu método imanentemente ontológico, cujo objeto é a sociedade capitalista. No livro percebemos a unidade (e diferenças) entre seus autores, professores do Departamento de Economia da UFF e pesquisadores do NIEP-Marx, núcleo de grande relevância no marxismo contemporâneo.

ELLEN TRISTÃO

Professora Adjunta III na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campusdo Mucuri, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas, Curso de Ciências Econômicas.

E-mail: ellen.lucy.tristao@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6396-809X>

O livro se inicia com o capítulo “Marx: o longo percurso até *O capital*”, redigido por João Leonardo Medeiros. O autor nos conduz pela vida e obra de Karl Marx, com o objetivo de “[...] estabelecer a relação entre *O capital* e o desenvolvimento intelectual [contínuo e processual] de Marx desde o início da década de 1840”. A proposta demarca a unidade na obra de Marx ao explicitar, por exemplo, a relação imanente entre a alienação/estranhamento, dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, e o fenômeno do fetichismo, um dos cernes de *O capital* e, portanto, da sociedade

capitalista. Medeiros demonstra que esta unidade não se restringe à obra, pois está presente também na vida/obra, teoria/militância e esferas acadêmica/política de Marx. Com sínteses que pressupõem denso conhecimento do percurso teórico, político e pessoal de Marx e do debate marxista, Medeiros evidencia-nos que *O capital* “[...] é a obra magna de Marx não exatamente no sentido de ser a mais importante ou a mais bem acaba, mas no sentido de ser o ponto culminante de uma reflexão que se desenvolveu autocriticamente durante aproximadamente um quarto de século”.

No capítulo “Marx e a crítica da economia política: considerações metodológicas”, Medeiros e Bianca Bonente defendem que *O capital*, além de necessário, constitui-se no principal caminho para a compreensão do método marxiano, sobrepondo-se a textos como a “Introdução de 1857”. O método é entendido como mediador entre o sujeito que conhece e seu objeto, considerado sempre em sua dinâmica dialética, quando apreendido a partir de uma crítica explanatória (Bhaskar)/ontológica (Lukács), cujo critério remete sempre ao ser existente. As seções que compõem o capítulo apresentam categorias centrais ao método marxiano, das quais destacamos: 1) a rica análise das categorias abstrato, concreto e abstração razoável (como procedimento lógico-metodológico) e; 2) a compreensão dada à categoria dialética. Tal como os demais capítulos do livro, esse se encerra com a chamada à prática revolucionária, quando demarca que a crítica a representações mistificadoras é também uma crítica ao seu objeto (a sociedade capitalista).

Marcelo Carcanholo é o autor do capítulo “Valor e preço na teoria de Marx: o significado da lei do valor”, no qual demonstra que a teoria do valor-trabalho de Marx não é uma simples teoria da determinação dos preços, mas uma teoria sobre as relações sociais capitalistas, alienadas e fetichizadas. A partir do entendimento de que “as mercadorias não podem ser vendidas por seus valores, nem poderiam sê-lo, ainda que o sejam!”, Carcanholo mostra-nos que valor, preço de produção e preço de mercado respondem a níveis de abstração distintos e que a lei do valor deve ser entendida como lei tendencial, pela qual os preços de mercado flutuam sobre um centro: o valor.

Demonstra ainda que apenas a totalidade da obra *O capital*, no conjunto dos três livros, permite entender e superar interpretações equivocadas da teoria do valor-trabalho, como o polêmico (e inexistente) problema da transformação do valor em preço.

O quarto capítulo, de autoria de Bonente e Hugo Corrêa, “Entre o fetichismo e a exploração: polêmicas sobre o Livro I de *O capital*”, traz a crítica a interpretações que ou delegam a segundo plano o papel revolucionário da classe trabalhadora, como o faz Postone, ou negam a contribuição da herança filosófica de Marx para *O capital* e minimizam a importância do fetichismo, cujo desdobramento mais extremado é o “corte epistemológico” de Althusser. Mais do que apresentar uma crítica às insuficiências ou aos equívocos dessas análises extremadas, a autora e o autor trazem um panorama do marxismo do século XX, em seus desvios e acertos, e tecem a tese de que exploração e fetichismo são uma unidade intrínseca à teoria do valor marxiana: não há crítica à sociedade capitalista sem que se remeta ao trabalho estranhado, às relações sociais fetichizadas e à luta de classes.

O capítulo cinco, “Em busca do elo perdido: sobre a gênese dialética da categoria capital”, redigido por Medeiros e Leonardo Leite, evidencia a riqueza de *O capital*, e explicita o quanto esta obra pode fomentar interpretações diversas acerca de várias de suas temáticas. Dentre esses temas: a gênese da categoria capital; os interlocutores: A. Callinicos, F. Jameson, R. Rosdolsky, M. Heinrich, D. Harvey e M. Postone. A partir de uma precisa abordagem ontológica, Medeiros e Leite concluem que a gênese da categoria capital, dada por muitos como um elo perdido, está presente – com riqueza de mediações e ainda que em uma exposição muito condensada – no Livro Primeiro de *O capital*. Merece destaque a clareza metodológica pela qual extraem a articulação entre as contradições (reais/históricas) da circulação simples de mercadorias e a gênese lógico-dialética da categoria capital.

A tese do socialismo oficial que advoga o determinismo tecnológico – pelo qual há uma relação de causalidade e antecedência temporal entre as forças produtivas (frequentemente reduzidas a instrumentos de produção) e as

relações de produção – é o tema do sexto capítulo, de autoria de André Guimarães Augusto. A crítica de Augusto demonstra que relações de produção e forças produtivas são uma totalidade e, como tal, constituem-se em momentos que se inter-relacionam e se determinam reciprocamente, de forma contraditória ou correspondente. A leitura que o autor nos apresenta nos fornece também arcabouço teórico e metodológico no enfrentamento de temáticas e polêmicas como: a neutralidade da ciência, a autocontradição do capital como seu limite estrutural, a relação entre desenvolvimento tecnológico e alienação, e a conversão das forças produtivas em forças destrutivas.

O capítulo 7, escrito por Eduardo Sá Barreto, tem por tema a crítica ecológica do capitalismo, mas, como anuncia o autor no título, “esse não é mais um texto sobre ruptura metabólica”. Sá Barreto dá o devido destaque à tese de John Bellamy Foster – a qual identifica nos textos de Marx a ruptura metabólica entre humanidade e natureza como resultante da acumulação de capital –, mas adverte que a proliferação dessa tese ou foi feita de forma descuidada e esvaziada, ou ofuscou fundamentos relevantes da obra marxiana à crítica ecológica. O autor demonstra que mesmo ancorados apenas no Livro I de *O capital* é possível uma crítica contundente às mais bem intencionadas teses ecologistas. O texto explora categorias como mercadoria, fetichismo, capital e acumulação, para demonstrar que não há ação eficaz contra o ciclo destrutivo da natureza sem que essa ação seja também revolucionária e rompa com os ditames da acumulação de capital, a qual limita ações individuais, sobrepõe a racionalidade econômica à racionalidade ecológica e condiciona os avanços tecnológicos à valorização.

Em mais um capítulo preciso, o oitavo do livro, Augusto defende que a luta de classes perpassa por todo *O capital* e o faz dada a unidade contraditória entre trabalho e capital, dois polos que se excluem e, nesse movimento, negam a si mesmos. Esse movimento de negação é uma totalidade e parte constitutiva da reprodução social do capital: apresenta-se na compra e venda da força de trabalho, no processo de subsunção do trabalho ao capital (da co-operação simples à grande indústria), na concentração do capital e na reação

a esse movimento: nas conquistas dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho, nas leis fabris e em sua organização consciente enquanto classe. Esse movimento contraditório entre capital e trabalho coloca a possibilidade de sua suprassunção, e cada vitória do trabalho contra o capital, mesmo na ordem capitalista, é uma conquista a caminho do reino da liberdade.

O livro se encerra com o capítulo “As classes sociais e o Estado no Livro I de *O capital*”. Paulo Furtado de Araújo nos apresenta a tese de Postone – objeto de crítica no capítulo de Bonente e Corrêa – e defende que a luta de classes é intrínseca à sociabilidade capitalista, mas não ultrapassa seus limites. A partir desse fundamento, Araújo nos mostra que as categorias classes sociais e Estado surgem no Livro I a partir da necessidade de exposição da categoria central desta obra: o valor. Marx parte da aparência mais abstrata e procura desvendar a essência, caminhando para uma concretude, e, nesse percurso, as classes sociais e, em certa medida, o Estado, surgem como categorias pressupostas ou postas pelo movimento de expansão do valor, e têm seu conteúdo dado por ele. A peculiaridade do Estado é constituir-se numa inter-relação de unidade com o valor (capital), e não apenas como superestrutura, ganhando papel de relevância, principalmente na acumulação primitiva.

A leitura de *Para que leiam O capital* deixa evidente a atualidade e imprescindibilidade de *O capital*, assim como a relevância de uma categoria que se apresenta em todos os capítulos: o fetichismo. Sua relevância no período contemporâneo pode ser explicitada quando recorreremos à conclusão do capítulo 2: a crítica da economia política, uma vez que revela as relações sociais de produção estranhadas que dominam a humanidade, é uma crítica desmistificadora e, portanto, deve ganhar o sentido prático que Marx atribui à teoria e transformar-se numa prática revolucionária, para além dos gabinetes das universidades. No enfrentamento à extrema direita brasileira e mundial, a desmistificação das relações sociais capitalistas expõe o caráter destrutivo e desumanizador do capital, e permite direcionar a luta para o verdadeiro algoz: o capital.

ESBOÇO PARA UMA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA E OUTROS TEXTOS DE JUVENTUDE.

ENGELS, FRIEDRICH. São Paulo: Boitempo, 2021. 296 pp.

Recebido em 19/11/2021

Aprovado em 11/01/2022

O interesse pela obra de Friedrich Engels tem crescido nos últimos anos. Considerado o “segundo violino”, nas palavras excessivamente humildes do próprio Engels, a sua importância na elaboração do socialismo científico está se tornando cada vez mais evidente à medida que novas publicações surgem. De fato, trata-se de um autor gigante, de importância essencial. Independentemente do que pensava Engels, definitivamente ele não foi um coadjuvante de Marx. É o que o leitor poderá conferir em *Esboço para uma crítica da economia política e outros textos de juventude*, publicado agora pela Boitempo. Como anuncia o título, além do “Esboço para uma crítica da economia política”, o livro traz mais dez textos escritos entre os anos de 1839 e 1849, sendo que apenas três circularam em português.

Os textos estão apresentados em ordem cronológica. O primeiro, “Cartas de Wuppertal”, uma série de textos de caráter jornalístico publicados em março e abril de 1839 para a revista alemã *Telegraph für Deutschland*, que circulou entre 1838 e 1848. Nessas “Cartas...” podemos ver o jovem Engels, com apenas 18 anos – que assina sob o pseudônimo de Friedrich Oswald –, comentar sobre os impactos da revolução industrial e denunciar as condições de trabalho degradantes nas fábricas das cidades de Barmen e Elberfeld, onde “as pessoas respiram mais fumaça de carvão e poeira do que oxigênio, e isso geralmente desde o sexto ano de vida [...]” (p. 60). A crítica à religião também está presente. Diz Engels com fina ironia “[...] numa oficina de ferreiro ou num ateliê de sapateiro de

MARCELO PEREIRA FERNANDES

Doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFFRJ)

E-mail: mapefern@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4550-8564>

propriedade de pietistas”, via-se “o mestre, tendo à direita a bíblia e à esquerda, com bastante frequência ... a aguardente” (p.61).

No segundo e terceiro ensaios, “Schelling sobre Hegel” e “Schelling e a revelação”, Engels, ainda assinando como Friedrich Oswald, toma parte da defesa de Hegel contra Friedrich Schelling. O rei Frederico Guilherme IV decidiu nomear Schelling como professor de filosofia da Universidade de Berlim, visando acabar com a influência dos jovens hegelianos. Engels viu no ímpeto reacionário de Schelling contra Hegel uma vingança, pois Hegel declarou a morte de Schelling anos antes. Escritos entre o fim de 1841 e o início de 1842, os textos tiveram base em anotações do próprio Engels, que, embora jovem, não teve nenhum receio em apontar “o caráter fantasioso e ilógico” (p. 97) do pensamento de Schelling imerso “no abismo escuro da fantasmagoria” (p. 111).

Em “Cartas de Londres”, uma série de textos publicados no semanário alemão *Schweizerischer Republikaner* em 1843, Engels discutirá o socialismo e o movimento cartista que afluía na Inglaterra, a “pátria da economia política” (p. 130). Aqui Engels apontava que o socialismo recrutava a classe média baixa e os proletários, e com isso concluía que, na Inglaterra, quanto mais baixa e “inculta”, no sentido formal, for a posição de uma classe, mais perto ela estará do progresso.

O quinto texto, “Progresso da reforma social no continente”, marcou o começo da parceria de Engels com o *The New Moral World*, jornal lançado por Robert Owen em 1834. Neste texto Engels apresenta aos ingleses o movimento comunista em três países especificamente: França, Alemanha e Suíça. Engels analisa dois reformadores sociais franceses que lideraram o movimento que depois ficou conhecido como socialismo utópico: o conde de Saint-Simon e Fourier. Saint-Simon, com sua “poesia social”, formou uma seita semelhante à dos socialistas de Ham-Common, na Inglaterra, com seu ideal ascético. Inicialmente o saint-simonismo teve algum prestígio, mas logo desapareceu. O segundo, Fourier, chamou mais atenção de Engels. Embora os dois movimentos trouxessem um ar de misticismo, o de

Fourier foi o primeiro que teria estabelecido que a soma de todos os trabalhos individuais deve ser um poder propício para atender às necessidades de toda a sociedade. O problema para Engels era que, ao contrário dos comunistas, o fourierismo não demandava o fim da propriedade privada.

Na Alemanha, Engels atenta para influência dos reformadores sociais nos operários alemães, já que estes visitavam Paris de forma contínua. Um destes operários, o alfaiate Wilhelm Weitling – que mais tarde se tornará seu adversário –, assumiu grande liderança, podendo ser considerado o fundador do comunismo alemão, ainda que Weitling julgasse o cristianismo e o comunismo como sendo a mesma coisa.

O sexto texto, “Esboço para uma crítica da economia política”, é o destaque da coletânea. Publicado nos Anuários franco-alemães em 1844, não por acaso chamou a atenção de Marx, que anos mais tarde, no “Prefácio à crítica da economia política”, definiu “Esboço...” como uma obra genial. Logo de início Engels diz que a economia “[...] traz na testa a marca do mais repugnante egoísmo” (p. 161). A nova economia, que destronava o sistema mercantilista, mostrava-se tão hipócrita quanto o sistema anterior. Engels afirma que o novo sistema liberal foi um progresso necessário porque, sem a queda dos monopólios e das restrições ao comércio, as consequências da propriedade privada não poderiam florescer. Smith, “o Lutero da economia”, tentou conferir humanidade ao comércio com seu louvor ao vínculo de união entre as nações. Porém, no fundo, o comércio constituído nos princípios liberais incorporaria a antieticidade tanto quanto o comércio formado pelos mercantilistas. Assim, “No lugar da retidão católica impôs-se a hipocrisia protestante” (p. 165).

No texto também aparece a discussão sobre o valor. O jovem Engels atribuía equivocadamente a determinação do valor à concorrência (relação entre demanda e oferta). Mas é principalmente na concorrência que se dá a crítica de Engels. A concorrência e o monopólio seriam as palavras de ordem da economia política: a primeira, dos liberais, a segunda, dos mercantilistas. A questão é que, conforme Engels, com argúcia surpreendente,

“A concorrência é baseada em juros, e os juros criam, por sua vez, o monopólio; em suma, a concorrência se integra ao monopólio” (p. 173).

Engels então afirma que a produção sem coordenação, conforme defendem os economistas liberais, desembocará sempre em crises comerciais. Ele já observava que as crises no capitalismo eram crises de superprodução, quando em meio à abundância as pessoas morriam de fome. Os economistas, sem entenderem os motivos que levavam a essa situação – pois, para isso, todo o sistema de concorrência teria que ser abandonado –, criaram a reacionária teoria da população. Uma teoria absurda, que Engels desmontará facilmente em poucas linhas, lembrando da capacidade produtiva incomensurável do solo ao se utilizar capital, trabalho e ciência. E se a teoria da população teve algo de útil foi somente para mostrar como o sistema de concorrência transforma o homem em mercadoria, levando milhões à morte. E que com a superação da propriedade privada essa humilhação da humanidade também poderia ser superada. Apesar das falhas, notadamente sobre a teoria do valor, é neste texto que Engels, de forma pioneira, coloca à prova as relações econômicas burguesas através da crítica do materialismo-dialético. Não é pouca coisa para um jovem de 24 anos.

“Rápido progresso do comunismo na Alemanha”, sétimo texto do livro, foi publicado na revista socialista inglesa *The New Moral World*. Na realidade, são três artigos publicados entre dezembro de 1844 e maio de 1845. Neles, Engels faz um relato sobre o avanço do comunismo na Alemanha. Com confiança, Engels fala de reuniões, assembleias e a criação de uma revista trimestral dedicada à difusão do comunismo, apesar de uma justiça completamente reacionária, com a proibição de reuniões públicas e do direito de associação.

“Dois discursos em Elberfeld”, oitavo texto, são palestras proferidas na cidade de Elberfeld, na Alemanha, nos dias 8 e 15 de fevereiro de 1845. Aqui Engels fará, mais uma vez, a crítica da economia de livre concorrência, que ele chamará de “guerra de todos contra todos” (p. 202). Na sociedade burguesa que se está construindo, impera a fragmentação dos interesses, e

cada um trabalha para tirar vantagem para si próprio. Ao contrário do que sugere a “mão invisível” de Smith, esta situação traz consequências catastróficas. No comunismo, afirma Engels, os interesses dos indivíduos não se oporiam entre si, mas sim seriam reunidos. A concorrência seria suprimida e a produção e distribuição dos bens não se prestaria ao enriquecimento privado. Ademais, a força de trabalho não seria desperdiçada com coisas inúteis, uma vez que todos poderiam trabalhar ao invés de permanecer no desemprego involuntário. Engels ressalta ainda o papel revolucionário do proletariado, pois chegaria o momento em que este não aguentaria mais o peso de todo o “edifício social” e exigiria a repartição “dos ônus e dos direitos sociais” (p. 212).

O nono texto, “O *status quo* na Alemanha”, escrito em março e abril de 1847, está dividido em duas partes. Na primeira, Engels expõe sua rejeição aos chamados “socialistas verdadeiros”. Entre estes participavam não somente aqueles que se consideravam socialistas, mas também a maioria dos escritores alemães que se diziam comunistas. A questão para Engels era que este grupo não estava preocupado com resultados práticos, mas sim com “verdades eternas” pequeno-burguesas. “O socialismo verdadeiro é reacionário do começo ao fim”, sentencia Engels (p. 221). Na segunda parte, Engels faz uma análise sobre o *status quo* na Alemanha e sua condição de atraso em relação a outros países ocidentais. Olhando para Inglaterra e França, onde a burguesia já havia derrubado a nobreza, a burguesia alemã ainda não tinha conquistado o poder. Ao contrário desses países, na Alemanha só se poderia falar em burguesia no início do século XIX. Entretanto, a pequena burguesia, os camponeses e os trabalhadores estavam aquém de realizar a tarefa de derrubar o *status quo*. Apenas a burguesia teria condições de ser bem-sucedida nesta empreitada e fazer com que a Alemanha reduzisse a distância econômica em relação à Inglaterra e à França.

“Princípios do comunismo”, elaborado por meio de perguntas e respostas em novembro de 1847, serviu de base para a redação do *Manifesto do Partido Comunista* em 1848. O leitor poderá ver, portanto, como se formou o mais

famoso texto político da história. Por fim, no anexo “De Paris a Berna”, escrito em outubro e novembro de 1848, Engels faz uma descrição sobre sua viagem pela Europa. Engels observa, com acuidade, a exploração de trabalhadores em ateliês, mas também os vinhos da cidade de Borgonha, que ele, por isso, batiza de “república vermelha”.

Os ensaios trazidos nesta obra mostram cabalmente o gênio de Engels. O leitor poderá conferir os escritos de um jovem que se tornará alguém muito mais que um homem de talento. Tristram Hunt, um dos seus biógrafos, lembra que, no fim dos anos 1990, o legado de Marx ressurgia como o de um humanista, enquanto o de Engels era demolido, como uma figura mecânica cientificista. A obra que agora o leitor tem em mãos é mais um instrumento para desfazer este mito.

Referências

HUNT, Tristram. *Comunista de casaca*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas (verificar item 6 das [Diretrizes para Autores](#)).

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (RSEP)* publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)), que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos ad-hoc. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.
4. A remessa de originais à revista implica a autorização para sua publicação pelo(s) autor(es). Não serão pagos direitos autorais.
5. Para as submissões, é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça

login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu **Autor**, encontra-se o *link* “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

6. Assegurando a avaliação cega por pares: Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares, todo esforço deve ser feito para evitar que as identidades dos autores e revisores sejam conhecidas um do/pelo outro. Isto envolve os autores, editores e revisores (que carregam documentos como parte de sua revisão), verificarem se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo:

- Os autores do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar “Autor” e “Ano”, em vez do nome dos autores, título do artigo etc.
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspeccionar Documento, Inspeccionar, Remover Tudo).
- Com PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

- Margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.
- Fonte: Times New Roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.
- Para artigos e traduções (tutorial específico para traduções), o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4. Para resenhas, o limite é de 4 laudas. Serão publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos.
- Numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo

separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p.124). As referências completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant da Capital*. Paris: Anthropos, 1968, p.297-333

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”, *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em anais:**

DUFOURT. D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980, p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais — École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1975.

• **Outros documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros– desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de que os manuscritos submetidos serão sempre julgados com isonomia.

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.



XXVII Encontro Nacional de Economia Política

Economia Política e Democracia: marchas e contramarchas no século XXI

Uberlândia, de 07 a 10 de junho de 2022

ORGANIZAÇÃO



APOIO

